MENSAGEM Nº 04

Senhores Vereadores,

O presente Projeto de Lei que ora remetemos à alta apreciação desta Egrégia Casa Legislativa, dispõe sobre necessidade de permissão de uso, a título gratuito, com dispensa de processo licitatório, de bens móveis públicos, quais sejam, implementos agrícolas objeto do Termo Convênio Plataforma Transferegov.br nº 941898/2023, celebrado com a União, por intermédio do Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA e o Município de Marmeleiro.

A permissão de que trata o presente projeto de Lei, destinar-se-á a utilização dos bens públicos acima descritos, exclusivamente, para as atividades agrícolas, para Associações de Pequenos Produtores Rurais do Município de Marmeleiro.

A concessão terá prazo de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado ou antecipado, pelo descumprimento ou cumprimento das obrigações estabelecidas aos permissionários em cumprimento aos seus planos de trabalho que serão acompanhados por técnico do Departamento Municipal de Agricultura.

Diante dos argumentos apresentados, aguardamos que após a criteriosa análise dos Nobres Edis, seja a presente proposição aprovada e, considerando a necessidade da continuidade dos servidos prestados.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência e aos demais Pares votos de elevado e distinta consideração.

Marmeleiro, PR, 31 de janeiro de 2025.

JANDER LUIZ LOSS
Prefeito Municipal

PROJETO DE LEI Nº 15 /2025

Concede permissão de uso de bem público a título gratuito e precário.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MARMELEIRO**, Estado do Paraná, submete à apreciação da Câmara Municipal de Vereadores o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º Fica o Município autorizado, nos termos do § 3º, do artigo 87, da Lei Orgânica Municipal, em conceder a permissão de uso, a título gratuito com dispensa processo licitatório, para ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS AGRICULTORES RURAIS DO ASSENTAMENTO SÃO JORGE, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.464.685/0001-15, o implemento agrícola DISTRIBUIDOR ADUBO ORGANICO, marca Ipacol, modelo DLV 5.0, liquido 5000lts, 5.000 litros, mangote sucção 5 metros, eixo e rodado tandem, 4 rodas, pneus novos de fábrica, pneus de alta flutuação 400/60-15.5., demais informações conforme proposta final, tanque de chapa em aço, bomba a vácuo - 7 palhetas 240 mm) rt 15.5 c/ pneus novos, mangote 4"x6 metros, bico aspersor leque 4", canhão lateral 4", abertura hidráulica da válvula traseira 4", tampa traseira com abertura total de serie e sifão, série 01010240325, demais descritivos conforme pregão eletrônico 009/2024 - processo administrativo eletrônico 659/2024.

Art. 2º Fica o Município autorizado, nos termos do § 3º, do artigo 87, da Lei Orgânica Municipal, em conceder a permissão de uso, a título gratuito com dispensa processo licitatório, para ASSOCIAÇÃO E PEQUENOS AGRICULTORES DA LINHA HÍPICA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 24.535.648/0001-20 e ASSOCIAÇÃO E PEQUENOS AGRICULTORES RENASCER DO SOL, inscrita no CNPJ/MF sob nº 12.187.131/0001-09, o implemento agrícola DISTRIBUIDOR ADUBO ORGANICO, marca Ipacol, modelo DLV 5.0, liquido 5000lts, 5.000 litros, mangote sucção 5 metros, eixo e rodado tandem, 4 rodas, pneus novos de fábrica, pneus de alta flutuação 400/60-15.5., demais informações conforme proposta final, tanque de chapa em aco, bomba a vácuo - 7 palhetas 240 mm) rt 15.5 c/ pneus novos, mangote 4"x6 metros, bico aspersor leque 4", canhão lateral 4", abertura hidráulica da válvula traseira 4", tampa traseira com abertura total de serie e sifão, série 01010240324, demais descritivos conforme pregão eletrônico 009/2024 - processo administrativo eletrônico 659/2024.

Art. 3º Fica o Município autorizado, nos termos do § 3º, do artigo 87, da Lei Orgânica Municipal, em conceder a permissão de uso, a título gratuito com dispensa processo licitatório, para ASSOCIAÇÃO E PEQUENOS AGRICULTORES DA LINHA GRUTA E DA LINHA NOSSA SENHORA APARECIDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 15.735.030/0001-13, o implemento agrícola COLHEDORA DE FORRAGENS (ENSILADEIRA), marca Nogueira, modelo FTN 1000 POWER, nova, série ACCE001713, demais descritivos conforme pregão eletrônico 009/2024 - processo administrativo eletrônico 659/2024.

Art. 4º A outorga a que se refere a permissão de que trata a presente Lei, no interesse público, se dará pelo prazo de até 5 (cinco) anos, contados da data de assinatura do respectivo termo de permissão, podendo ser prorrogado ou antecipado o prazo de

vigência, pelo descumprimento ou cumprimento das obrigações estabelecidas aos permissionários em cumprimento aos seus planos de trabalho que serão acompanhados por técnico do Departamento Municipal de Agricultura.

Art. 5º A permissão de uso concedida nos termos desta Lei tem por finalidade a utilização dos bens públicos descritos no *caput*, exclusivamente, para as atividades agrícolas da agricultura familiar aos associados nas respectivas Associações.

Art. 6º O permissionário é exclusivamente responsável:

I- por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica para a autorização junto aos órgãos competentes para utilização dos equipamentos no desempenho de suas atividades.

II- pela segurança patrimonial, manutenção e limpeza e conservação dos bens recebidos para o uso, bem como encargos, devendo mantê-los em condições adequadas de limpeza e a conservação dos equipamentos.

III- pelas despesas de manutenção, limpeza e conservação dos bens recebidos em uso.

Art. 7º É vedado ao permissionário:

I- a utilização em destinação não prevista neste termo de autorização;

II- transferir, ceder, emprestar, ou locar a terceiros os espaços objeto desta autorização;

III- alterar a destinação permitida sem autorização prévia e expressa do Município.

Art. 8° O descumprimento das condições estabelecidas nesta Lei implicará na automática extinção da permissão de direito de uso, com reversão dos bens ao patrimônio do Município, sem quaisquer ônus para a municipalidade.

Art. 9º As despesas decorrentes da presente permissão correrão por conta do permissionário.

Art. 10º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Marmeleiro, PR, 31 de janeiro de 2025.

JANDER LUIZ LOSS
Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 15/2025.

Submetemos à apreciação desta Egrégia Casa Legislativa o presente Projeto de Lei, que dispõe sobre a necessidade de permissão de uso, a título gratuito e com dispensa de processo licitatório, de bens móveis públicos – especificamente implementos agrícolas:

a) DISTRIBUIDOR ADUBO ORGANICO, marca Ipacol, modelo DLV 5.0, liquido 5000lts, 5.000 litros, mangote sucção 5 metros, eixo e rodado tandem, 4 rodas, pneus novos de fábrica, pneus de alta flutuação 400/60-15.5., demais informações conforme proposta final, tanque de chapa em aço, bomba a vácuo - 7 palhetas 240 mm) rt 15.5 c/ pneus novos, mangote 4"x6 metros, bico aspersor leque 4", canhão lateral 4", abertura hidráulica da válvula traseira 4", tampa traseira com abertura total de serie e sifão, série 01010240325, demais descritivos conforme pregão eletrônico 009/2024 - processo administrativo eletrônico 659/2024;

b) DISTRIBUIDOR ADUBO ORGANICO, marca Ipacol, modelo DLV 5.0, liquido 5000lts, 5.000 litros, mangote sucção 5 metros, eixo e rodado tandem, 4 rodas, pneus novos de fábrica, pneus de alta flutuação 400/60-15.5., demais informações conforme proposta final, tanque de chapa em aco, bomba a vácuo - 7 palhetas 240 mm) rt 15.5 c/ pneus novos, mangote 4"x6 metros, bico aspersor leque 4", canhão lateral 4", abertura hidráulica da válvula traseira 4", tampa traseira com abertura total de serie e sifão, série 01010240324, demais descritivos conforme pregão eletrônico 009/2024 - processo administrativo eletrônico 659/2024.

c) COLHEDORA DE FORRAGENS (ENSILADEIRA), marca Nogueira, modelo FTN 1000 POWER, nova, série ACCE001713, demais descritivos conforme pregão eletrônico 009/2024 - processo administrativo eletrônico 659/202.

A proposta visa atender às Associações de Pequenos Produtores Rurais do Município de Marmeleiro, permitindo-lhes utilizar os referidos implementos exclusivamente para atividades agrícolas, promovendo o fortalecimento da agricultura familiar, um dos pilares da economia local.

Esta iniciativa se alicerça nos seguintes fundamentos:

1. Fortalecimento da Agricultura Familiar

O uso compartilhado de implementos agrícolas pelas Associações de Pequenos Produtores Rurais proporcionará melhores condições para o desenvolvimento de suas atividades, incentivando o aumento da produtividade, a redução de custos e a sustentabilidade das propriedades rurais.

2. Justificativa para Dispensa de Licitação

A dispensa de licitação justifica-se pelo caráter social e pela destinação específica dos bens públicos, que serão utilizados exclusivamente por entidades devidamente reconhecidas e vinculadas às práticas agrícolas locais. Essa medida assegura a celeridade e eficiência na entrega dos benefícios à comunidade.

3. Segurança e Transparência na Gestão dos Bens Públicos

A concessão de uso será regulamentada por um prazo de 10 (dez) anos, com a possibilidade de prorrogação ou encerramento antecipado, condicionado ao cumprimento das obrigações previstas no plano de trabalho. O acompanhamento técnico do

Departamento Municipal de Agricultura garantirá o uso adequado dos bens e o cumprimento das metas estabelecidas.

4. Impacto Positivo no Desenvolvimento Rural

A medida proporcionará maior competitividade e sustentabilidade aos pequenos produtores, fomentando a geração de emprego e renda no campo, bem como o fortalecimento das Associações, que desempenham papel crucial na organização e desenvolvimento da atividade rural em nosso município.

Por fim, ressaltamos que os equipamentos foram adquiridos através do Termo Convênio Plataforma Transferegov.br nº 941898/2023, celebrado com a União, por intermédio do Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA e o Município de Marmeleiro, os quais possuem destinação previamente avaliada e serão utilizados com o acompanhamento do Departamento de Agriculta.

Diante do exposto, acreditamos que o presente Projeto de Lei reflete o compromisso desta Administração em promover o bem-estar e o progresso da nossa comunidade rural, valorizando o trabalho dos pequenos produtores e fomentando o crescimento sustentável do setor agrícola.

Contamos com a compreensão e aprovação desta Casa Legislativa para a efetivação da proposta, que é de interesse público e altamente relevante para o desenvolvimento do nosso município.

Marmeleiro, PR, 31 de janeiro de 2025.

JANDER LUIZ LOSS
Prefeito Municipal

MUNICIPIO DE MARMELEIRO

Patrimônio

Relatório do Bem - Relatório dos Bens (Básico)

Bens: 20165

Tipo do Bem: Bens Móveis **Código:** 20165

Descrição: DISTRIBUIDOR ADUBO ORGANICO MARCA IPACOL,MODELO:DLV 5.0, LIQUIDO 5000LTS, 5.000 LITROS,MANGOTE SUCCAO 5 METROS, EIXO E RODADO TANDEM,4 RODAS,PNEUS NOVOS DE FABRICA,PNEUS DE ALTA FLUTUACAO 400/60-15.5.DEMAIS INFORM. CFE PROPOSTA FINAL, TANQUE DE CHAPA EM ACO(BOMBA A VACUO - 7 PALHETAS 240 MM) RT 15.5 C/ PNEUS NOVOS, MANGOTE 4"X6 METROS, BICO ASPERSOR LEQUE 4",CANHAO LATERAL 4",ABERTURA HIDRAULICA DA VALVULA TRASEIRA 4", TAMPA TRASEIRA COM ABERTURA TOTAL DE SERIE E SIFAO,SERIE 01010240325.

Grupo: BENS **Classe:** EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE **Subclasse:** EQUIPAMENTO P/ AGRICULTURA

Data de Aquisição: 10/12/2024 **Data de Incorporação:** 10/12/2024 **Estado:** Ótimo

Valor Aquisição: R$ 57.120,00 **Valor Contábil:** R$ 57.120,00 **Situação:** Disponível

Centro de Custo: 02.001.065 - FROTA AGRICULTURA **Localização:** null -

Responsável: 143987 - LUIZ CARNIEL **Fornecedor:** 609145 - DAIANA VOGEL ZIMMERMANN LTDA

Conta Débito: 1231101190000000000 - Máquinas, equipamentos e utensílios agropecuários **Conta Crédito:** -

DECLARAÇÃO

Na qualidade de Presidente em exercício da Associação de Pequenos Produtores Rurais do Assentamento São Jorge de Marmeleiro/PR, , atesto que a última ata de eleição registrada em cartório foi no ano de 2015, na qual foi eleito como Presidente o Sr. Érico Correia. Embora as normas do Estatuto determinem que as eleições se deem a cada dois anos, somente em 15 de agosto de 2020 houve assembleia com lavratura de ata, na qual o Presidente Érico Correia passou o cargo de Presidente para o Sr. Antônio Luiz Froelich. Após essa data, não houve eleição de nova diretoria registrada em ata. Tão somente em 20 de outubro de 2024 foi realizada nova eleição e registrada em ata.

Atesto que independentemente das eleições não terem sido feitas e registradas de acordo com as normativas bianualmente, a associação está em atividade, e a associação se compromete em fazer as eleições daqui em diante a cada 02 para que sejam atendidas as normas estatutárias.

Marmeleiro/PR, 04 de dezembro de 2024.

Antonio Luis Froelich
Presidente em Exercício

REGISTRO DE TÍTULOS, DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS
Marileide Bess Pereira
Oficial
Comarca de Marmeleiro/PR
46 3525-3439

(46) 99915-8019
Corrêa
(46) 99909.6905
Guilherme.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A **Associação de Pequenos Produtores Rurais do Assentamento São Jorge**, com sede na Comunidade do Assentamento São Jorge, zona rural de Marmeleiro, Estado do Paraná, neste ato representada pelo seu Presidente em exercício, Sr. Antonio Luis Froelich, brasileiro, casado, agricultor, portador da Cédula de Identidade RG nº 53302548-SSP/PR, inscrito no CPF nº 618.427.889-49, residente e domiciliado no Assentamento São Jorge, faz saber a todos os associados que, nos termos do estatuto social, convoca-os para a Assembleia Ordinária, a ser realizada:

- No dia **20 de outubro de 2024** (domingo)

- Às **13:00horas** em primeira convocação, com a presença da maioria simples dos associados, ou às 13h30 em segunda convocação, com qualquer número de presentes.

- **Sede da Comunidade do Assentamento São Jorge, Marmeleiro/PR**.

A pauta da Assembleia será a seguinte:

1. Eleição da Nova Diretoria da Associação para o mandato de 2 (dois) anos;
2. Posse da Diretoria eleita;
3. Assuntos gerais de interesse da Associação.

Solicitamos a presença de todos os associados, uma vez que as deliberações tomadas serão de interesse coletivo.

Marmeleiro/PR, 04 de outubro de 2024.

REGISTRO DE TÍTULOS, DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS
Marileide Buss Pereira
Oficial
Comarca de Marmeleiro/PR
46 3525-3439

Antonio Luis Froelich
Presidente em Exercício

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ASSOCIACAO DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO ASSENTAMENTO SAO JORGE
CNPJ: 03.464.685/0001-15

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 10:45:50 do dia 28/11/2024 <hora e data de Brasília>.
Válida até 27/05/2025.
Código de controle da certidão: **3270.A2D7.9055.A32B**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

REGISTRO DE TÍTULOS, DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS
Marileide Buss Pereira
Oficial
Comarca de Marmeleiro/PR
46 3525-3439

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
03.464.685/0001-15 MATRIZ		13/10/1999

NOME EMPRESARIAL
ASSOCIACAO DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO ASSENTAMENTO SAO JORGE

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
********	DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte
94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
399-9 - Associação Privada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
COMUNIDADE ASSENTAMENTO SAO JORGE	000	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
85.615-000	ZONA RURAL	MARMELEIRO	PR

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
	(046) 5251-205

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	13/10/1999

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

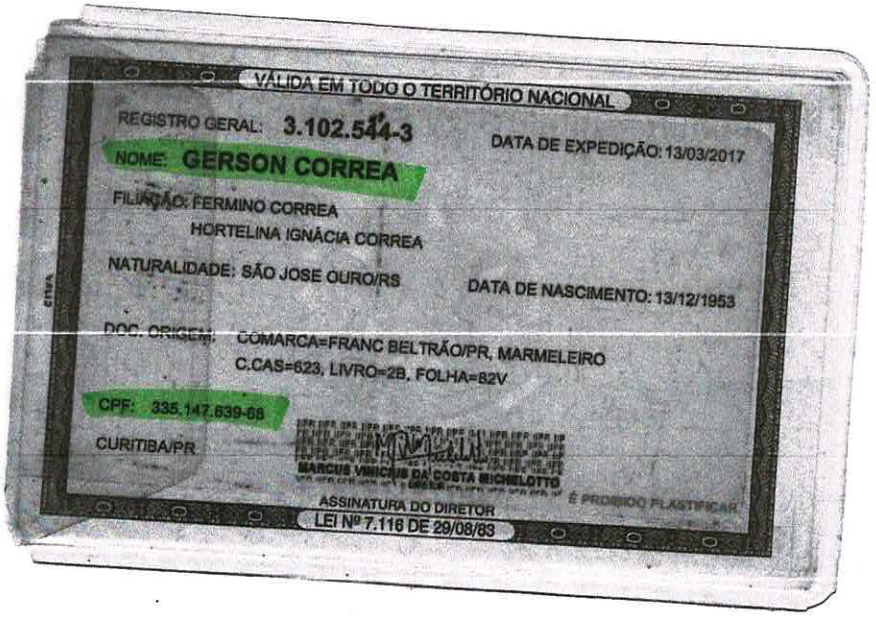
SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **28/11/2024** às **10:41:03** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**

REGISTRO DE TÍTULOS, DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS
Marileide Buss Pereira
Oficial
Comarca de Marmeleiro, PR
46 3525-3439


VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
REGISTRO GERAL: 3.102.544-3
DATA DE EXPEDIÇÃO: 13/03/2017
NOME: GERSON CORREA
FILIAÇÃO: FERMINO CORREA
HORTELINA IGNÁCIA CORREA
NATURALIDADE: SÃO JOSE OURO/RS
DATA DE NASCIMENTO: 13/12/1953
DOC. ORIGEM: COMARCA=FRANC BELTRÃO/PR, MARMELEIRO
C.CAS=623, LIVRO=2B, FOLHA=82V
CPF: 335.147.639-68
CURITIBA/PR
MARCUS VINICIUS DA COSTA BICHELOTTO
ASSINATURA DO DIRETOR
É PROIBIDO PLASTIFICAR
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

RG: 3.102.544-3

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: 3.102.544-3 DATA DE EXPEDIÇÃO: 13/03/2017

NOME: GERSON CORREA

ATA DE COMPLEMENTAÇÃO À ATA ANTERIOR DE ELEIÇÃO DA NOVA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO ASSENTAMENTO SÃO JORGE - Marmeleiro/PR

Aos vinte dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro, às 13:00 horas, na Comunidade do Assentamento São Jorge, Município de Marmeleiro, Estado do Paraná, atendendo ao Edital de convocação publicado em 04 de outubro de 2024, reuniram-se os associados da Associação de Pequenos Produtores Rurais do Assentamento São Jorge, para tratar da troca de diretoria da Associação. Na ata manuscrita constou-se que o presidente atual passou a diretoria para Gelson Correa, deixando de constar como se deu a eleição do presidente e deixando de constar os demais membros da diretoria, servindo esta ata para RETIFICAR, RATIFICAR e COMPLEMENTAR a ata da assembleia, que passam a fazer parte integrante uma da outra, nos seguintes termos: De comum acordo os associados elegeram para compor a **NOVA DIRETORIA** da Associação para o **MANDATO DE 02 (DOIS) ANOS**, iniciando em 20/10/2024 e terminando em 20/10/2026, os seguintes membros. **PRESIDENTE: Gerson Correa**, brasileiro, casado, agricultor, RG nº 3.102.544-3-SESP/PR, CPF nº 335.147.639-68, residente e domiciliado no Assentamento São Jorge, Marmeleiro/PR, **VICE PRESIDENTE: Antonio Luis Froelich**, brasileiro, casado, agricultor, RG nº 53302548-SSP/PR, CPF nº 618.427.889-49, residente e domiciliado no Assentamento São Jorge, em Marmeleiro/PR**; SECRETÁRIO: Odair Gaginski**, brasileiro, solteiro, agricultor, RG nº 5.309.824-0-SESP/PR, CPF nº 757.552.389-87, residente no Assentamento São Jorge, em Marmeleiro/PR; **VICE SECRETÁRIO: Jacinto Vieira dos Santos**, brasileiro, casado, agricultor, RG nº 4.520.953-9-SESP/PR, CPF 624.861.109-25, residente no Assentamento São Jorge, em Marmeleiro/PR; **TESOUREIRO: Ademar Godinho**, brasileiro, casado, agricultor, RG nº 6.823.197-3-SSP/PR, CPF nº 977.272.459-68, residente do Assentamento São Jorge, em Marmeleiro/PR; **VICE TESOUREIRO: Erico Correia**, brasileiro, casado, agricultor, RG nº 4.823.369-4-SSP/PR, CPF nº 681.234.429-04, residente no Assentamento São Jorge, em Marmeleiro/PR. **CONSELHO FISCAL** (Membros Efetivos): Ivan Junior de Lima Tagnon, brasileiro, casado, agricultor, RG nº 10.619.652-4-SESP/PR, CPF nº 092.999.729-82, residente no Assentamento São Jorge, em Marmeleiro/PR; Darlei Oliveira Souza, brasileiro, solteiro, agricultor, RG nº 14.280.855-2-SSP/PR, CPF nº 116.896.969-74, residente no Assentamento São Jorge, em Marmeleiro/PR; Marcos Antônio Brandon, brasileiro, casado, agricultor, RG 14.880.488-5-SESP/PR, CPF nº 067.655.419-93, residente

Erico Correa Odair Gaginski Antonio Froelich

no Assentamento São Jorge, em Marmeleiro/PR. SUPLENTES: Natalio Ribeiro Paim, brasileiro, casado, agricultor, RG 9.667.745-6-SESP/PR, CPF 251.599.419-91, residente no Assentamento São Jorge, em Marmeleiro/PR; Elaine Scheuermann Brandon, brasileira, casada, agricultora RG 10.293.219-6-SESP/PR, CPF nº 084.982.219-00, residente no Assentamento São Jorge, em Marmeleiro/PR; Maria Salete de Vargas, brasileira, casada, agricultora, RG nº 10.237.574-2-SESP/PR, CPF 032.277.279-60, residente no Assentamento São Jorge, de Marmeleiro/PR. Não tendo mais a tratar, encerra-se a presente ata, que vai assinada pelo presidente em exercício, presidente eleito, e secretário eleito. Os demais associados presentes na assembleia assinaram na ata manuscrita e em lista de presença anexa. Marmeleiro/PR, 20 de outubro de 2024.

Érido Correa	Antonio Luis Froelich	Odair Goginski
Presidente eleito	Presidente em exercício	Secretário

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS DE MARMELEIRO-PR
Rua Esidoro Lirio Flach, 1183, Santa Rita, Fone Whats (46)99976-4349

Selo Digital Nº SFTD4Xv6d4mIaRs5kXD2F490q
Consulte em http://selo.funarpen.com.br/consulta
PROTOCOLO Nº 0006472
REGISTRO Nº 0000212/03
LIVRO A-014
Marmeleiro, 23 de dezembro de 2024

Marileide Buss Pereira - Oficial Registradora
Emolumentos: R$83,10 (VRC 300,00) Prenrejus: R$11,07, ISSQN: R$2,49, FUNDEP: R$4,16, Selo: R$4,00, Distribuidor: R$10,60 Total: R$ 115,42

REGISTRO DE TÍTULOS, DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS
Marileide Buss Pereira
Oficial
Comarca de Marmeleiro/PR
46 3526-3439

ESTATUTO
ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO ASSENTAMENTO SÃO JORGE

DENOMINAÇÃO E FINALIDADES

Art. 1º – A presente associação é uma entidade civil, sem fins econômicos, denominada de ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO ASSENTAMENTO SÃO JORGE é fundada por prazo indeterminado;

Art. 2º – A sociedade ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO ASSENTAMENTO SÃO JORGE é uma associação de indivíduos que tem por fim:

a) Fortalecer a organização econômica, social e política dos agricultores associados da associação da localidade de linha medianeira.
b) Racionalizar as atividades agropecuárias, desenvolvendo formas de cooperação que ajudem na produção e comercialização;
c) Garantir os direitos dos associados junto aos poder público, principalmente no atendimento as necessidades de educação, saúde, habitação, transportes, comunicação e lazer;

§ único: para alcançar seus objetivos a associação poderá fazer convênios e filiar-se com outras entidades, sem perder sua individualidade e poder de decisão.

Art. 3º – Para execução de seus fins, a associação deverá desenvolver suas atividades de forma construtiva e contínua, de modo a constituir uma entidade que represente de fato e de direito, todos os seus problemas e de seus associados, sempre visando o bem estar da humanidade e da população em geral.

CAPÍTULO II
DEVERES E DIREITOS

Art. 4º – Terão ingresso em seu quadro social às pessoas físicas que se interesse por suas finalidades qualquer que seja a profissão, credo religioso ou nacionalidade e que se disponham e se enquadrem no regimento interno dessa associação;

Art. 5º - A inclusão no quadro social far-se-á mediante proposta assinada pelo interessado e após a aprovação da diretoria será lavrado em ata;

Art. 6º - Haverá somente uma categoria de associados, os ATIVOS, os quais, estando com suas mensalidades absolutamente em dia, gozarão de todos os direitos estatutários, bem como poderão utilizar os serviços que a presente Associação colocar em sua disposição;

Art. 7º - São deveres dos sócios:

a) Pugnar pelo engrandecimento da associação;
b) Ter sempre em vista seu desenvolvimento cultural, social e econômico;
c) Zelar com solicitude, por tudo quanto lhes for confiado;
d) Cumprir e fazer cumprir, fielmente, este estatuto e regulamentos;
e) Contribuir, pontualmente, com as mensalidades;
f) Fazer uso da palavra nas reuniões e assembléias sendo, no entanto, vedado referir-se a assuntos alheios aos interesses da sociedade;
g) Votar e ser votado;
h) Pedir a convocação de Assembléia Extraordinária;

i) Utilizar-se de todos os serviços da Associação, respeitando os respectivos regulamentos;
j) Tomar parte em explanações, reuniões e demais atividades organizadas ou apoiadas pela Associação.

Art. 8º - São direitos dos sócios contribuintes ou correspondentes:
a) Utilizar-se de todos os serviços da sociedade, respeitando os respectivos regulamentos;
b) Fazer uso da palavra nas reuniões, sendo, no entanto, vedado referir-se a assuntos alheios aos interesses da sociedade;

Art. 9º - Quando licenciados, os sócios perderão todos os direitos que lhe são concedidos nos artigos anteriores;

CAPÍTULO III
ADMINISTRAÇÃO

Art. 10º – A Associação será gerida na ordem, pela deliberação de assembléia geral ordinária ou extraordinária, por uma Diretoria Executiva e conselho fiscal, eleitas em Assembléia Ordinária, composta de um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário um Vice-Secretário, um Tesoureiro e um Vice-Tesoureiro, três conselheiros efetivos e mais três suplentes e nesta mesma Assembléia, tem início o mandato;
Parágrafo Primeiro – A Diretoria poderá criar outros cargos departamentais que julgar conveniente, os quais serão de sua livre escolha.
Parágrafo Segundo – Os cargos da Diretoria poderão ser alternados entre si, isto é, durante o mandato, mediante reunião prévia, transcrita em ata, a Presidência poderá ser exercida pelo Vice ou pelo Secretário, ou vice-versa;
Parágrafo Terceiro – A Assembléia geral dos associados é órgão supremo da sociedade, dentro dos limites legais e estatutários, tendo poderes para decidir os negócios relativos ao objeto da entidade e tomar resoluções convenientes ao desenvolvimento e defesa desta, e suas deliberações vinculam a todos, ainda que discordantes ou ausentes.
Parágrafo Quarto – A Associação será representada judicial e extra-judicial, ativa e passivamente, pelo presidente, na sua falta ou impedimento, pelo Vice-Presidente, ou pelos demais membros da diretoria, segundo a ordem hierárquica estabelecida neste estatuto, sendo que a responsabilidade civil e criminal da associação será exercida pelo presidente e pelo tesoureiro.

Art. 11º - Os cargos da Diretoria são considerados honoríficos, não cabendo remuneração alguma ao seu exercício;

Art. 12º - Além da diretoria executiva, haverá um Conselho Fiscal, compostos de três membros titulares e três suplentes, aos quais compete às atribuições conferidas por lei e mediante decisão colegiada, estabelecer à forma que será exercida a função fiscalizadora, inclusive quanto a periodicidade das prestações de contas, também eleitos em Assembléia Ordinária, concomitantemente com a Diretoria Executiva;
Parágrafo Único – Em cada conselho será indicado um Presidente;

Art. 13º - Caso haja renuncia coletiva da Diretoria, ou mesmo esta for destituída, desde que sejam os seus quatro membros, serão escolhidos novos substitutos em Assembléia Extraordinária para cumprimento do mandato dos substitutos;

Art. 14º - Serão considerados vagos os cargos da Diretoria, cujos titulares, individualmente, sem motivo justificado, faltarem a quatro reuniões consecutivas;

Art. 15º - A Diretoria reunir-se-á ordinariamente, ao menos uma vez por mês, e extraordinariamente, toda vez que convocada pelo Presidente e deverão ter a presença de pelo menos três de seus membros e de qualquer de seus associados, quando forem também convocados;

Art. 16º - Compete a Diretoria:

a) Observar e fazer observar o presente Estatuto e as resoluções das Assembléias;
b) Fixar os valores das mensalidades e/ou jóias;
c) Orientar as atividades da sociedade, estabelecendo normas de conduta e trabalho;
d) Deliberar sobre a convocação das Assembléias Gerais Extraordinárias;
e) Elaborar e encaminhar à Assembléia quaisquer projetos de reformas ou modificações do presente Estatuto, respeitando sempre os fins sociais e a forma de dissolução da sociedade;
f) Autorizar, além das despesas ordinárias, aplicações extraordinárias de importâncias de dinheiro, do patrimônio social, bem como a vende de bens móveis;
g) Apresentar na Assembléia Geral Ordinária, até o mês de Maio de cada ano, o relatório e Balanço Anual acompanhado do Parecer do Conselho Fiscal;
h) Admitir, recusar, suspender, eliminar sócio e aceitar pedidos de admissão, de conformidade com este Estatuto, bem como conceder licenças aos associados que justificarem necessidade de se afastarem das atividades afins da Associação;
i) Deliberar em conjunto os casos omissos do presente Estatuto;

Art. 17º - As deliberações da Diretoria serão tomadas por maioria simples dos presentes, cabendo recurso a Assembléia;

Art. 18º - Compete ao Presidente da Associação:

a) Convocar as sessões da sociedade e presidi-las;
b) Representar a sociedade em suas relações jurídicas e sociais, fazendo-se representar por indicação, outro membro da Diretoria quando não possa comparecer;
c) Assinar, juntamente com o tesoureiro, as ordens de pagamento, cheques e outros documentos de pagamentos;
d) Nomear, empossar, licenciar e destituir os membros da Diretoria cujos cargos não são eletivos.

Art. 19º - Compete ao Vice-Presidente:

a) Auxiliar o presidente;
b) Substituir o presidente quando de sua falta ou impedimento;

Art. 20º - Compete ao Secretário:
a) Substituir alguns dos membros da diretoria quando da sua falta ou impedimentos;
b) Superintender os serviços de Secretário;
c) Atender os expedientes da sociedade, lavrar e proceder a leitura de atas;

Art. 21º - Compete ao Vice-Secretário:
a) Auxiliar o Secretário;
b) Substituir o Secretário quando de sua falta ou impedimento

Art. 22º - Compete ao Tesoureiro:
a) Arrecadar a receita e ter sob sua guarda todos os títulos e valores da sociedade, mantendo em conta bancária as somas que não forem imediatamente necessárias às despesas;
b) Assinar, juntamente com o Presidente, os cheques, contas e balanços da sociedade;
c) Pagar as contas visadas pelo Presidente;
d) Dirigir e fiscalizar os serviços da Tesouraria, mantendo em dia a escrituração regular da contabilidade;
e) Organizar a cobrança das mensalidades;

Art. 23º - Compete ao Vice-Tesoureiro:
a) Auxiliar o Tesoureiro;
b) Substituir o tesoureiro quando de sua falta ou impedimento

Art. 24º - Compete ao Conselho Fiscal:
a) Examinar e aprovar as contas da diretoria, os livros, documentos, balancetes, balanço geral e demais demonstrativos financeiros;
b) Participar, indicar e eleger novo membro em caso de vacância da diretoria e conselho fiscal;
c) Fiscalizar as atividades dos membros da diretoria, cobrando explicações sempre que se julgar necessário;
d) Reunir-se a cada três meses para analisar o desempenho social da associação e dos membros da diretoria.

CAPÍTULO IV
ASSEMBLÉIAS GERAIS

Art. 25º - As Assembléias Gerais serão ordinárias ou extraordinárias e delas podem participar os sócios ativos, tendo direito a voto somente os associados quites com as mensalidades;

Art. 26º - A Assembléia Geral Ordinária será convocada pelo Presidente, em edital público, com antecedência mínima de dez dias, e as Extraordinárias, com antecedência de quinze dias;

Art. 27º - As Assembléias funcionarão em primeira convocação com a maioria dos sócios e, em segunda convocação, com qualquer número de associados presentes, após trinta minutos;

Art. 28° - As deliberações das Assembléias gerais serão tomadas por maioria simples de votos;

Art. 29° - Compete à Assembléia Geral Ordinária:

a) Anualmente, tomar conhecimento, discutir e aprovar ou não o relatório e o Balanço da Diretoria, a vista do Conselho Fiscal, bem como deliberar sobre assuntos de interesse da sociedade, e que constem em edital de convocação;
b) Bienalmente, até o final de mês de janeiro, eleger e empossar a Diretoria Executiva, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal;

Art. 30° – A Assembléia Geral Extraordinária se realizará sempre que for necessário e poderá deliberar sobre quaisquer assuntos de interesse da Associação, desde que sejam mencionados no edital de convocação.

Art. 31° – É da competência da Assembléia Geral Extraordinária, deliberar sobre os seguintes assuntos:

I – reforma do estatuto;
II – fusão, incorporação e desmembramento;
III – mudança do objetivo da sociedade;
IV – dissolução voluntária da sociedade;
V – contas do liquidante.

Art. 32° – São necessários os votos de dois terços dos associados presentes, para tornar válidas as deliberações de que trata a Assembléia Geral Extraordinária.

Art. 33° - As Assembléias Extraordinárias realizar-se-ão, quando convocadas pela Diretoria ou quando os associados, em número mínimo de cinco, membros da diretoria ou não, a requererem;

Art. 34° - A convocação da Assembléia Geral Extraordinária, pelos associados, deverá ser efetuada por escrito ao Presidente e justificando os motivos da convocação;

Art. 35° - A Assembléia Geral Extraordinária deverá ser divulgada por edital na sede da entidade ou por carta a cada um dos associados;

CAPÍTULO V
DAS ELEIÇÕES, POSSE, EXERCÍCIO E MANDATO.

Art. 36° – As eleições para Diretoria e Conselho Fiscal realizar-se-ão bianualmente podendo seus membros ser reeleitos por mais 2 (dois) mandatos. A primeira até **31/01/2009**.

Art. 37° – Convocar-se-á a Assembléia geral para:

I. Escolher durante a Assembléia Geral a comissão eleitoral que será composta por Presidente, Secretário e Suplentes, sendo os cargos preenchidos por qualquer sócio.

a) Cabe à comissão eleitoral designar os componentes da(s) mesa(s) apuradora(s) e escrutinadora (s) que são compostas por Presidente, Secretário e Suplentes, sendo os cargos preenchidos por sócios.
b) Os componentes da mesa apuradora/escrutinadora não poderão fazer parte de nenhuma das chapas concorrentes.
c) Cada chapa poderá indicar um fiscal por mesa apuradora/escrutinadora para acompanhar os trabalhos.

II. Definir na Assembléia, data, horário e local para as eleições com antecedência mínima de 2(dois) dias úteis;

III. Apresentar e/ou compor durante a Assembléia Geral, as chapas que concorrerão às eleições, incluindo os elementos do conselho Fiscal, devendo ser apresentadas por escrito à comissão eleitoral.
§ 1º Compondo-se, no mínimo, uma chapa completa na Assembléia, não haverá prazo para apresentação de novas chapas.
§ 2º A partir da composição das chapas será enviado comunicado aos integrantes, apresentando os seus componentes.
§ 3º Uma mesma pessoa não poderá compor mais de uma chapa, mesmo em cargos distintos;
§ 4º Havendo participação do casal na composição da mesma chapa, os mesmos não poderão ocupar concomitantemente o cargo de Presidente, Vice-Presidente e 1º e 2º Tesoureiro.

IV. Definir os critérios para a campanha eleitor

Art. 38º – A solicitação de impugnação do processo eleitoral deverá ser apresentada, por escrito, embasada em documentos e motivos explicados relevantes ao Presidente da comissão eleitoral ou a quem por ele designado, até às 18 horas do 1º dia útil subseqüente ao pleito.

Parágrafo Único – A decisão, quanto à impugnação do processo eleitoral, será de responsabilidade da comissão eleitoral prevista no artigo 36, devendo ser dada ciência por escrito à parte interessada, imediatamente após a decisão, no prazo máximo de 3(três) dias úteis.

Art. 39º – A campanha eleitoral terá início a partir da composição das chapas, até 24(vinte e quatro) horas antes da realização do pleito.

Art. 40º – O pleito será realizado por voto secreto e direto, sendo considerada vencedora a chapa que obtiver maior número de votos válidos, não sendo computados os votos brancos ou nulos.

Parágrafo primeiro - Ocorrendo empate entre as chapas concorrentes, proceder-se-á a uma nova votação entre as chapas empatadas, no prazo de até 7(sete) dias úteis da primeira votação.

Parágrafo segundo - Ocorrendo a inscrição de apenas uma chapa, o pleito será realizado por voto secreto e direto e a chapa será considerada eleita, se obtiver número maior de votos válidos do que a soma dos votos nulos e brancos.

Parágrafo terceiro - Caso a chapa única não seja eleita, conforme o citado no § 2º, deste artigo, novas eleições serão convocadas no prazo de até 7(sete) dias úteis.

Art. 41º – O mandato da diretoria e do Conselho Fiscal da Associação será cumprido integralmente, no período para o qual seus membros foram eleitos, exceto em casos de destituição ou renúncia, em que os cargos deverão ser preenchidos até o prazo máximo de 30(trinta) dias consecutivos, mediante convocação de Assembléia Geral Extraordinária.

Art. 42º – A Assessoria Técnica deverá providenciar a lista dos votantes para consulta/controle e a cédula eleitoral.

Art. 43º – Terão direito a voto somente os associados. Um voto por bem segurado.

Art. 44º – A Diretoria e Conselho Fiscal, eleitos, tomarão posse imediatamente após a apuração.
Parágrafo primeiro - A Diretoria anterior terá prazo de até 5(cinco) dias úteis para a prestação de contas de sua gestão, bem como para proceder a entrega de toda a documentação referente à Associação, sendo obrigatória a presença do Presidente, 1º Tesoureiro, 1º Secretário e Conselho Fiscal de ambas as diretorias, com registro em ata.
Parágrafo segundo - A nova Diretoria deverá analisar em reunião toda a documentação recebida e dar parecer da aceitação das contas em caso de dúvidas ou detectadas irregularidades, solicitar esclarecimentos e/ou providências à gestão anterior, mediante ofício, em duas vias, com recebimento em até 15 (quinze) dias registrando em ata as conclusões.

Art. 45º – O Conselho Fiscal será considerado eleito em virtude da eleição da Diretoria da ATLB com a qual compôs a chapa.

CAPÍTULO VI
PATRIMÔNIO

Art. 46º - O Patrimônio da Associação será constituído por todos os seus bens móveis e imóveis e será administrada pela diretoria;

Parágrafo único - Constituem recursos financeiros:
a) Auxílio financeiro de qualquer origem, depois de ouvida a Assembléia.
b) Contribuições financeiras oriundas de convênios, acordos ou contratos.
c) Subvenção e auxílios destinados pelos poderes públicos.
d) Rendas decorrentes da exploração de eventos.

Art. 47º - A Aquisição, oneração, ou alienação de quaisquer bens imóveis, dependerá de resolução em Assembléia;

Art. 48º - Os bens da Associação, não poderão ser rateados entre os membros, proporcionalmente a sua participação.

Parágrafo Único – A distribuição de qualquer bem, mesmo em espécie, será disciplinada por reunião da Diretoria.

CAPÍTULO VII
PENALIDADES

Art. 49º - A Diretoria poderá suspender temporariamente ou mesmo eliminar, do quadro social, qualquer sócio que desrespeitar o presente Estatuto;
Parágrafo Primeiro – A decisão da diretoria será tomada por maioria simples de seus membros e será comunicada por escrito ao interessado, que dela poderá recorrer para a primeira Assembléia Geral que se realizar, devendo o recurso ser apresentado dentro do prazo de quinze dias depois de notificado.
Parágrafo Segundo – O sócio suspenso ou eliminado perderá todos os seus direitos enquanto perdurar a penalidade.
Parágrafo Terceiro – Os membros da administração da sociedade estão sujeitos as mesmas penalidades dos demais sócios.

Art. 50º - Estará sujeito a exclusão do quadro social, a juízo da Diretoria, o sócio que se encontrar com duas mensalidades consecutivas em atraso.

Art. 51º - Ficará automaticamente excluído da sociedade, o associado que ficar três mensalidades, consecutivas ou não, em atraso.

Art. 52º - O associado em atraso, não terá cobertura dos fins previstos na presente entidade, conforme o que reza o artigo quinto como também, o que for disciplinado em Assembléia ou mesmo em reunião de Diretoria.

CAPÍTULO VIII
DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 53º - A ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO ASSENTAMENTO SÃO JORGE, é uma associação civil, com patrimônio e personalidade jurídica distintos de seus sócios e tem sua sede e foro na cidade de Marmeleiro, Estado do Paraná, sito à Localidade de Comunidade Assentamento São Jorge, s/nº. Zona rural, CEP 85615-000.

Art. 54º - Os associados respondem solidária ou subsidiariamente pelas obrigações que a Diretoria assumir em nome da Sociedade.

Art. 55º - Os associados excluídos, por pedido de desligamento, ou por exclusão por não cumprimento dos artigos do presente Estatuto, não terão direito a qualquer indenização ou mesmo devolução de valores ou bens;

Parágrafo Único – No caso de pedido de desligamento, o associado deverá protocolar junto a diretoria o seu pedido de desligamento, com antecedência mínima de trinta dias.

Art. 56º - A Associação poderá filiar-se à entidades cujos fins coincidam com os previstos nos artigos primeiro e segundo, mediante assembléia.

ESTATUTO
ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO ASSENTAMENTO SÃO JORGE

Art. 57º - O presente Estatuto somente poderá ser modificado ou alterado, por resolução de Assembléia Geral;

Art 58º - A dissolução da sociedade somente poderá ser efetivada, quando aprovada em Assembléia Geral, por um número mínimo de 1/3 dos sócios;

Parágrafo Único – Na hipótese deste artigo, os bens e direitos da entidade, em disponibilidade monetária, ou em móveis ou imóveis, depois de saldados todos os seus débitos, serão doados a outra entidade de idêntica finalidade já estabelecida ou em organização, conforme for decidido ou solucionado em assembléia.

Marmeleiro - PR, 02 de Junho de 2007.

xxxxxxxxx xxxxxxxxxxxxxx
Presidente

xxxxxxxxx
Secretario

xxxxxxxxxxxxxxxx
Tesoureiro

MUNICIPIO DE MARMELEIRO

Patrimônio

Relatório do Bem - Relatório dos Bens (Básico)

Bens: 20098

Tipo do Bem: Bens Móveis **Código:** 20098

Descrição: COLHEDORA DE FORRAGENS (ENSILADEIRA) NOGUEIRA FTN 1000 POWER.

Grupo: BENS **Classe:** EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE **Subclasse:** EQUIPAMENTO P/ AGRICULTURA

Data de Aquisição: 07/11/2024 **Data de Incorporação:** 12/11/2024 **Estado:** Ótimo

Valor Aquisição: R$ 58.799,00 **Valor Contábil:** R$ 58.534,41 **Situação:** Disponível

Centro de Custo: 10.001.002 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO **Localização:** null -

Responsável: 143987 - LUIZ CARNIEL **Fornecedor:** 1123 - COLONHESI & COLONHESI LTDA

Conta Débito: 1231101190000000000 - Máquinas, equipamentos e utensílios agropecuários **Conta Crédito:** -

ATA Nº. 05 – ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS AGRICULTORES DA LINHA GRUTA E DA LINHA NOSSA SENHORA APARECIDA **FOLHA 01**

Aos vinte e nove (29) dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro (2024), às 20h00min, na Comunidade de Linha Gruta S/N, Zona Rural, em Marmeleiro, Estado do Paraná, CEP 85615-000, reuniram-se, atendendo ao convite de **EDITAL DE CONVOCAÇÃO,** do presidente, com a seguinte ordem do dia **1º) Eleição e posse da nova diretoria, conselho fiscal e suplentes para o biênio 2024/2026, 2º) Assuntos gerais,** como inversão da pauta, houve por primeiro a prestação de contas dos últimos 5 anos, sendo o valor das receitas de R$ 76.414,00 (Setenta e seis mil, quatrocentos e quatorze reais) sendo o total das horas trabalhadas na quantia de 8075 horas, onde foram pagas as despesas dos equipamentos no valor de R$ 58.733,00 (Cinquenta e oito mil, setecentos e trinta e três reais) com saldo nesta data de R$ 18.008,00 (Dezoito mil e oito reais) Em prosseguimento aos trabalhos, os membros da entidade colocaram em discussão a eleição do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (diretoria) prevista no ESTATUTO, que ficou assim definida, sendo o mandato por (02) dois anos: **Presidente: JANDIR GOBI,** brasileiro, casado pelo regime de comunhão Parcial de bens, natural de Arvorezinha, Rio Grande do Sul, Agricultor, residente e domiciliado em Marmeleiro, Paraná, na Localidade de Linha Gruta, s/n, Zona Rural, portador da cédula de Identidade nº. 12/R-1.611.752. SSP/SC e CPF 654.318.399-34, **Vice Presidente: ADAIR ZUCCHI,** brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, natural de Xanxerê, Santa Catarina, Agricultor, residente e domiciliado em Marmeleiro, Paraná, na Localidade de Linha Nossa Senhora Aparecida, s/n, Zona Rural, portador da cédula de Identidade nº. 17/R .1.695.031 SSP/SC e CPF 526.269.389-04; **Secretário: LEANDRO DAL ALBA GOBI,** brasileiro, Solteiro, nascido em 30/04/1986, natural de Marmeleiro, Paraná, Agricultor, residente e domiciliado em Marmeleiro, Paraná, na Linha Gruta, s/n, Zona Rural portador da cédula de Identidade nº. 10.101.857-1 SESP/PR e CPF 063.545.299-57; **Vice Secretário: ARIOVALDO SOLIGO,** brasileiro, casado pelo regime de comunhão universal de bens, natural de Getúlio Vargas, Rio Grande do Sul, Agricultor, residente e domiciliado em Marmeleiro, Paraná, na Localidade de Linha Fazenda Doca, s/n, Zona Rural, portador da cédula de Identidade nº. 3.008.376-8 SESP/PR e CPF 195.792.500-06; **Tesoureiro: ELNES JOSÉ DA PONT,** brasileiro, casado pelo regime de comunhão Parcial de bens, natural de Marmeleiro, Paraná, Agricultor, residente e domiciliado em Marmeleiro, Paraná, na Localidade de Linha Gruta, s/n, Zona Rural, portador da cédula de Identidade nº. 6.536.229-5 SESP/PR e CPF 972.760.909-06; **Vice Tesoureiro: GELSON ANTONIO POSTAL,** brasileiro, casado pelo regime de comunhão Parcial de bens, natural de Sertão, Rio Grande do Sul, Agricultor, residente e domiciliado em Marmeleiro, Paraná, na Localidade de Linha Fazenda Doca, s/n, Zona Rural, portador da cédula de Identidade nº. 5.350.489-2 SESP/PR e CPF 766.013.829-49, **Conselho Fiscal Efetivos: NELSON DOMINGOS NICOLAO,** brasileiro, Solteiro, nascido em

Marileide Ines Pereira
Oficial
Comarca de Marmeleiro/PR
46 3520-3439
REGISTRO DE TÍTULOS, DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS

O selo de autenticidade está afixado na última folha

27/05/1956, natural de Não me Toque, Rio Grande do Sul, Agricultor, residente e domiciliado em Marmeleiro, Paraná, na Localidade de Linha Gruta, S/N, Zona Rural, portador da cédula de Identidade nº 3.565.802-5 SSP/PR e CPF 483.460.399-72; **NEOZILDO LANZARIN,** brasileiro, casado pelo regime de comunhão Parcial de bens, natural de Vitorino, Paraná, Agricultor, residente e domiciliado em Marmeleiro, Paraná, na Localidade de Linha Gruta, s/n, Zona Rural, portador da cédula de Identidade nº. 3.743.967-6 SSP/PR e CPF 487.191.969-20 e **VALDAIR ANTONIO ZANBAM,** brasileiro, casado pelo regime de comunhão universal de bens, natural de Alpestre, Rio Grande do Sul, Agricultor, residente e domiciliado em Marmeleiro, Paraná, na Localidade de Linha Nossa Senhora Aparecida, s/n, Zona Rural, portador da cédula de Identidade nº. 13/R.1.858.978 SSP/SC e CPF 582.886.789-04; **Suplentes: JOSÉ HENRIQUE SIQUEIRA OLIVEIRA,** brasileiro, casado pelo regime de comunhão Universal de bens, natural de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, Agricultor, residente e domiciliado em Marmeleiro, Paraná, na Localidade de Linha Gruta, s/n, Zona Rural, portador da cédula de Identidade nº. 3.249.355-6 SSP/PR e CPF 555.355.859-04: **SERGIO ANTONIO BRESSIANI,** brasileiro, casado pelo regime de comunhão Universal de bens, natural de Erechim, Rio Grande do Sul, Agricultor, residente e domiciliado em Marmeleiro, Paraná, na Localidade de Linha Gruta, s/n, Zona Rural, portador da cédula de Identidade nº. 3.337.842-4 SSP/PR e CPF 525.048.339-00, **PAULO BESEN,** brasileiro, casado pelo regime de comunhão Universal de bens, natural de Campos Novos, Santa Catarina, Agricultor, residente e domiciliado em Marmeleiro, Paraná, na Localidade de Linha Gruta, s/n, Zona Rural, portador da cédula de Identidade nº. 4.350.787-7 SESP/PR e CPF 099.354.529-72, **SELMO CLAUDINO WILLER,** brasileiro, casado pelo regime de comunhão Parcial de bens, natural de Joaçaba, Santa Catarina, Agricultor, residente e domiciliado em Marmeleiro, Paraná, na Localidade de Linha Nossa Senhora Aparecida, s/n, Zona Rural, portador da cédula de Identidade nº. 513/R-712.959 SSP/SC e CPF 297.220.129-91, **DELCIO ANTONIO NICOLAO,** brasileiro, casado pelo regime de comunhão Universal de bens, natural de Não me Toque, Rio Grande do Sul, Agricultor, residente e domiciliado em Marmeleiro, Paraná, na Localidade de Linha Gruta, s/n, Zona Rural, portador da cédula de Identidade nº. 4.085.974-8 SESP/PR e CPF 644.385.039-49; **ARISTEU KEMPFER,** brasileiro, casado pelo regime de comunhão Universal de bens, natural de Carazinho, Rio Grande do Sul, Agricultor, residente e domiciliado em Marmeleiro, Paraná, na Localidade de Linha Nossa Senhora Aparecida, s/n, Zona Rural, portador da cédula de Identidade nº. 4.008.713-3 SSP/PR e CPF 545.950.969-68, *FICOU DESIGNADO PARA ASSINAREM E MOVIMENTAREM EM CONJUNTO OS VALORES FINANCEIROS O SR.* **JANDIR GOBI** *PRESIDENTE e* **ELNES JOSÉ DA PONT,** *TESOUREIRO.* logo após colocou a palavra livre para manifestações. Nada mais havendo a tratar, eu secretário, junto com o presidente dão por encerrada a presente ata, com a assinatura de todos os membros presentes: **JANDIR GOBI, ADAIR ZUCCHI, LEANDRO DAL ALBA GOBI, ARIOVALDO SOLIGO, ELNES JOSÉ DA PONT, GELSON ANTONIO**

Jandir Gobi

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS
Marileide Bosa Pereira
Oficial
Comarca de Marmeleiro, PR
46 3525-3439

O selo de autenticidade está afixado na última folha

ATA Nº. 05 – ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS AGRICULTORES DA LINHA GRUTA E DA LINHA NOSSA SENHORA APARECIDA **FOLHA 03**

POSTAL, NELSON DOMINGOS NICOLAO, NEOZILDO LANZARIN, VALDAIR ANTONIO ZANBAM, JOSÉ HENRIQUE SIQUEIRA OLIVEIRASERGIO ANTONIO BRESSIANI, PAULO BESEN, SELMO CLAUDINO WILLER, DELCIO ANTONIO NICOLAO, ARISTEU KEMPFER

Certificamos que a presente é cópia fiel da Ata nº 05 nas páginas 05, 05v e 06, lavrada no livro de Atas de assembleias gerais Nº 01

JANDIR GOBI
Presidente

RETIFICAÇÃO: Devido a conferência dos documentos, retifica-se os seguintes dados na presente ata: números dos seguintes documentos: RG de Adair Zucchi – 17/R-1.695.021-SSP/SC; RG de Neozildo Lanzarin - 3.743.957-6-SSP/PR; RG de Selmo Claudino Willer - 13/R-712.959-SSP/SC. Retifica-se o nome: José Hanrique Siqueira Oliveira. Dou fé.

Marileide Buss Pereira
Oficial

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS DE MARMELEIRO-PR
Rua Esidoro Lirio Flach, 1183, Santa Rita, Fone Whats (46)99976-4349

Selo Digital Nº SFTD4fvU74R6a2onbZDCF490q
Consulte em http://selo.funarpen.com.br/consulta
PROTOCOLO Nº 0006442
REGISTRO Nº 0000008/01
LIVRO A-014
Marmeleiro, 06 de dezembro de 2024

Marileide Buss Pereira - Oficial Registradora
Emolumentos: R$83,10(VRC 300,02) Funrejus: R$11,07, ISSQN: R$2,49, FUNDEP: R$4,16, Selo: R$4,00, Distribuidor: R$10,60 . Total: R$ 115,42

REGISTRO DE TÍTULOS, DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS
Marileide Buss Pereira
Oficial
Comarca de Marmeleiro/PR
46 3525-3439

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
15.735.030/0001-13 **MATRIZ**		**15/06/2012**

NOME EMPRESARIAL
ASSOCIACAO DE PEQUENOS AGRICULTORES DA LINHA GRUTA E DA LINHA NOSSA SENHORA APARECIDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
********	**DEMAIS**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
Não informada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
399-9 - Associação Privada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
VL LOCALIDADE DE LINHA GRUTA	**000**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
85.615-000	**ZONA RURAL**	**MARMELEIRO**	**PR**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
adair@arisi.com.br	**(46) 3525-1205/ (46) 3525-1205**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**15/06/2012**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **06/12/2024** às **09:36:20** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**

ESTATUTO
ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS AGRICULTORES DA LINHA GRUTA E DA LINHA NOSSA SENHORA APARECIDA

CARTÓRIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Pessoas Jurídicas
MARIA ARLETE FREITAS CARNEIRO
OFICIAL
Carmeleiro - PR

DENOMINAÇÃO E FINALIDADES

Art. 1º – A presente associação é uma entidade civil, sem fins econômicos, denominada de ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS AGRICULTORES DA LINHA GRUTA E DA LINHA NOSSA SENHORA APARECIDA é fundada por prazo indeterminado;

Art. 2º – A sociedade ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS AGRICULTORES DA LINHA GRUTA E DA LINHA NOSSA SENHORA APARECIDA é uma associação de indivíduos que tem por fim:

a) Fortalecer a organização econômica, social e política dos agricultores associados da associação das duas localidades e de arredores.
b) Racionalizar as atividades agropecuárias, desenvolvendo formas de cooperação que ajudem na produção e comercialização;
c) Garantir os direitos dos associados junto aos poder público, principalmente no atendimento as necessidades de educação, saúde, habitação, transportes, comunicação e lazer;

§ único: para alcançar seus objetivos a associação poderá fazer convênios e filiar-se com outras entidades, sem perder sua individualidade e poder de decisão.

Art. 3º – Para execução de seus fins, a associação deverá desenvolver suas atividades de forma construtiva e contínua, de modo a constituir uma entidade que represente de fato e de direito, todos os seus problemas e de seus associados, sempre visando o bem estar da humanidade e da população em geral.

CAPÍTULO II
DEVERES E DIREITOS

Art. 4º – Terão ingresso em seu quadro social às pessoas físicas que se interesse por suas finalidades qualquer que seja a profissão, credo religioso ou nacionalidade e que se disponham e se enquadrem no regimento interno dessa associação;

Art. 5º - A inclusão no quadro social far-se-á mediante proposta assinada pelo interessado e após a aprovação da diretoria será lavrado em ata;

Art. 6º - Haverá somente uma categoria de associados, os ATIVOS, os quais, estando com suas mensalidades absolutamente em dia, gozarão de todos os direitos estatutários, bem como poderão utilizar os serviços que a presente Associação colocar em sua disposição;

Art. 7º - São deveres dos sócios:

a) Pugnar pelo engrandecimento da associação;
b) Ter sempre em vista seu desenvolvimento cultural, social e econômico;
c) Zelar com solicitude, por tudo quanto lhes for confiado;
d) Cumprir e fazer cumprir, fielmente, este estatuto e regulamentos;
e) Contribuir, pontualmente, com as mensalidades;
f) Fazer uso da palavra nas reuniões e assembléias sendo, no entanto, vedado referir-se a assuntos alheios aos interesses da sociedade;
g) Votar e ser votado;
h) Pedir a convocação de Assembléia Extraordinária;

Dr. Oswaldo Tonão
ADVOGADO
OAB-PR 5829/B - CPF 006.352.780-49

CARTÓRIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS Pessoas Jurídicas MARIA ARLETE FREITAS CARNEIRO OFICIAL Mamoleiro - PR

i) Utilizar-se de todos os serviços da Associação, respeitando os respectivos regulamentos;
j) Tomar parte em explanações, reuniões e demais atividades organizadas ou apoiadas pela Associação.

Art. 8º - São direitos dos sócios contribuintes ou correspondentes:
a) Utilizar-se de todos os serviços da sociedade, respeitando os respectivos regulamentos;
b) Fazer uso da palavra nas reuniões, sendo, no entanto, vedado referir-se a assuntos alheios aos interesses da sociedade;

Art. 9º - Quando licenciados, os sócios perderão todos os direitos que lhe são concedidos nos artigos anteriores;

CAPÍTULO III
ADMINISTRAÇÃO

Art. 10º – A Associação será gerida na ordem, pela deliberação de assembléia geral ordinária ou extraordinária, por uma Diretoria Executiva e conselho fiscal, eleitas em Assembléia Ordinária, composta de um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário um Vice-Secretário, um Tesoureiro e um Vice-Tesoureiro, três conselheiros efetivos e mais três suplentes e nesta mesma Assembléia, tem início o mandato;
Parágrafo Primeiro – A Diretoria poderá criar outros cargos departamentais que julgar conveniente, os quais serão de sua livre escolha.
Parágrafo Segundo – Os cargos da Diretoria poderão ser alternados entre si, isto é, durante o mandato, mediante reunião prévia, transcrita em ata, a Presidência poderá ser exercida pelo Vice ou pelo Secretário, ou vice-versa;
Parágrafo Terceiro – A Assembléia geral dos associados é órgão supremo da sociedade, dentro dos limites legais e estatutários, tendo poderes para decidir os negócios relativos ao objeto da entidade e tomar resoluções convenientes ao desenvolvimento e defesa desta, e suas deliberações vinculam a todos, ainda que discordantes ou ausentes.
Parágrafo Quarto – A Associação será representada judicial e extra-judicial, ativa e passivamente, pelo presidente, na sua falta ou impedimento, pelo Vice-Presidente, ou pelos demais membros da diretoria, segundo a ordem hierárquica estabelecida neste estatuto, sendo que a responsabilidade civil e criminal da associação será exercida pelo presidente e pelo tesoureiro.

Art. 11º - Os cargos da Diretoria são considerados honoríficos, não cabendo remuneração alguma ao seu exercício;

Art. 12º - Além da diretoria executiva, haverá um Conselho Fiscal, compostos de três membros titulares e três suplentes, aos quais compete às atribuições conferidas por lei e mediante decisão colegiada, estabelecer à forma que será exercida a função fiscalizadora, inclusive quanto a periodicidade das prestações de contas, também eleitos em Assembléia Ordinária, concomitantemente com a Diretoria Executiva;
Parágrafo Único – Em cada conselho será indicado um Presidente;

Dr. Oswaldo Tondo
ADVOGADO
OAB-PR 5829/B - CPF 006.352.780-49

CARTÓRIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS Pessoas Jurídicas
OFICIAL
Mamoleiro - PR

Art. 13º - Caso haja renuncia coletiva da Diretoria, ou mesmo esta for destituída, desde que sejam os seus quatro membros, serão escolhidos novos substitutos em Assembléia Extraordinária para cumprimento do mandato dos substitutos;

Art. 14º - Serão considerados vagos os cargos da Diretoria, cujos titulares, individualmente, sem motivo justificado, faltarem a quatro reuniões consecutivas;

Art. 15º - A Diretoria reunir-se-á ordinariamente, ao menos uma vez por mês, e extraordinariamente, toda vez que convocada pelo Presidente e deverão ter a presença de pelo menos três de seus membros e de qualquer de seus associados, quando forem também convocados;

Art. 16º - Compete a Diretoria:

a) Observar e fazer observar o presente Estatuto e as resoluções das Assembléias;
b) Fixar os valores das mensalidades e/ou jóias;
c) Orientar as atividades da sociedade, estabelecendo normas de conduta e trabalho;
d) Deliberar sobre a convocação das Assembléias Gerais Extraordinárias;
e) Elaborar e encaminhar à Assembléia quaisquer projetos de reformas ou modificações do presente Estatuto, respeitando sempre os fins sociais e a forma de dissolução da sociedade;
f) Autorizar, além das despesas ordinárias, aplicações extraordinárias de importâncias de dinheiro, do patrimônio social, bem como a vende de bens móveis;
g) Apresentar na Assembléia Geral Ordinária, até o mês de Maio de cada ano, o relatório e Balanço Anual acompanhado do Parecer do Conselho Fiscal;
h) Admitir, recusar, suspender, eliminar sócio e aceitar pedidos de admissão, de conformidade com este Estatuto, bem como conceder licenças aos associados que justificarem necessidade de se afastarem das atividades afins da Associação;
i) Deliberar em conjunto os casos omissos do presente Estatuto;

Art. 17º - As deliberações da Diretoria serão tomadas por maioria simples dos presentes, cabendo recurso a Assembléia;

Art. 18º - Compete ao Presidente da Associação:

a) Convocar as sessões da sociedade e presidi-las;
b) Representar a sociedade em suas relações jurídicas e sociais, fazendo-se representar por indicação, outro membro da Diretoria quando não possa comparecer;
c) Assinar, juntamente com o tesoureiro, as ordens de pagamento, cheques e outros documentos de pagamentos;
d) Nomear, empossar, licenciar e destituir os membros da Diretoria cujos cargos não são eletivos.

Art. 19º - Compete ao Vice-Presidente:

a) Auxiliar o presidente;
b) Substituir o presidente quando de sua falta ou impedimento;

Dr. Oswaldo Tondo
ADVOGADO
OAB-PR 5829/B - CPF 006.352.780-4

CARTÓRIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS Pessoas Jurídicas MANOEL ANTONIO CARNEIRO OFICIAL Mamoleiro - PR

Art. 20º - Compete ao Secretário:
a) Substituir alguns dos membros da diretoria quando da sua falta ou impedimentos;
b) Superintender os serviços de Secretário;
c) Atender os expedientes da sociedade, lavrar e proceder a leitura de atas;

Art. 21º - Compete ao Vice-Secretário:
a) Auxiliar o Secretário;
b) Substituir o Secretário quando de sua falta ou impedimento

Art. 22º - Compete ao Tesoureiro:
a) Arrecadar a receita e ter sob sua guarda todos os títulos e valores da sociedade, mantendo em conta bancária as somas que não forem imediatamente necessárias às despesas;
b) Assinar, juntamente com o Presidente, os cheques, contas e balanços da sociedade;
c) Pagar as contas visadas pelo Presidente;
d) Dirigir e fiscalizar os serviços da Tesouraria, mantendo em dia a escrituração regular da contabilidade;
e) Organizar a cobrança das mensalidades;

Art. 23º - Compete ao Vice-Tesoureiro:
a) Auxiliar o Tesoureiro;
b) Substituir o tesoureiro quando de sua falta ou impedimento

Art. 24º - Compete ao Conselho Fiscal:
a) Examinar e aprovar as contas da diretoria, os livros, documentos, balancetes, balanço geral e demais demonstrativos financeiros;
b) Participar, indicar e eleger novo membro em caso de vacância da diretoria e conselho fiscal;
c) Fiscalizar as atividades dos membros da diretoria, cobrando explicações sempre que se julgar necessário;
d) Reunir-se a cada três meses para analisar o desempenho social da associação e dos membros da diretoria.

CAPÍTULO IV
ASSEMBLÉIAS GERAIS

Art. 25º - As Assembléias Gerais serão ordinárias ou extraordinárias e delas podem participar os sócios ativos, tendo direito a voto somente os associados quites com as mensalidades;

Art. 26º - A Assembléia Geral Ordinária será convocada pelo Presidente, em edital público, com antecedência mínima de dez dias, e as Extraordinárias, com antecedência de quinze dias;

Art. 27º - As Assembléias funcionarão em primeira convocação com a maioria dos sócios e, em segunda convocação, com qualquer número de associados presentes, após trinta minutos;

Dr. Oswaldo Tondo
ADVOGADO
OAB-PR 5829/B - CPF 006.352.780-49

CARTÓRIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS Pessoas Jurídicas
FREITAS CARNEIRO
OFICIAL
Marmeleiro - PR

Art. 28º - As deliberações das Assembléias gerais serão tomadas por maioria simples de votos;

Art. 29º - Compete à Assembléia Geral Ordinária:

a) Anualmente, tomar conhecimento, discutir e aprovar ou não o relatório e o Balanço da Diretoria, a vista do Conselho Fiscal, bem como deliberar sobre assuntos de interesse da sociedade, e que constem em edital de convocação;
b) Bianualmente, até o final de mês de janeiro, eleger e empossar a Diretoria Executiva, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal;

Art. 30º – A Assembléia Geral Extraordinária se realizará sempre que for necessário e poderá deliberar sobre quaisquer assuntos de interesse da Associação, desde que sejam mencionados no edital de convocação.

Art. 31º – É da competência da Assembléia Geral Extraordinária, deliberar sobre os seguintes assuntos:

I – reforma do estatuto;
II – fusão, incorporação e desmembramento;
III – mudança do objetivo da sociedade;
IV – dissolução voluntária da sociedade;
V – contas do liquidante.

Art. 32º – São necessários os votos de dois terços dos associados presentes, para tornar válidas as deliberações de que trata a Assembléia Geral Extraordinária.

Art. 33º - As Assembléias Extraordinárias realizar-se-ão, quando convocadas pela Diretoria ou quando os associados, em número mínimo de cinco, membros da diretoria ou não, a requererem;

Art. 34º - A convocação da Assembléia Geral Extraordinária, pelos associados, deverá ser efetuada por escrito ao Presidente e justificando os motivos da convocação;

Art. 35º - A Assembléia Geral Extraordinária deverá ser divulgada por edital na sede da entidade ou por carta a cada um dos associados;

CAPÍTULO V
DAS ELEIÇÕES, POSSE, EXERCÍCIO E MANDATO.

Art. 36º – As eleições para Diretoria e Conselho Fiscal realizar-se-ão bianualmente podendo seus membros ser reeleitos por mais 2 (dois) mandatos.

Art. 37º – Convocar-se-á a Assembléia geral para:

I. Escolher durante a Assembléia Geral a comissão eleitoral que será composta por Presidente, Secretário e Suplentes, sendo os cargos preenchidos por qualquer sócio.

Dr. Oswaldo Tondo
ADVOGADO
OAB-PR 5829/B - CPF 006.352.780-4

CARTÓRIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS Pessoas Jurídicas MARIA ARLETE FREITAS CARNEIRO OFICIAL Mamborê - PR

a) Cabe à comissão eleitoral designar os componentes da(s) mesa(s) apuradora(s) e escrutinadora (s) que são compostas por Presidente, Secretário e Suplentes, sendo os cargos preenchidos por sócios.
b) Os componentes da mesa apuradora/escrutinadora não poderão fazer parte de nenhuma das chapas concorrentes.
c) Cada chapa poderá indicar um fiscal por mesa apuradora/escrutinadora para acompanhar os trabalhos.

II. Definir na Assembléia, data, horário e local para as eleições com antecedência mínima de 2(dois) dias úteis;

III. Apresentar e/ou compor durante a Assembléia Geral, as chapas que concorrerão às eleições, incluindo os elementos do conselho Fiscal, devendo ser apresentadas por escrito à comissão eleitoral.
§ 1º Compondo-se, no mínimo, uma chapa completa na Assembléia, não haverá prazo para apresentação de novas chapas.
§ 2º A partir da composição das chapas será enviado comunicado aos integrantes, apresentando os seus componentes.
§ 3º Uma mesma pessoa não poderá compor mais de uma chapa, mesmo em cargos distintos;
§ 4º Havendo participação do casal na composição da mesma chapa, os mesmos não poderão ocupar concomitantemente o cargo de Presidente, Vice-Presidente e 1º e 2º Tesoureiro.

IV. Definir os critérios para a campanha eleitor

Art. 38º – A solicitação de impugnação do processo eleitoral deverá ser apresentada, por escrito, embasada em documentos e motivos explicados relevantes ao Presidente da comissão eleitoral ou a quem por ele designado, até às 18 horas do 1º dia útil subseqüente ao pleito.

Parágrafo Único – A decisão, quanto à impugnação do processo eleitoral, será de responsabilidade da comissão eleitoral prevista no artigo 36, devendo ser dada ciência por escrito à parte interessada, imediatamente após a decisão, no prazo máximo de 3(três) dias úteis.

Art. 39º – A campanha eleitoral terá início a partir da composição das chapas, até 24(vinte e quatro) horas antes da realização do pleito.

Art. 40º – O pleito será realizado por voto secreto e direto, sendo considerada vencedora a chapa que obtiver maior número de votos válidos, não sendo computados os votos brancos ou nulos.

Parágrafo primeiro - Ocorrendo empate entre as chapas concorrentes, proceder-se-á a uma nova votação entre as chapas empatadas, no prazo de até 7 (sete) dias úteis da primeira votação.

Parágrafo segundo - Ocorrendo a inscrição de apenas uma chapa, o pleito será realizado por voto secreto e direto e a chapa será considerada eleita, se obtiver número maior de votos válidos do que a soma dos votos nulos e brancos.

Dr. Oswaldo Tondo
ADVOGADO
OAB-PR 5829/B - CPF 006.352.780-49

CARTÓRIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS Pessoas Jurídicas MARIA ARLETE FREITAS CARNEIRO OFICIAL Marmeleiro - PR

Parágrafo terceiro - Caso a chapa única não seja eleita, conforme o citado no § 2º, deste artigo, novas eleições serão convocadas no prazo de até 7(sete) dias úteis.

Art. 41º – O mandato da diretoria e do Conselho Fiscal da Associação será cumprido integralmente, no período para o qual seus membros foram eleitos, exceto em casos de destituição ou renúncia, em que os cargos deverão ser preenchidos até o prazo máximo de 30(trinta) dias consecutivos, mediante convocação de Assembléia Geral Extraordinária.

Art. 42º – A Assessoria Técnica deverá providenciar a lista dos votantes para consulta/controle e a cédula eleitoral.

Art. 43º – Terão direito a voto somente os associados. Um voto por cada associado.

Art. 44º – A Diretoria e Conselho Fiscal, eleitos, tomarão posse imediatamente após a apuração.
Parágrafo primeiro - A Diretoria anterior terá prazo de até 5 (cinco) dias úteis para a prestação de contas de sua gestão, bem como para proceder a entrega de toda a documentação referente à Associação, sendo obrigatória a presença do Presidente, 1º Tesoureiro, 1º Secretário e Conselho Fiscal de ambas as diretorias, com registro em ata.
Parágrafo segundo - A nova Diretoria deverá analisar em reunião toda a documentação recebida e dar parecer da aceitação das contas em caso de dúvidas ou detectadas irregularidades, solicitar esclarecimentos e/ou providências à gestão anterior, mediante ofício, em duas vias, com recebimento em até 15 (quinze) dias registrando em ata as conclusões.

Art. 45º – O Conselho Fiscal será considerado eleito em virtude da eleição da Diretoria da ATLB com a qual compôs a chapa.

CAPÍTULO VI
PATRIMÔNIO

Art. 46º - O Patrimônio da Associação será constituído por todos os seus bens móveis e imóveis e será administrada pela diretoria;

Parágrafo único - Constituem recursos financeiros:
a) Auxílio financeiro de qualquer origem, depois de ouvida a Assembléia.
b) Contribuições financeiras oriundas de convênios, acordos ou contratos.
c) Subvenção e auxílios destinados pelos poderes públicos.
d) Rendas decorrentes da exploração de eventos.

Art. 47º - A Aquisição, oneração, ou alienação de quaisquer bens imóveis, dependerá de resolução em Assembléia;

Art. 48º - Os bens da Associação, não poderão ser rateados entre os membros, proporcionalmente a sua participação.

Dr. Oswaldo Tondo
ADVOGADO
OAB-PR 5829/B - CPF 006.352.780-49

CARTÓRIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS Pessoas Jurídicas MARIA ARLETE FREITAS CARNEIRO OFICIAL Marmeleiro - PR

Parágrafo Único – A distribuição de qualquer bem, mesmo em espécie, será disciplinada por reunião da Diretoria.

CAPÍTULO VII
PENALIDADES

Art. 49º - A Diretoria poderá suspender temporariamente ou mesmo eliminar, do quadro social, qualquer sócio que desrespeitar o presente Estatuto;
Parágrafo Primeiro – A decisão da diretoria será tomada por maioria simples de seus membros e será comunicada por escrito ao interessado, que dela poderá recorrer para a primeira Assembléia Geral que se realizar devendo o recurso ser apresentado dentro do prazo de quinze dias depois de notificado.
Parágrafo Segundo – O sócio suspenso ou eliminado perderá todos os seus direitos enquanto perdurar a penalidade.
Parágrafo Terceiro – Os membros da administração da sociedade estão sujeitos as mesmas penalidades dos demais sócios.

Art. 50º - Estará sujeito a exclusão do quadro social, a juízo da Diretoria, o sócio que se encontrar com duas mensalidades consecutivas em atraso.

Art. 51º - Ficará automaticamente excluído da sociedade, o associado que ficar três mensalidades, consecutivas ou não, em atraso.

Art. 52º - O associado em atraso, não terá cobertura dos fins previstos na presente entidade, conforme o que reza o artigo quinto como também, o que for disciplinado em Assembléia ou mesmo em reunião de Diretoria.

CAPÍTULO VIII
DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 53º - A ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS AGRICULTORES DA LINHA GRUTA E DA LINHA NOSSA SENHORA APARECIDA L, é uma associação civil, com patrimônio e personalidade jurídica distintos de seus sócios e tem sua sede e foro na cidade de Marmeleiro, Estado do Paraná, sito à Localidade de Linha Gruta, s/nº. Zona rural, CEP 85615-000.

Art. 54º - Os associados respondem solidária ou subsidiariamente pelas obrigações que a Diretoria assumir em nome da Sociedade.

Art. 55º - Os associados excluídos, por pedido de desligamento, ou por exclusão por não cumprimento dos artigos do presente Estatuto, não terão direito a qualquer indenização ou mesmo devolução de valores ou bens;

Parágrafo Único – No caso de pedido de desligamento, o associado deverá protocolar junto a diretoria o seu pedido de desligamento, com antecedência mínima de trinta dias.

Art. 56º - A Associação poderá filiar-se à entidades cujos fins coincidam com os previstos nos artigos primeiro e segundo, mediante assembléia.

Dr. Oswaldo Tond
ADVOGADO
OAB-PR 5829/B - CPF 006.352.780-

ESTATUTO
ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS AGRICULTORES DA LINHA GRUTA E DA LINHA NOSSA SENHORA APARECIDA

Art. 57º - O presente Estatuto somente poderá ser modificado ou alterado, por resolução de Assembléia Geral;

Art. 58º - A dissolução da sociedade somente poderá ser efetivada, quando aprovada em Assembléia Geral, por um número mínimo de 1/3 dos sócios;

Parágrafo Único – Na hipótese deste artigo, os bens e direitos da entidade, em disponibilidade monetária, ou em móveis ou imóveis, depois de saldados todos os seus débitos, serão doados a outra entidade de idêntica finalidade já estabelecida ou em organização, conforme for decidido ou solucionado em assembléia.

Marmeleiro - PR, 01 de junho de 2012.

JANDIR GOBI
Presidente

LEDUIRES SEBSTIÃO BARBOSA
Secretário

ELIANDRO ANOTNIO BORGES INHAIA
Tesoureiro

Dr. Oswaldo Tondo
ADVOGADO
OAB/PR 5829/B - CPF 006.352.780-49

Tabelionato de Notas, Tabelionato de Protesto, Registo Civil das Pessoas Naturais, Registro de Títulos e Documentos. Registro Civil das Pessoas Jurídicas.
Rua Seis, 533, centro, Marmeleiro – PR, CEP 85.615-000, Fone/Fax (46) 3525-1177
FREITAS CARNEIRO

RECONHEÇO POR **SEMELHANÇA** A FIRMA DE: JANDIR GOBI, LEDUIRES SEBASTIÃO BARBOSA, ELIANDRO ANTONIO BORGES INHAIA -*-*-*-*-*-*-*-*-*-*-*-*-*-
Marmeleiro, PR, 15 de junho de 2012. -*-*-*-*-*-*-*-*-*-*-*-

Em test° da verdade. Ass. Bel. Fernando Carneiro

Lei: 13.228 de 18/07/2001
SELO FUNARPEN
TABELIONATO DE NOTAS
EGL83924

Tabelionato de Notas, Tabelionato de Protesto, Registo Civil das Pessoas Naturais, Registro de Títulos e Documentos. Registro Civil das Pessoas Jurídicas.
Rua Seis, 533, centro, Marmeleiro – PR, CEP 85.615-000, Fone/Fax (46) 3525-1177
FREITAS CARNEIRO

Registro Civil de Pessoas Jurídicas
PROTOCOLADO SOB Nº **0000168**
REGISTRADO SOB Nº **0000008**
NO LIVRO **A-001**
Marmeleiro, 15 de junho de 2012

Fernando Carneiro
Escrevente Substituto

Lei: 13.228 de 18/07/2001
SELO FUNARPEN
TIT E DOC E PESSOAS JURIDICAS
DPB63793

CARTÓRIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS Pessoas Jurídicas
MARIA ARLETE FREITAS CARNEIRO
OFICIAL
Marmeleiro - PR

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS AGRICUTORES DA LINHA GRUTA E DA LINHA NOSSA SENHORA APARECIDA, no uso de suas atribuições que lhe conferem os Estatutos Sociais, CONVOCA os senhores Associados para Assembleia Geral ordinária a realizar-se no dia 29 de fevereiro de 2024, na sede da entidade, sito na Localidade de Linha Gruta, s/n, Zona Rural, em Marmeleiro, PR, com início previsto para as 20h00, com a maioria absoluta dos associados presentes, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

1º) Eleição e posse do Conselho de Administração e Conselho Fiscal para o biênio 2024/2026

2º) Assuntos gerais

Marmeleiro, 28 de janeiro de 2024.

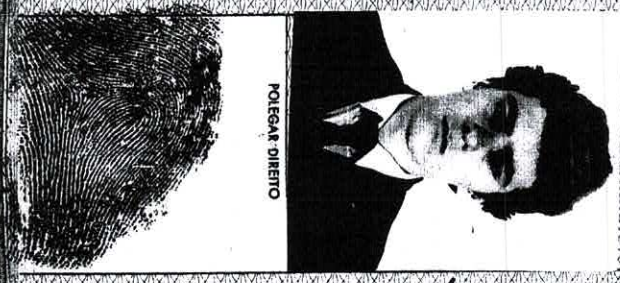
ADAIR JOSÉ ARIS
CONTADOR
PR 023939/O-7
CPF 370.393.109-20

JANDIR GOBI
PRESIDENTE

Registro 8/01
Protocolo 6.442
Livro A014
06/12/2024

REGISTRO DE TÍTULOS, DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS
Marileide Buss Pereira
Oficial
Comarca de Marmeleiro/PR
46 3525-3439

CÉDULA DE IDENTIDADE



POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO PORTADOR

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

CASA DA MOEDA DO BRASIL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES
DIRETORIA DE POLÍCIA TÉCNICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

REGISTRO GERAL 12/R-1.611.752

NOME JANDIR GOBI

FILIAÇÃO Germano Gobi
Zelinda Bertonello

ARVOREZINHA-RS. 06.07.1962
18.12.1961

NATURALIDADE NACIONALIDADE

Laura Cezar Radtke Braga

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

CASA DA MOEDA DO BRASIL

CIC

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nº DE INSCRIÇÃO 654318399 34

654 | 318 | 399 / 34

NOME COMPLETO

JANDIR GOBI

NASCIMENTO

06-07-62

ASSINATURA

COMPROVAÇÃO DE

MUNICIPIO DE MARMELEIRO

Patrimônio

Relatório do Bem - Relatório dos Bens (Básico)

Bens: 20164

Tipo do Bem: Bens Móveis **Código:** 20164

Descrição: DISTRIBUIDOR ADUBO ORGANICO MARCA IPACOL,MODELO:DLV 5.0, LIQUIDO 5000LTS, 5.000 LITROS,MANGOTE SUCCAO 5 METROS, EIXO E RODADO TANDEM,4 RODAS,PNEUS NOVOS DE FABRICA,PNEUS DE ALTA FLUTUACAO 400/60-15.5.DEMAIS INFORM. CFE PROPOSTA FINAL, TANQUE DE CHAPA EM ACO(BOMBA A VACUO - 7 PALHETAS 240 MM) RT 15.5 C/ PNEUS NOVOS, MANGOTE 4"X6 METROS, BICO ASPERSOR LEQUE 4",CANHAO LATERAL 4",ABERTURA HIDRAULICA DA VALVULA TRASEIRA 4", TAMPA TRASEIRA COM ABERTURA TOTAL DE SERIE E SIFAO,SERIE 01010240324.

Grupo: BENS **Classe:** EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE **Subclasse:** EQUIPAMENTO P/ AGRICULTURA

Data de Aquisição: 10/12/2024 **Data de Incorporação:** 10/12/2024 **Estado:** Ótimo

Valor Aquisição: R$ 57.120,00 **Valor Contábil:** R$ 57.120,00 **Situação:** Disponível

Centro de Custo: 02.001.065 - FROTA AGRICULTURA **Localização:** null -

Responsável: 143987 - LUIZ CARNIEL **Fornecedor:** 609145 - DAIANA VOGEL ZIMMERMANN LTDA

Conta Débito: 1231101190000000000 - Máquinas, equipamentos e utensílios agropecuários **Conta Crédito:** -

ESTATUTO
ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS AGRICULTORES DA LINHA HÍPICA

DENOMINAÇÃO E FINALIDADES

Art. 1º – A presente associação é uma entidade civil, sem fins econômicos, denominada de ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS AGRICULTORES DA LINHA HÍPICA é fundada por prazo indeterminado;

Art. 2º – A sociedade ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS AGRICULTORES DA LINHA HÍPICA é uma associação de indivíduos que tem por fim:

a) Fortalecer a organização econômica, social e política dos agricultores associados da associação da localidade e de arredores.
b) Racionalizar as atividades agropecuárias, desenvolvendo formas de cooperação que ajudem na produção e comercialização;
c) Garantir os direitos dos associados junto aos poder público, principalmente no atendimento as necessidades de educação, saúde, habitação, transportes, comunicação e lazer;

§ único: para alcançar seus objetivos a associação poderá fazer convênios e filiar-se com outras entidades, sem perder sua individualidade e poder de decisão.

Art. 3º – Para execução de seus fins, a associação deverá desenvolver suas atividades de forma construtiva e contínua, de modo a constituir uma entidade que represente de fato e de direito, todos os seus problemas e de seus associados, sempre visando o bem estar da humanidade e da população em geral.

CAPÍTULO II
DEVERES E DIREITOS

Art. 4º – Terão ingresso em seu quadro social às pessoas físicas que se interesse por suas finalidades qualquer que seja a profissão, credo religioso ou nacionalidade e que se disponham e se enquadrem no regimento interno dessa associação;

Art. 5º - A inclusão no quadro social far-se-á mediante proposta assinada pelo interessado e após a aprovação da diretoria será lavrado em ata;

Art. 6º - Haverá somente uma categoria de associados, os ATIVOS, os quais, estando com suas mensalidades absolutamente em dia, gozarão de todos os direitos estatutários, bem como poderão utilizar os serviços que a presente Associação colocar em sua disposição;

Art. 7º - São deveres dos Associados:

a) Pugnar pelo engrandecimento da associação;
b) Ter sempre em vista seu desenvolvimento cultural, social e econômico;
c) Zelar com solicitude, por tudo quanto lhes for confiado;
d) Cumprir e fazer cumprir, fielmente, este estatuto e regulamentos;
e) Contribuir, pontualmente, com as mensalidades;
f) Fazer uso da palavra nas reuniões e assembléias sendo, no entanto, vedado referir-se a assuntos alheios aos interesses da sociedade;
g) Votar e ser votado;
h) Pedir a convocação de Assembléia Extraordinária;
i) Utilizar-se de todos os serviços da Associação, respeitando os respectivos regulamentos;

Mauricio Ghettino
OAB-PR 33676

j) Tomar parte em explanações, reuniões e demais atividades organizadas ou apoiadas pela Associação.

Art. 8º - São direitos dos Associados contribuintes ou correspondentes:
a) Utilizar-se de todos os serviços da sociedade, respeitando os respectivos regulamentos;
b) Fazer uso da palavra nas reuniões, sendo, no entanto, vedado referir-se a assuntos alheios aos interesses da sociedade;

Art. 9º - Quando licenciados, os associados perderão todos os direitos que lhe são concedidos nos artigos anteriores;

CAPÍTULO III
ADMINISTRAÇÃO

Art. 10º – A Associação será gerida na ordem, pela deliberação de assembleia geral ordinária ou extraordinária, por uma Diretoria Executiva e conselho fiscal, eleitas em Assembleia Ordinária, composta de um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário um Vice-Secretário, um Tesoureiro e um Vice Tesoureiro, três conselheiros efetivos e mais três suplentes e nesta mesma Assembleia, tem início o mandato;
Parágrafo Primeiro – outros cargos departamentais que julgar conveniente, os quais serão de sua livre escolha.
Parágrafo Segundo – A Assembleia geral dos associados é órgão supremo da sociedade, dentro dos limites legais e estatutários, tendo poderes para decidir os negócios relativos ao objeto da entidade e tomar resoluções convenientes ao desenvolvimento e defesa desta, e suas deliberações vinculam a todos, ainda que discordantes ou ausentes.
Parágrafo Terceiro – A Associação será representada judicial e extra-judicial, ativa e passivamente, pelo presidente, na sua falta ou impedimento, pelo Vice-Presidente, ou pelos demais membros da diretoria, segundo a ordem hierárquica estabelecida neste estatuto, sendo que a responsabilidade civil e criminal da associação será exercida pelo presidente e pelo tesoureiro.
Parágrafo Quarto – É de competência da assembleia destituir os administradores.

Art. 11º - Os cargos da Diretoria são considerados honoríficos, não cabendo remuneração alguma ao seu exercício;

Art. 12º - Além da diretoria executiva, haverá um Conselho Fiscal, compostos de três membros titulares e três suplentes, aos quais compete às atribuições conferidas por lei e mediante decisão colegiada, estabelecer à forma que será exercida a função fiscalizadora, inclusive quanto a periodicidade das prestações de contas, também eleitos em Assembléia Ordinária, concomitantemente com a Diretoria Executiva;
Parágrafo Único – Em cada conselho será indicado um Presidente;

Art. 13º - Caso haja renuncia coletiva da Diretoria, ou mesmo esta for destituída, desde que sejam os seus quatro membros, serão escolhidos novos substitutos em Assembléia Extraordinária para cumprimento do mandato dos substitutos;

Mauricio Ghettino
OAB-PR 33676

Art. 14º - Serão considerados vagos os cargos da Diretoria, cujos titulares, individualmente, sem motivo justificado, faltarem a quatro reuniões consecutivas;

Art. 15º - A Diretoria reunir-se-á ordinariamente, ao menos uma vez por mês, e extraordinariamente, toda vez que convocada pelo Presidente e deverão ter a presença de pelo menos três de seus membros e de qualquer de seus associados, quando forem também convocados;

Art. 16º - Compete a Diretoria:

a) Observar e fazer observar o presente Estatuto e as resoluções das Assembléias;
b) Fixar os valores das mensalidades e/ou jóias;
c) Orientar as atividades da sociedade, estabelecendo normas de conduta e trabalho;
d) Deliberar sobre a convocação das Assembléias Gerais Extraordinárias;
e) Elaborar e encaminhar à Assembléia quaisquer projetos de reformas ou modificações do presente Estatuto, respeitando sempre os fins sociais e a forma de dissolução da sociedade;
f) Autorizar, além das despesas ordinárias, aplicações extraordinárias de importâncias de dinheiro, do patrimônio social, bem como a vende de bens móveis;
g) Apresentar na Assembléia Geral Ordinária, até o mês de Maio de cada ano, o relatório e Balanço Anual acompanhado do Parecer do Conselho Fiscal;
h) Admitir, recusar, suspender, eliminar associado e aceitar pedidos de admissão, de conformidade com este Estatuto, bem como conceder licenças aos associados que justificarem necessidade de se afastarem das atividades afins da Associação;
i) Deliberar em conjunto os casos omissos do presente Estatuto;

Art. 17º - As deliberações da Diretoria serão tomadas por maioria simples dos presentes, cabendo recurso a Assembléia;

Art. 18º - Compete ao Presidente da Associação:

a) Convocar as sessões da sociedade e presidi-las;
b) Representar a sociedade em suas relações jurídicas e sociais, fazendo-se representar por indicação, outro membro da Diretoria quando não possa comparecer;
c) Assinar, juntamente com o tesoureiro, as ordens de pagamento, cheques e outros documentos de pagamentos;
d) Nomear, empossar, licenciar e destituir os membros da Diretoria cujos cargos não são eletivos.

Art. 19º - Compete ao Vice-Presidente:

a) Auxiliar o presidente;
b) Substituir o presidente quando de sua falta ou impedimento;

Art. 20º - Compete ao Secretário:

a) Substituir alguns dos membros da diretoria quando da sua falta ou impedimentos;
b) Superintender os serviços de Secretário;
c) Atender os expedientes da sociedade, lavrar e proceder a leitura de atas;

Mauricio Ghettino
OAB-PR 33676

Art. 21º - Compete ao Vice-Secretário:
a) Auxiliar o Secretário;
b) Substituir o Secretário quando de sua falta ou impedimento

Art. 22º - Compete ao Tesoureiro:
a) Arrecadar a receita e ter sob sua guarda todos os títulos e valores da sociedade, mantendo em conta bancária as somas que não forem imediatamente necessárias às despesas;
b) Assinar, juntamente com o Presidente, os cheques, contas e balanços da sociedade;
c) Pagar as contas visadas pelo Presidente;
d) Dirigir e fiscalizar os serviços da Tesouraria, mantendo em dia a escrituração regular da contabilidade;
e) Organizar a cobrança das mensalidades;

Art. 23º - Compete ao Vice-Tesoureiro:
a) Auxiliar o Tesoureiro;
b) Substituir o tesoureiro quando de sua falta ou impedimento

Art. 24º - Compete ao Conselho Fiscal:
a) Examinar e aprovar as contas da diretoria, os livros, documentos, balancetes, balanço geral e demais demonstrativos financeiros;
b) Participar, indicar e eleger novo membro em caso de vacância da diretoria e conselho fiscal;
c) Fiscalizar as atividades dos membros da diretoria, cobrando explicações sempre que se julgar necessário;
d) Reunir-se a cada três meses para analisar o desempenho social da associação e dos membros da diretoria.

CAPÍTULO IV
ASSEMBLÉIAS GERAIS

Art. 25º - As Assembléias Gerais serão ordinárias ou extraordinárias e delas podem participar os associados ativos, tendo direito a voto somente os associados quites com as mensalidades;

Art. 26º - A Assembléia Geral Ordinária será convocada pelo Presidente, em edital público, com antecedência mínima de dez dias, e as Extraordinárias, com antecedência de quinze dias;

Art. 27º - As Assembléias funcionarão em primeira convocação com a maioria dos associados e, em segunda convocação, com qualquer número de associados presentes, após trinta minutos;

Art. 28º - As deliberações das Assembléias gerais serão tomadas por maioria simples de votos;

Art. 29º - Compete à Assembléia Geral Ordinária:

Mauricio Ghettino
OAB-PR 33676

a) Anualmente, tomar conhecimento, discutir e aprovar ou não o relatório e o Balanço da Diretoria, a vista do Conselho Fiscal, bem como deliberar sobre assuntos de interesse da sociedade, e que constem em edital de convocação;
b) Bianualmente, até o final de mês de janeiro, eleger e empossar a Diretoria Executiva, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal;

Art. 30º – A Assembléia Geral Extraordinária se realizará sempre que for necessário e poderá deliberar sobre quaisquer assuntos de interesse da Associação, desde que sejam mencionados no edital de convocação.

Art. 31º – É da competência da Assembléia Geral Extraordinária, deliberar sobre os seguintes assuntos:

I – reforma do estatuto;
II – fusão, incorporação e desmembramento;
III – mudança do objetivo da sociedade;
IV – dissolução voluntária da sociedade;
V – contas do liquidante.

Art. 32º – São necessários os votos de dois terços dos associados presentes, para tornar válidas as deliberações de que trata a Assembléia Geral Extraordinária.

Art. 33º - As Assembléias Extraordinárias realizar-se-ão, quando convocadas pela Diretoria ou quando os associados, em número mínimo de cinco, membros da diretoria ou não, a requererem;

Art. 34º - A convocação da Assembléia Geral Extraordinária, pelos associados, deverá ser efetuada por escrito ao Presidente e justificando os motivos da convocação;

Art. 35º - A Assembléia Geral Extraordinária deverá ser divulgada por edital na sede da entidade ou por carta a cada um dos associados;

CAPÍTULO V
DAS ELEIÇÕES, POSSE, EXERCÍCIO E MANDATO.

Art. 36º – As eleições para Diretoria e Conselho Fiscal realizar-se-ão bianualmente podendo seus membros ser reeleitos por mais 2 (dois) mandatos.

Art. 37º – Convocar-se-á a Assembléia geral para:

I. Escolher durante a Assembléia Geral a comissão eleitoral que será composta por Presidente, Secretário e Suplentes, sendo os cargos preenchidos por qualquer associado.
   a) Cabe à comissão eleitoral designar os componentes da(s) mesa(s) apuradora(s) e escrutinadora (s) que são compostas por Presidente, Secretário e Suplentes, sendo os cargos preenchidos por sócios.
   b) Os componentes da mesa apuradora/escrutinadora não poderão fazer parte de nenhuma das chapas concorrentes.
   c) Cada chapa poderá indicar um fiscal por mesa apuradora/escrutinadora para acompanhar os trabalhos.

Mauricio Ghettino
OAB-PR 33676

II. Definir na Assembléia, data, horário e local para as eleições com antecedência mínima de 2(dois) dias úteis;
III. Apresentar e/ou compor durante a Assembléia Geral, as chapas que concorrerão às eleições, incluindo os elementos do conselho Fiscal, devendo ser apresentadas por escrito à comissão eleitoral.
§ 1º Compondo-se, no mínimo, uma chapa completa na Assembléia, não haverá prazo para apresentação de novas chapas.
§ 2º A partir da composição das chapas será enviado comunicado aos integrantes, apresentando os seus componentes.
§ 3º Uma mesma pessoa não poderá compor mais de uma chapa, mesmo em cargos distintos;
§ 4º Havendo participação do casal na composição da mesma chapa, os mesmos não poderão ocupar concomitantemente o cargo de Presidente, Vice-Presidente e 1º e 2º Tesoureiro.
IV. Definir os critérios para a campanha eleitor

Art. 38º – A solicitação de impugnação do processo eleitoral deverá ser apresentada, por escrito, embasada em documentos e motivos explicados relevantes ao Presidente da comissão eleitoral ou a quem por ele designado, até às 18 horas do 1º dia útil subseqüente ao pleito.

Parágrafo Único – A decisão, quanto à impugnação do processo eleitoral, será de responsabilidade da comissão eleitoral prevista no artigo 36, devendo ser dada ciência por escrito à parte interessada, imediatamente após a decisão, no prazo máximo de 3(três) dias úteis.

Art. 39º – A campanha eleitoral terá início a partir da composição das chapas, até 24(vinte e quatro) horas antes da realização do pleito.

Art. 40º – O pleito será realizado por voto secreto e direto, sendo considerada vencedora a chapa que obtiver maior número de votos válidos, não sendo computados os votos brancos ou nulos.

Parágrafo primeiro - Ocorrendo empate entre as chapas concorrentes, proceder-se-á a uma nova votação entre as chapas empatadas, no prazo de até 7 (sete) dias úteis da primeira votação.

Parágrafo segundo - Ocorrendo a inscrição de apenas uma chapa, o pleito será realizado por voto secreto e direto e a chapa será considerada eleita, se obtiver número maior de votos válidos do que a soma dos votos nulos e brancos.

Parágrafo terceiro - Caso a chapa única não seja eleita, conforme o citado no § 2º, deste artigo, novas eleições serão convocadas no prazo de até 7(sete) dias úteis.

Art. 41º – O mandato da diretoria e do Conselho Fiscal da Associação será cumprido integralmente, no período para o qual seus membros foram eleitos, exceto em casos de destituição ou renúncia, em que os cargos deverão ser preenchidos até o prazo máximo de 30(trinta) dias consecutivos, mediante convocação de Assembléia Geral Extraordinária.

Mauricio Ghettino
OAB-PR 33676

Art. 42º – A Assessoria Técnica deverá providenciar a lista dos votantes para consulta/controle e a cédula eleitoral.

Art. 43º – Terão direito a voto somente os associados. Um voto por cada associado.

Art. 44º – A Diretoria e Conselho Fiscal, eleitos, tomarão posse imediatamente após a apuração.
Parágrafo primeiro - A Diretoria anterior terá prazo de até 5 (cinco) dias úteis para a prestação de contas de sua gestão, bem como para proceder a entrega de toda a documentação referente à Associação, sendo obrigatória a presença do Presidente, 1º Tesoureiro, 1º Secretário e Conselho Fiscal de ambas as diretorias, com registro em ata.
Parágrafo segundo - A nova Diretoria deverá analisar em reunião toda a documentação recebida e dar parecer da aceitação das contas em caso de dúvidas ou detectadas irregularidades, solicitar esclarecimentos e/ou providências à gestão anterior, mediante ofício, em duas vias, com recebimento em até 15 (quinze) dias registrando em ata as conclusões.

Art. 45º – O Conselho Fiscal será considerado eleito em virtude da eleição da Diretoria da Associação, com a qual compôs a chapa.

CAPÍTULO VI
PATRIMÔNIO

Art. 46º - O Patrimônio da Associação será constituído por todos os seus bens móveis e imóveis e será administrada pela diretoria;

Parágrafo único - Constituem recursos financeiros:
a) Auxílio financeiro de qualquer origem, depois de ouvida a Assembléia.
b) Contribuições financeiras oriundas de convênios, acordos ou contratos.
c) Subvenção e auxílios destinados pelos poderes públicos.
d) Rendas decorrentes da exploração de eventos.

Art. 47º - A Aquisição, oneração, ou alienação de quaisquer bens imóveis, dependerá de resolução em Assembléia;

Art. 48º - Os bens da Associação, não poderão ser rateados entre os membros, proporcionalmente a sua participação.

Parágrafo Único – A distribuição de qualquer bem, mesmo em espécie, será disciplinada por reunião da Diretoria.

CAPÍTULO VII
PENALIDADES

Art. 49º - A Diretoria poderá suspender temporariamente ou mesmo eliminar, do quadro social, qualquer associado que desrespeitar o presente Estatuto;
Parágrafo Primeiro – A decisão da diretoria será tomada por maioria simples de seus membros e será comunicada por escrito ao interessado, que dela poderá recorrer para

Mauricio Ghettino
OAB-PR 33676

a primeira Assembléia Geral que se realizar devendo o recurso ser apresentado dentro do prazo de quinze dias depois de notificado.
Parágrafo Segundo – O associado suspenso ou eliminado perderá todos os seus direitos enquanto perdurar a penalidade.
Parágrafo Terceiro – Os membros da administração da sociedade estão sujeitos as mesmas penalidades dos demais associados.

Art. 50º - Estará sujeito a exclusão do quadro social, a juízo da Diretoria, o associado que se encontrar com duas mensalidades consecutivas em atraso.

Art. 51º - Ficará automaticamente excluído da sociedade, o associado que ficar três mensalidades, consecutivas ou não, em atraso.

Art. 52º - O associado em atraso, não terá cobertura dos fins previstos na presente entidade, conforme o que reza o artigo quinto como também, o que for disciplinado em Assembléia ou mesmo em reunião de Diretoria.

CAPÍTULO VIII
DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 53º - A ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS AGRICULTORES DA LINHA HÍPICA, é uma associação civil, com patrimônio e personalidade jurídica distintos de seus associados e tem sua sede e foro na cidade de Marmeleiro, Estado do Paraná, sito à Localidade de Linha Hípica, s/nº. Zona rural, CEP 85615-000.

Art. 54º - Os associados respondem solidária ou subsidiariamente pelas obrigações que a Diretoria assumir em nome da Sociedade.

Art. 55º - Os associados excluídos, por pedido de desligamento, ou por exclusão por não cumprimento dos artigos do presente Estatuto, não terão direito a qualquer indenização ou mesmo devolução de valores ou bens;

Parágrafo Único – No caso de pedido de desligamento, o associado deverá protocolar junto a diretoria o seu pedido de desligamento, com antecedência mínima de trinta dias.

Art. 56º - A Associação poderá filiar-se à entidades cujos fins coincidam com os previstos nos artigos primeiro e segundo, mediante assembléia.

Art. 57º - O presente Estatuto somente poderá ser modificado ou alterado, por resolução de Assembléia Geral;

Art. 58º - A dissolução da sociedade somente poderá ser efetivada, quando aprovada em Assembléia Geral, por um número mínimo de 1/3 dos associados;

Parágrafo Único – Na hipótese deste artigo, os bens e direitos da entidade, em disponibilidade monetária, ou em móveis ou imóveis, depois de saldados todos os seus débitos, serão doados a outra entidade de idêntica finalidade já estabelecida ou em organização, conforme for decidido ou solucionado em assembléia.

Mauricio Ghettino
OAB-PR 33676

ESTATUTO
ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS AGRICULTORES DA LINHA HÍPICA

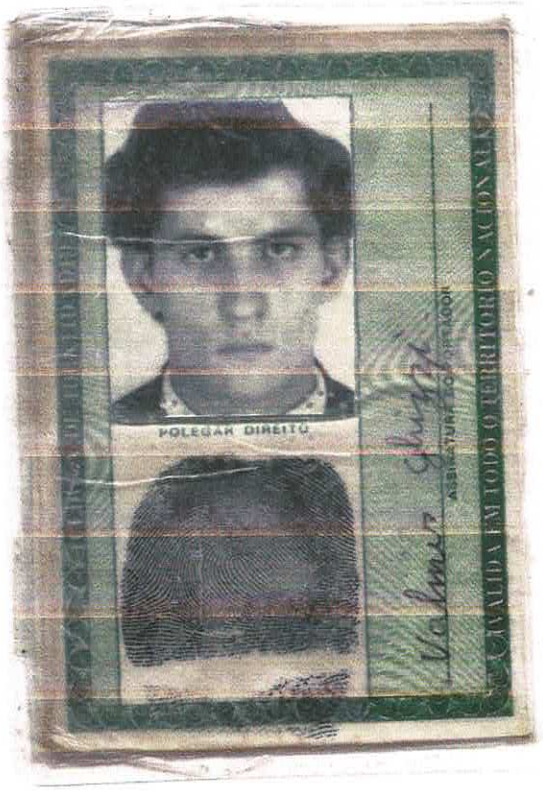
Marmeleiro - PR, 23 de Março de 2016.

VALMIR GHIZZI
Presidente

MARCELO GHIZZI
Secretário

IRACI DOMINGOS MAGRO
Tesoureiro

Mauricio Ghettino
OAB-PR 33676


POLEGAR DIREITO
VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL


CIC
NASCIMENTO
18.01.63
INSCRIÇÃO NO CPF
554 962 299 87
CONTRIBUINTE
VALMIR GHIZZI
SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ASSOCIACAO DE PEQUENOS AGRICULTORES DA LINHA HIPICA
CNPJ: 24.535.648/0001-20

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 11:00:33 do dia 27/11/2024 <hora e data de Brasília>.
Válida até 26/05/2025.
Código de controle da certidão: **C90A.6BFE.0D65.8667**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
24.535.648/0001-20 **MATRIZ**		**04/04/2016**

NOME EMPRESARIAL
ASSOCIACAO DE PEQUENOS AGRICULTORES DA LINHA HIPICA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
ASSOCIACAO LINHA HIPICA	**DEMAIS**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
Não informada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
399-9 - Associação Privada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
VL LINHA HIPICA	**000**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
85.615-000	**ZONA RURAL**	**MARMELEIRO**	**PR**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
ADAIR@ARISI.COM.BR	**(46) 9112-7663/ (46) 3525-1205**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**04/04/2016**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **27/11/2024** às **11:30:53** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
24.535.648/0001-20 **MATRIZ**		**04/04/2016**

NOME EMPRESARIAL
ASSOCIACAO DE PEQUENOS AGRICULTORES DA LINHA HIPICA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
ASSOCIACAO LINHA HIPICA	**DEMAIS**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
Não informada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
399-9 - Associação Privada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
VL LINHA HIPICA	**000**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
85.615-000	**ZONA RURAL**	**MARMELEIRO**	**PR**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
ADAIR@ARISI.COM.BR	**(46) 9112-7663/ (46) 3525-1205**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**04/04/2016**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **25/04/2023** às **09:59:07** (data e hora de Brasília).

ATA Nº. 02 – ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO, DE ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS AGRICULTORES DA LINHA HÍPICA **FOLHA 01**

Aos dezessete (17) dias do mês de Março do ano de dois mil e vinte e três (2023), às 20h00min, na Comunidade de Linha Hípica, S/N, Zona Rural, em Marmeleiro, Estado do Paraná, CEP 85615-000, reuniram-se, atendendo ao convite de **EDITAL DE CONVOCAÇÃO,** especialmente para 1º - Eleição e posse da nova diretoria para o Biênio 2023/2025 e 2º Assuntos gerais, Segue a qualificação dos sócios fundadores: **VALMIR GHIZZI,** brasileiro, casado pelo regime de comunhão Parcial de bens, natural de Marmeleiro, Paraná, Agricultor, residente e domiciliado em Marmeleiro, Paraná, na Rua das Camélias, 201, Bairro Alvorada, portador da cédula de Identidade nº. 3.418.363-5 SSP/PR e CPF 554.962.299-87, **ADENIR GHIZZI,** brasileiro, Separado judicialmente, natural de Marmeleiro, Paraná, Agricultor, residente e domiciliado em Marmeleiro, Paraná, na Rua das Violetas, s/n, Bairro Alvorada, portador da cédula de Identidade nº. 3.184.492-4 SESP/RS e CPF 512.803.969-20; **OSMAR ANGELO PADILHA,** brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, Francisco Beltrão PR, Agricultor, residente e domiciliado em Marmeleiro, Paraná, na Rua Nelson Pizzani, 641, portador da cédula de Identidade nº. 4.565.982-8 SESP/PR e CPF 643.850.609-59; **DILCE ANTONINHA CARDOSO,** brasileiro, viúva, natural de Alfredo Chaves, Rio Grande do Sul, Agricultora, residente e domiciliado em Marmeleiro, Paraná, na Rua das Camélias 230, portador da cédula de Identidade nº. 2.021.599-2 SSP/PR e CPF 027.263.599-57; **EVERTON MARTINS GHIZZI,** brasileiro, solteiro, nascido aos 26 de novembro de 1987 natural de Marmeleiro, Paraná, Agricultor, residente e domiciliado em Marmeleiro, Paraná, na Localidade de Linha Negreiros, Zona Rural de Marmeleiro, portador da cédula de Identidade nº. 9.093.289-6 SESP/PR e CPF 0606724.629-44; **MARCELO CARDOSO GHIZZI,** brasileiro, solteiro, nascido aos 28 de fevereiro de 1986 natural de Marmeleiro, Paraná, Agricultor, residente e domiciliado em Marmeleiro, Paraná, na Localidade de Linha Hípica, s/n, Zona Rural de Marmeleiro, portador da cédula de Identidade nº. 8.437.633-7 SESP/PR e CPF 050.767.489-81; **ILIONES ANTONIO BELLO,** brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, natural de Renascença Paraná, Agricultor, residente e domiciliado em Marmeleiro, Paraná, na Localidade de Linha Itaíba 300, Marmeleiro, portador da cédula de Identidade nº. 4.588.961-0 SESP/PR e CPF 644.285.839-15; **IRACI DOMINGOS MAGRO,** brasileiro, Casado pelo regime de comunhão parcial de bens, natural de Salgado Filho, Paraná, Agricultor, residente e domiciliado em Marmeleiro, Paraná, na Localidade de Linha Hípica s/n, Zona Rural de Marmeleiro, portador da cédula de Identidade nº. 6.083.699-0 SESP/PR e CPF 554.956.729-69 **HÉLIO GHIZZI,** brasileiro, separado judicialmente, natural de Marmeleiro, Paraná, Agricultor, residente e domiciliado em Marmeleiro, Paraná, na Localidade de Linha Hípica s/n, Zona Rural de Marmeleiro, portador da cédula de Identidade nº. 2.134.492-3 SESP/PR e CPF 368.800.949-53, **LUIS AUGUSTO CARNIEL ,** brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, natural de Marmeleiro, Paraná, Agricultor, residente e domiciliado em Marmeleiro, Paraná, na Rua Francisco Marques Vaz 325, Marmeleiro PR, portador da cédula de Identidade nº. 8.677.391-0 SESP/PR e CPF 061.961.039-54; **ITAMAR GHIZZI,** brasileira,

REGISTRO DE TÍTULOS, DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS
Matildde Buss Pereira
Oficial
Comarca de Marmeleiro, PR
46 3525-3439

O selo de autenticidade está afixado na última folha

separado judicialmente, natural de Marmeleiro Paraná, Agricultor, residente e domiciliada em Marmeleiro, Paraná, na Localidade Rua dos Lírios, 255, Bairro Alvorada, portador da cédula de Identidade nº. 3.975.757-5 SESP/PR e CPF 618.426.809-00; **GUTIERRES CARDOSO GHIZZI,** brasileiro, casado pelo regime de comunhão Parcial de bens, natural de Marmeleiro, Paraná, Agricultor, residente e domiciliado em Marmeleiro, Paraná, na Localidade de Linha Hípica, s/n, Zona Rural, portador da cédula de Identidade nº. 9.001.137-5 SESP/PR e CPF 084.287.509-39; 1ª **Parte** – Após a votação por exclamação foi reeleito e empossado o mesmo CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (diretoria) para o Biênio 2023/2025, prevista no ESTATUTO, que ficou assim definida, Presidente: **VALMIR GHIZZI**, portador da cédula de Identidade nº. 3.418.363-5 SESP/PR e CPF 554.962.299-87, Vice Presidente: **ILIONES ANTONIO BELLO,** Secretário: **MARCELO GHIZZI**, Vice Secretário: **HÉLIO GHIZZI,** Tesoureiro: **IRACI DOMINGOS MAGRO,** portador da cédula de Identidade nº. 6.083.699-0 SESP/PR e CPF 554.956.729-69, Vice Tesoureiro: **LUIS AUGUSTO CARNIEL,** Conselho Fiscal: **DILCE ANTONINHA CARDOSO, GUTIERRES CARDOSO GHIZZ E ITAMAR GHIZZI** Suplentes **EVERTON MARTINS GHIZZ, OSMAR ANGELO PADILHA E ADENIR GHIZZI**: *FICOU DESIGNADO PARA ASSINAREM E MOVIMENTAREM EM CONJUNTO OS VALORES FINANCEIROS O SR.* **VALMIR GHIZZI**, *PRESIDENTE E* **IRACI DOMINGOS MAGRO** *TESOUREIRO.* Em seguida Foi discutido a assinatura de Comodato referente a um trator, Como é de conhecimento dos Associados, o Município de Marmeleiro foi contemplado pelo Governo Federal por intermédio do Governo Municipal de um Trator Agrícola através do convênio com o MAPA – TCCCU, nº 287/2020, que vem prestando serviços com o equipamento aos associados. O Diretor do Departamento de Agricultura, informou a dificuldade da Administração em disponibilizar um operador para a realização dos serviços aos agricultores sem prejuízo a população como um todo, pois precisaria colocar um servidor que poderia estar operando uma máquina em recuperação de estradas rurais para os serviços aos associados. Assim, para cumprimento das obrigações do convênio, foi solicitado a possibilidade de uma parceria para a Associação disponibilizar um operador para o trator. Informou que a gestão do contrato, cronograma de serviços e manutenção do equipamento permanecerão sob a responsabilidade do Município. Posto em votação, por unanimidade, os presente votaram favoráveis para a parceria indicando o associado **VALMIR GHIZZI,** brasileiro, casado pelo regime de comunhão Parcial de bens, natural de Marmeleiro, Paraná, Agricultor, residente e domiciliado em Marmeleiro, Paraná, na Rua das Camélias, 201, Bairro Alvorada, portador da cédula de Identidade nº. 3.418.363-5 SSP/PR e CPF 554.962.299-87 para operar o trator, permanecendo todas as obrigações do Município para cumprimento dos termos do convênio acima citado, o presidente colocou a palavra livre para manifestações. Nada mais havendo a tratar, eu secretário, **MARCELO GHIZZI**, que juntos com o presidente dão por encerrada a presente ata, com a assinatura de todos os membros presentes:

Valmir

REGISTRO DE TÍTULOS, DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS
Marileide Buss Peteia
Oficial
Comarca de Marmeleiro - PR
46 3525-3439

O selo de autenticidade está afixado na última folha

ATA Nº. 02 – ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO, DE ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS AGRICULTORES DA LINHA HÍPICA **FOLHA 03**
VALMIR GHIZZI, ADENIR GHIZZI, OSMAR ANGELO PADILHA, DILCE ANTONINHA CARDOSO, EVERTON MARTINS GHIZZI, MARCELO CARDOSO GHIZZI, ILIONES ANTONIO BELLO, IRACI DOMINGOS MAGRO, HÉLIO GHIZZI, DAVID NEGRETI, LUIS AUGUSTO CARNIEL,; ITAMAR GHIZZI, GUTIERRES CARDOSO GHIZZI.

Certificamos que a presente é cópia fiel da Ata nº 01 lavrada no livro de Atas de assembleias gerais Nº 01, nas páginas: 02v, 03 e 03v.

Marmeleiro - PR, 23 de Março de 2023.

VALMIR GHIZZI
Presidente

REGISTRO DE TITULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS DE MARMELEIRO-PR
Rua Esidoro Lirio Flach, 1183, Santa Rita, Fone Whats (46)99976-4349

Selo Digital Nº SFTD4mvUJ432aKwnDZDZF490q
Consulte em http://selo.funarpen.com.br/consulta
PROTOCOLO Nº **0005376**
REGISTRO Nº **0000217/02**
LIVRO **A-013**
Marmeleiro, 24 de abril de 2023

Marileide Buss Pereira - Oficial Registradora
Emolumentos: R$73,80 (VRC 300,00) Funrejus: R$10,56, ISSQN: R$2,21, FUNDEP: R$3,69, Selo: R$4,00,
Distribuidor: R$9,53 Total: R$103,79

REGISTRO DE TITULOS, DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS
Marileide Buss Pereira
Oficial
Comarca de Marmeleiro, PR
46 3525-3430

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA ELEIÇÃO E POSSE DA NOVA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS AGRICULTORES RENASCER DO SOL **FOLHA 01**

REGISTO Nº.: **50275** CNPJ: **12.187.131/0001-09**

DATA FUNDAÇÃO: **30/06/2010** LOCAL.: **Marmeleiro - PR**

No décimo sexto dia do mês de dezembro de 2024, no pavilhão Comunitário do Bairro Alvorada, situado na rua das Violetas, nº 493, no bairro Alvorada, em Marmeleiro – PR, reuniram-se a maioria dos Associados, os quais declararam cientes da realização desta reunião por convite/edital publicado em 20 de novembro de 2024. O Presidente **SÉRGIO GHIZZI** deu início aos trabalhos lendo o Edital de Convocação, contendo a seguinte ordem do dia: 1° - Eleição e posse do novo conselho de administração, conselho fiscal e suplentes, para o biênio 2024/2026: 2° Assuntos Gerais. Após verificar que o quórum estava de acordo com o Estatuto, o Sr. SÉRGIO GHIZZI, apresentou a única chapa inscrita, a qual foi aprovada por unanimidade entre os presentes, assim ficando constituída e empossada para o mandato de 2 (dois) anos, ou seja, até 16 de dezembro de 2026, sendo descrita a seguir a composição da nova direção: **Presidente: PAULO SERGIO DALLA ROSA,** brasileiro, casado pelo regime de comunhão Parcial de bens, agricultor, portador da cédula de Identidade nº. 4.323.122-7 SESP/PR e CPF 602.905.369-87, residente e domiciliado na Localidade de Linha Hípica, s/n, Zona Rural, em Marmeleiro - PR; **Vice Presidente: DACI MACHADO;** brasileiro, casado, agricultor, portador da cédula de Identidade nº 762.478 SESP/SC e CPF 345.685.739-04 residente e domiciliado na Localidade de Linha Negreiros, S/N, Zona Rural em Marmeleiro - PR; **Secretário: MATHEUS MACHADO,** brasileiro, solteiro, agricultor, portador da cédula de Identidade nº 1.034.692-5 SESP/PR e CPF 105.140.339-16 residente e domiciliado na Localidade de Linha Hípica, S/N, Zona Rural em Marmeleiro - PR; **Vice Secretário: DAGOBERTO TOGNON,** brasileiro, solteiro, agricultor, portador da cédula de Identidade nº 15.256.836-3 SESP/PR e CPF 076.854.099-25 residente e domiciliado na Localidade de Linha Negreiros, S/N, Zona Rural em Marmeleiro - PR; **Tesoureiro: JOSÉ VANDRESEN,** brasileiro, casado, bancário, portador da cédula de Identidade nº 7.636.059-6 SESP/PR e CPF 027.501.359-66 residente e domiciliado na Localidade de Linha Negreiros, S/N, Zona Rural em Marmeleiro - PR; **Vice Tesoureiro: REMIDIO HEINS SIEGSTTATER,** brasileiro, solteiro, empresário, portador da cédula de Identidade nº 8.318.073-0 SESP/PR e CPF 032.539.849-66 residente e domiciliado na Rua das Papoulas, nº 220, bairro Alvorada, em Marmeleiro - PR; **Conselho Fiscal: ORLEI FONTANA,** brasileiro, solteiro, agricultor, portador da cédula de Identidade nº 4.367.440-4 SESP/SC e CPF 040.475.459-70 residente e domiciliado na Localidade de Linha Negreiros, S/N, Zona Rural em Marmeleiro - PR; **ADAURI MACHADO,** brasileiro, casado, agricultor, portador da cédula de Identidade nº 4.427.430-2 SESP/PR e CPF 620.256.519-53 residente e domiciliado na Localidade de Linha Negreiros, S/N, Zona Rural em Marmeleiro - PR; **ALEX AUGUSTO BENNEMANN** brasileiro, solteiro, agricultor, portador da cédula de Identidade nº 4.427.430-2 SESP/PR e CPF 620.256.519-53 residente e domiciliado na Localidade de Linha Negreiros, S/N, Zona Rural em Marmeleiro - PR; **Suplentes SERGIO GHIZZI,** brasileiro, casado, agricultor, portador da cédula de Identidade nº. 1.337.571 SESP/PR e CPF 143.442.461-87, residente e domiciliado na Rua das Margaridas, 373, bairro Alvorada, em Marmeleiro – PR; **OUVIDIO BALDISSARELLI,** brasileiro, viúvo, agricultor, portador da cédula de Identidade nº. 1.408.556 SESP/PR e CPF 300.390.029-34, residente e domiciliado na Localidade de Linha Negreiros, s/n, Zona Rural, em Marmeleiro – PR e **PEDRO JOCEMAR KRENCHINSKI,** brasileiro, divorciado, empresário, portador da cédula de Identidade nº 7.699.664-4 SESP/PR e CPF 033.330.149-80, residente e domiciliado na Localidade de Linha Hípica, S/N, Zona Rural em Marmeleiro - PR; Após a aprovação e apresentação dos membros e seus respectivos cargos, sendo todos

empossados neste ato, o Presidente partiu para o segundo item do Edital, Assuntos gerais: O Tesoureiro fez a apresentação da prestação de contas do exercício de 2024, onde foi aprovada por unanimidade, Não tendo mais assuntos em pauta, o Presidente eleito e empossado neste ato, **PAULO SERGIO DALLA ROSA,** conduziu o restante da Assembleia, agradecendo a presença e apoio de todos os associados.

Não tendo mais assuntos em pauta foi encerrada a presente ata, assinada pelo presidente eleito e com lista de presença em anexo.

Certificamos que a presente é cópia fiel da Ata nº 07 lavrada no livro de Atas de assembleias gerais Nº 01, nas páginas 05v e 06.

Marmeleiro - PR, 16 de dezembro de 2024.

PAULO SERGIO DALLA ROSA
Presidente

JOSÉ VANDRESEN
Tesoureiro

Relação de presentes na reunião Ordinária da Entidade
_____/___/20___

Nome	Assinatura
Dori Machado	
José Carlos Vandresen	
Mateus Henrique Machado	Mateus H. Machado.
Alex G. Bonnemann	Alex G. Bonnemann
Cleiri J. Fontana	
Rogerio Tonon	
Remidio HEMS SIECTITHA	
Vanderlei Dalmagro	
Osvaldo Bolzan Neto	
Pedro Togni	
Adenir B. [illegible]	Adenir B. [illegible]
Adenir Modesto	
Sérgio Ghizzi	
PAULO SERGIO DALLA ROSA	Paulo Sérgio Dalla Rosa
Antonio Elpo	Antonio Elpo
Marcelo C. Chini	Marcelo Chini
Adenir Paulo	
Rafael Thiesi	Rafael Thiesi
ARoal	ARoal
Alzemiro Ribeiro LITERAL	ARoal

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
12.187.131/0001-09 **MATRIZ**		**30/06/2010**

NOME EMPRESARIAL
ASSOCIACAO DE PEQUENOS AGRICULTORES RENASCER DO SOL

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
ASSOCIACAO RENASCER DO SOL	**DEMAIS**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
Não informada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
399-9 - Associação Privada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
VL LINHA NEGREIROS	**000**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
85.615-000	**ZONA RURAL**	**MARMELEIRO**	**PR**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
ADAIR@ARISI.COM.BR	**(46) 3525-1205**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**30/06/2010**

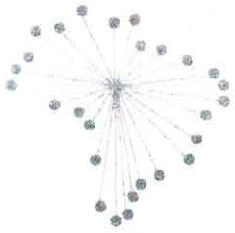
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **16/01/2025** às **11:23:25** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**



Redesim - Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios

Consulta por CNPJ

Nome	CNPJ	Situação Cadastral	UF
ASSOCIACAO DE PEQUENOS AGRICULTORES RENASCER DO SOL	12.187.131/0001-09	Ativa	PR



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 4.323.122-7 DATA DE EXPEDIÇÃO: 27/07/2011

NOME PAULO SERGIO DALLA ROSA

FILIAÇÃO AGENOR DALLA ROSA
MARIA DALLA ROSA

NATURALIDADE MARMELEIRO/PR DATA DE NASCIMENTO: 21/01/1969

DOC ORIGEM COMARCA=FCO BELTRÃO/PR, MARMELEIRO
C.CAS=2370, LIVRO=8B, FOLHA=111

CPF 602.905.389-87

CURITIBA/PR

NEWTON TADEU ROCHA
DIRETOR

É PROIBIDO PLASTIFICAR

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

RG: 4.323.122-7

POLEGAR DIREITO

Paulo Sergio Dalla

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

DANFE - DOCUMENTO AUXILIAR DA
NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE ENERGIA ELETRICA

COPEL
Pura Energia
0800 51 00 116 - www.copel.com

Copel Distribuição S.A.
R Jose Izidoro Biazetto, 158 - Bloco C - Mossungue
CEP: 81200-240 - Curitiba - PR
CNPJ 04.368.898/0001-06
INSC. ESTADUAL 9023307399

Responsável pela Iluminação Pública: Municipio 4635258100

Classificação:
B2 Rural / Cultivo de Milho

Tipo de Fornecimento:
Trifasico /40A

DATAS DE LEITURAS	Leitura anterior	Leitura atual	Nº de dias	Próxima Leitura
	04/12/2024	04/01/2025	31	05/02/2025

Nome: PAULO SERGIO DALLA ROSA

Endereço: Lin Hipica - 651 150000 - Rural de Marmeleiro
CEP: 85615-000
Cidade: Marmeleiro - Estado: PR
CPF: ***.***.*69-87

UNIDADE CONSUMIDORA
10131698
CÓDIGO DÉBITO AUTOMÁTICO

NOTA FISCAL No. 143640561 - SÉRIE 3 / DATA DE EMISSÃO: 07/01/2025

Consulte Chave de Acesso em:
https://nf3e.fazenda.pr.gov.br/nf3e/NF3eConsulta?wsdl
Chave de Acesso
4125 0104 3688 9800 0106 6600 3143 6405 6110 4098 3636
Protocolo de Autorização: 1412500001135079 - 07/01/2025 às 11:22:47-03:00

REF: MÊS / ANO	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
01/2025	06/02/2025	R$341,54

Itens de fatura	Unid.	Quant.	Preço unit (R$) com tributos	Valor (R$)	PIS/ COFINS	ICMS	Tarifa unit. (R$)
ENERGIA ELET CONSUMO	kWh	626	0,315256	197,35	15,70	0,00	0,290190
ENERGIA ELET USO SISTEMA	kWh	626	0,369185	231,11	18,39	0,00	0,339820
ENERGIA INJ. OUC MPT TE 12/2024 GDI-I	kWh	-127	0,315276	-40,04	-3,19	0,00	0,290190
ENERGIA INJ. OUC MPT TUSD 12/2024 GDI-I	kWh	-127	0,369134	-46,88	-3,73	0,00	0,339820
TOTAL				341,54	27,17	0,00	

Tributo	Base de Cálculo (R$)	Alíquota (%)	Valor (R$)
COFINS	341,55	6,5371%	22,33
PIS	341,55	1,4203%	4,84

HISTÓRICO DE CONSUMO / kWh

	CONSUMO FATURADO	Nº DIAS FAT.
JAN25	626	31
DEZ24	664	29
NOV24	587	32
OUT24	587	30
SET24	562	30
AGO24	556	32
JUL24	608	30
JUN24	710	31
MAI24	676	31
ABR24	681	29
MAR24	772	31
FEV24	836	30
JAN24	713	30

Medidor	Grandezas	Postos horários	Leitura Anterior	Leitura Atual	Const. Medidor	Consumo kWh
0041725748	CONSUMO kWh	TP	19109	19735	1	626

Reservado ao Fisco

PERÍODO FISCAL: 07/01/2025

9679.8DAC.D157.87AA.E7A6.3DCC.B949.B075

REAVISO DE VENCIMENTO

Grupo de Tensao / Modalidade Tarifaria: B - CONVENCIONAL
UC beneficiária SCEE - Sistema de Compensação de Energia. Geradora: UC 55052711
Demonstrativo de saldos SCEE desta Unidade Consumidora. Saldo Mês no (TP) Todos os Periodos 0, Saldo Acumulado no (TP) Todos os Periodos 0, Saldo a Expirar Próximo Mês no (TP) Todos os Periodos 0
A qualquer tempo pode ser solicitado o cancelamento de valores não relacionados à prestação do serviço de energia elétrica, como convênios e doações.
Periodos Band.Tarif.: Verde:05/12-04/01

10131698 **01/2025** **06/02/2025** **R$341,54**

Nùmero da fatura: FAT-01-20258214098363-74

836800000033 415401110002 001010202586 214098363747

NÃO RECEBER - DÉBITO AUTOMÁTICO - BANCO - 756 - AGÊNCIA - 4342

ESTATUTO
ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS AGRICULTORES RENASCER DO SOL

DENOMINAÇÃO E FINALIDADES

Art. 1º – A presente associação é uma entidade civil, sem fins econômicos, denominada de ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS AGRICULTORES RENASCER DO SOL é fundada por prazo indeterminado;

Art. 2º – A sociedade ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS AGRICULTORES RENASCER DO SOL é uma associação de indivíduos que tem por fim:

a) Fortalecer a organização econômica, social e política dos agricultores associados da associação da localidade de linha medianeira.
b) Racionalizar as atividades agropecuárias, desenvolvendo formas de cooperação que ajudem na produção e comercialização;
c) Garantir os direitos dos associados junto aos poder público, principalmente no atendimento as necessidades de educação, saúde, habitação, transportes, comunicação e lazer;

§ único: para alcançar seus objetivos a associação poderá fazer convênios e filiar-se com outras entidades, sem perder sua individualidade e poder de decisão.

Art. 3º – Para execução de seus fins, a associação deverá desenvolver suas atividades de forma construtiva e contínua, de modo a constituir uma entidade que represente de fato e de direito, todos os seus problemas e de seus associados, sempre visando o bem estar da humanidade e da população em geral.

CAPÍTULO II
DEVERES E DIREITOS

Art. 4º – Terão ingresso em seu quadro social às pessoas físicas que se interesse por suas finalidades qualquer que seja a profissão, credo religioso ou nacionalidade e que se disponham e se enquadrem no regimento interno dessa associação;

Art. 5º - A inclusão no quadro social far-se-á mediante proposta assinada pelo interessado e após a aprovação da diretoria será lavrado em ata;

Art. 6º - Haverá somente uma categoria de associados, os ATIVOS, os quais, estando com suas mensalidades absolutamente em dia, gozarão de todos os direitos estatutários, bem como poderão utilizar os serviços que a presente Associação colocar em sua disposição;

Art. 7º - São deveres dos sócios:

a) Pugnar pelo engrandecimento da associação;
b) Ter sempre em vista seu desenvolvimento cultural, social e econômico;
c) Zelar com solicitude, por tudo quanto lhes for confiado;
d) Cumprir e fazer cumprir, fielmente, este estatuto e regulamentos;
e) Contribuir, pontualmente, com as mensalidades;
f) Fazer uso da palavra nas reuniões e assembléias sendo, no entanto, vedado referir-se a assuntos alheios aos interesses da sociedade;
g) Votar e ser votado;
h) Pedir a convocação de Assembléia Extraordinária;
i) Utilizar-se de todos os serviços da Associação, respeitando os respectivos regulamentos;

Dr. Oswaldo Tondo
ADVOGADO
OAB-PR 5829/B - CPF 006.352.780-49

j) Tomar parte em explanações, reuniões e demais atividades organizadas ou apoiadas pela Associação.

Art. 8º - São direitos dos sócios contribuintes ou correspondentes:
a) Utilizar-se de todos os serviços da sociedade, respeitando os respectivos regulamentos;
b) Fazer uso da palavra nas reuniões, sendo, no entanto, vedado referir-se a assuntos alheios aos interesses da sociedade;

Art. 9º - Quando licenciados, os sócios perderão todos os direitos que lhe são concedidos nos artigos anteriores;

CAPÍTULO III
ADMINISTRAÇÃO

Art. 10º – A Associação será gerida na ordem, pela deliberação de assembléia geral ordinária ou extraordinária, por uma Diretoria Executiva e conselho fiscal, eleitas em Assembléia Ordinária, composta de um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário um Vice-Secretário, um Tesoureiro e um Vice-Tesoureiro, três conselheiros efetivos e mais três suplentes e nesta mesma Assembléia, tem início o mandato;
Parágrafo Primeiro – A Diretoria poderá criar outros cargos departamentais que julgar conveniente, os quais serão de sua livre escolha.
Parágrafo Segundo – Os cargos da Diretoria poderão ser alternados entre si, isto é, durante o mandato, mediante reunião prévia, transcrita em ata, a Presidência poderá ser exercida pelo Vice ou pelo Secretário, ou vice-versa;
Parágrafo Terceiro – A Assembléia geral dos associados é órgão supremo da sociedade, dentro dos limites legais e estatutários, tendo poderes para decidir os negócios relativos ao objeto da entidade e tomar resoluções convenientes ao desenvolvimento e defesa desta, e suas deliberações vinculam a todos, ainda que discordantes ou ausentes.
Parágrafo Quarto – A Associação será representada judicial e extra-judicial, ativa e passivamente, pelo presidente, na sua falta ou impedimento, pelo Vice-Presidente, ou pelos demais membros da diretoria, segundo a ordem hierárquica estabelecida neste estatuto, sendo que a responsabilidade civil e criminal da associação será exercida pelo presidente e pelo tesoureiro.

Art. 11º - Os cargos da Diretoria são considerados honoríficos, não cabendo remuneração alguma ao seu exercício;

Art. 12º - Além da diretoria executiva, haverá um Conselho Fiscal, compostos de três membros titulares e três suplentes, aos quais compete às atribuições conferidas por lei e mediante decisão colegiada, estabelecer à forma que será exercida a função fiscalizadora, inclusive quanto a periodicidade das prestações de contas, também eleitos em Assembléia Ordinária, concomitantemente com a Diretoria Executiva;
Parágrafo Único – Em cada conselho será indicado um Presidente;

Art. 13º - Caso haja renuncia coletiva da Diretoria, ou mesmo esta for destituída, desde que sejam os seus quatro membros, serão escolhidos novos substitutos em Assembléia Extraordinária para cumprimento do mandato dos substitutos;

Dr. Oswaldo Tondo
ADVOGADO
OAB/PR 5829/B - CPF 006.352.780-49

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Pessoas Jurídicas
ANDRÉ TOLEDO CAVALHEIRO JUNIOR
OFICIAL
Beltrão - PR

Art. 14º - Serão considerados vagos os cargos da Diretoria, cujos titulares, individualmente, sem motivo justificado, faltarem a quatro reuniões consecutivas;

Art. 15º - A Diretoria reunir-se-á ordinariamente, ao menos uma vez por mês, e extraordinariamente, toda vez que convocada pelo Presidente e deverão ter a presença de pelo menos três de seus membros e de qualquer de seus associados, quando forem também convocados;

Art. 16º - Compete a Diretoria:

a) Observar e fazer observar o presente Estatuto e as resoluções das Assembléias;
b) Fixar os valores das mensalidades e/ou jóias;
c) Orientar as atividades da sociedade, estabelecendo normas de conduta e trabalho;
d) Deliberar sobre a convocação das Assembléias Gerais Extraordinárias;
e) Elaborar e encaminhar à Assembléia quaisquer projetos de reformas ou modificações do presente Estatuto, respeitando sempre os fins sociais e a forma de dissolução da sociedade;
f) Autorizar, além das despesas ordinárias, aplicações extraordinárias de importâncias de dinheiro, do patrimônio social, bem como a vende de bens móveis;
g) Apresentar na Assembléia Geral Ordinária, até o mês de Maio de cada ano, o relatório e Balanço Anual acompanhado do Parecer do Conselho Fiscal;
h) Admitir, recusar, suspender, eliminar sócio e aceitar pedidos de admissão, de conformidade com este Estatuto, bem como conceder licenças aos associados que justificarem necessidade de se afastarem das atividades afins da Associação;
i) Deliberar em conjunto os casos omissos do presente Estatuto;

Art. 17º - As deliberações da Diretoria serão tomadas por maioria simples dos presentes, cabendo recurso a Assembléia;

Art. 18º - Compete ao Presidente da Associação:

a) Convocar as sessões da sociedade e presidi-las;
b) Representar a sociedade em suas relações jurídicas e sociais, fazendo-se representar por indicação, outro membro da Diretoria quando não possa comparecer;
c) Assinar, juntamente com o tesoureiro, as ordens de pagamento, cheques e outros documentos de pagamentos;
d) Nomear, empossar, licenciar e destituir os membros da Diretoria cujos cargos não são eletivos.

Art. 19º - Compete ao Vice-Presidente:

a) Auxiliar o presidente;
b) Substituir o presidente quando de sua falta ou impedimento;

Art. 20º - Compete ao Secretário:

a) Substituir alguns dos membros da diretoria quando da sua falta ou impedimentos;
b) Superintender os serviços de Secretário;
c) Atender os expedientes da sociedade, lavrar e proceder a leitura de atas;

Dr. Oswaldo Tondo
ADVOGADO
OAB-PR 58298 - CPF 006.352.780-49

Art. 21º - Compete ao Vice-Secretário:
a) Auxiliar o Secretário;
b) Substituir o Secretário quando de sua falta ou impedimento

Art. 22º - Compete ao Tesoureiro:
a) Arrecadar a receita e ter sob sua guarda todos os títulos e valores da sociedade, mantendo em conta bancária as somas que não forem imediatamente necessárias às despesas;
b) Assinar, juntamente com o Presidente, os cheques, contas e balanços da sociedade;
c) Pagar as contas visadas pelo Presidente;
d) Dirigir e fiscalizar os serviços da Tesouraria, mantendo em dia a escrituração regular da contabilidade;
e) Organizar a cobrança das mensalidades;

Art. 23º - Compete ao Vice-Tesoureiro:
a) Auxiliar o Tesoureiro;
b) Substituir o tesoureiro quando de sua falta ou impedimento

Art. 24º - Compete ao Conselho Fiscal:
a) Examinar e aprovar as contas da diretoria, os livros, documentos, balancetes, balanço geral e demais demonstrativos financeiros;
b) Participar, indicar e eleger novo membro em caso de vacância da diretoria e conselho fiscal;
c) Fiscalizar as atividades dos membros da diretoria, cobrando explicações sempre que se julgar necessário;
d) Reunir-se a cada três meses para analisar o desempenho social da associação e dos membros da diretoria.

CAPÍTULO IV
ASSEMBLÉIAS GERAIS

Art. 25º - As Assembléias Gerais serão ordinárias ou extraordinárias e delas podem participar os sócios ativos, tendo direito a voto somente os associados quites com as mensalidades;

Art. 26º - A Assembléia Geral Ordinária será convocada pelo Presidente, em edital público, com antecedência mínima de dez dias, e as Extraordinárias, com antecedência de quinze dias;

Art. 27º - As Assembléias funcionarão em primeira convocação com a maioria dos sócios e, em segunda convocação, com qualquer número de associados presentes, após trinta minutos;

Art. 28º - As deliberações das Assembléias gerais serão tomadas por maioria simples de votos;

Art. 29º - Compete à Assembléia Geral Ordinária:

Dr. Oswaldo Tondo
ADVOGADO
OAB-PR 5829/B - CPF 006.352.780-49

a) Anualmente, tomar conhecimento, discutir e aprovar ou não o relatório e o Balanço da Diretoria, a vista do Conselho Fiscal, bem como deliberar sobre assuntos de interesse da sociedade, e que constem em edital de convocação;
b) Bianualmente, até o final de mês de janeiro, eleger e empossar a Diretoria Executiva, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal;

Art. 30º – A Assembléia Geral Extraordinária se realizará sempre que for necessário e poderá deliberar sobre quaisquer assuntos de interesse da Associação, desde que sejam mencionados no edital de convocação.

Art. 31º – É da competência da Assembléia Geral Extraordinária, deliberar sobre os seguintes assuntos:

I – reforma do estatuto;
II – fusão, incorporação e desmembramento;
III – mudança do objetivo da sociedade;
IV – dissolução voluntária da sociedade;
V – contas do liquidante.

Art. 32º – São necessários os votos de dois terços dos associados presentes, para tornar válidas as deliberações de que trata a Assembléia Geral Extraordinária.

Art. 33º - As Assembléias Extraordinárias realizar-se-ão, quando convocadas pela Diretoria ou quando os associados, em número mínimo de cinco, membros da diretoria ou não, a requererem;

Art. 34º - A convocação da Assembléia Geral Extraordinária, pelos associados, deverá ser efetuada por escrito ao Presidente e justificando os motivos da convocação;

Art. 35º - A Assembléia Geral Extraordinária deverá ser divulgada por edital na sede da entidade ou por carta a cada um dos associados;

CAPÍTULO V
DAS ELEIÇÕES, POSSE, EXERCÍCIO E MANDATO.

Art. 36º – As eleições para Diretoria e Conselho Fiscal realizar-se-ão bianualmente podendo seus membros ser reeleitos por mais 2 (dois) mandatos.

Art. 37º – Convocar-se-á a Assembléia geral para:

I. Escolher durante a Assembléia Geral a comissão eleitoral que será composta por Presidente, Secretário e Suplentes, sendo os cargos preenchidos por qualquer sócio.
   a) Cabe à comissão eleitoral designar os componentes da(s) mesa(s) apuradora(s) e escrutinadora (s) que são compostas por Presidente, Secretário e Suplentes, sendo os cargos preenchidos por sócios.
   b) Os componentes da mesa apuradora/escrutinadora não poderão fazer parte de nenhuma das chapas concorrentes.
   c) Cada chapa poderá indicar um fiscal por mesa apuradora/escrutinadora para acompanhar os trabalhos.

Dr. Oswaldo Tondo
ADVOGADO
OAB-PR 5829/B - CPF 006.352.780-49

II. Definir na Assembléia, data, horário e local para as eleições com antecedência mínima de 2(dois) dias úteis;
III. Apresentar e/ou compor durante a Assembléia Geral, as chapas que concorrerão às eleições, incluindo os elementos do conselho Fiscal, devendo ser apresentadas por escrito à comissão eleitoral.
§ 1º Compondo-se, no mínimo, uma chapa completa na Assembléia, não haverá prazo para apresentação de novas chapas.
§ 2º A partir da composição das chapas será enviado comunicado aos integrantes, apresentando os seus componentes.
§ 3º Uma mesma pessoa não poderá compor mais de uma chapa, mesmo em cargos distintos;
§ 4º Havendo participação do casal na composição da mesma chapa, os mesmos não poderão ocupar concomitantemente o cargo de Presidente, Vice-Presidente e 1º e 2º Tesoureiro.
IV. Definir os critérios para a campanha eleitor

Art. 38º – A solicitação de impugnação do processo eleitoral deverá ser apresentada, por escrito, embasada em documentos e motivos explicados relevantes ao Presidente da comissão eleitoral ou a quem por ele designado, até às 18 horas do 1º dia útil subseqüente ao pleito.

Parágrafo Único – A decisão, quanto à impugnação do processo eleitoral, será de responsabilidade da comissão eleitoral prevista no artigo 36, devendo ser dada ciência por escrito à parte interessada, imediatamente após a decisão, no prazo máximo de 3(três) dias úteis.

Art. 39º – A campanha eleitoral terá início a partir da composição das chapas, até 24(vinte e quatro) horas antes da realização do pleito.

Art. 40º – O pleito será realizado por voto secreto e direto, sendo considerada vencedora a chapa que obtiver maior número de votos válidos, não sendo computados os votos brancos ou nulos.

Parágrafo primeiro - Ocorrendo empate entre as chapas concorrentes, proceder-se-á a uma nova votação entre as chapas empatadas, no prazo de até 7 (sete) dias úteis da primeira votação.

Parágrafo segundo - Ocorrendo a inscrição de apenas uma chapa, o pleito será realizado por voto secreto e direto e a chapa será considerada eleita, se obtiver número maior de votos válidos do que a soma dos votos nulos e brancos.

Parágrafo terceiro - Caso a chapa única não seja eleita, conforme o citado no § 2º, deste artigo, novas eleições serão convocadas no prazo de até 7(sete) dias úteis.

Art. 41º – O mandato da diretoria e do Conselho Fiscal da Associação será cumprido integralmente, no período para o qual seus membros foram eleitos, exceto em casos de destituição ou renúncia, em que os cargos deverão ser preenchidos até o prazo máximo de 30(trinta) dias consecutivos, mediante convocação de Assembléia Geral Extraordinária.

Dr. Oswaldo Tonda
ADVOGADO
OAB-PR 5829/B - CPF 006.352.780-4

Art. 42º – A Assessoria Técnica deverá providenciar a lista dos votantes para consulta/controle e a cédula eleitoral.

Art. 43º – Terão direito a voto somente os associados. Um voto por cada associado.

Art. 44º – A Diretoria e Conselho Fiscal, eleitos, tomarão posse imediatamente após a apuração.
Parágrafo primeiro - A Diretoria anterior terá prazo de até 5 (cinco) dias úteis para a prestação de contas de sua gestão, bem como para proceder a entrega de toda a documentação referente à Associação, sendo obrigatória a presença do Presidente, 1º Tesoureiro, 1º Secretário e Conselho Fiscal de ambas as diretorias, com registro em ata.
Parágrafo segundo - A nova Diretoria deverá analisar em reunião toda a documentação recebida e dar parecer da aceitação das contas em caso de dúvidas ou detectadas irregularidades, solicitar esclarecimentos e/ou providências à gestão anterior, mediante ofício, em duas vias, com recebimento em até 15 (quinze) dias registrando em ata as conclusões.

Art. 45º – O Conselho Fiscal será considerado eleito em virtude da eleição da Diretoria da ATLB com a qual compôs a chapa.

CAPÍTULO VI
PATRIMÔNIO

Art. 46º - O Patrimônio da Associação será constituído por todos os seus bens móveis e imóveis e será administrada pela diretoria;

Parágrafo único - Constituem recursos financeiros:
a) Auxílio financeiro de qualquer origem, depois de ouvida a Assembléia.
b) Contribuições financeiras oriundas de convênios, acordos ou contratos.
c) Subvenção e auxílios destinados pelos poderes públicos.
d) Rendas decorrentes da exploração de eventos.

Art. 47º - A Aquisição, oneração, ou alienação de quaisquer bens imóveis, dependerá de resolução em Assembléia;

Art. 48º - Os bens da Associação, não poderão ser rateados entre os membros, proporcionalmente a sua participação.

Parágrafo Único – A distribuição de qualquer bem, mesmo em espécie, será disciplinada por reunião da Diretoria.

CAPÍTULO VII
PENALIDADES

Art. 49º - A Diretoria poderá suspender temporariamente ou mesmo eliminar, do quadro social, qualquer sócio que desrespeitar o presente Estatuto;
Parágrafo Primeiro – A decisão da diretoria será tomada por maioria simples de seus membros e será comunicada por escrito ao interessado, que dela poderá recorrer para

Dr. Oswaldo Tondo
ADVOGADO
OAB-PR 5829/B - CPF 006.352.780-49

a primeira Assembléia Geral que se realizar devendo o recurso ser apresentado dentro do prazo de quinze dias depois de notificado.
Parágrafo Segundo – O sócio suspenso ou eliminado perderá todos os seus direitos enquanto perdurar a penalidade.
Parágrafo Terceiro – Os membros da administração da sociedade estão sujeitos as mesmas penalidades dos demais sócios.

Art. 50º - Estará sujeito a exclusão do quadro social, a juízo da Diretoria, o sócio que se encontrar com duas mensalidades consecutivas em atraso.

Art. 51º - Ficará automaticamente excluído da sociedade, o associado que ficar três mensalidades, consecutivas ou não, em atraso.

Art. 52º - O associado em atraso, não terá cobertura dos fins previstos na presente entidade, conforme o que reza o artigo quinto como também, o que for disciplinado em Assembléia ou mesmo em reunião de Diretoria.

CAPÍTULO VIII
DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 53º - A ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS AGRICULTORES RENASCER DO SOL, é uma associação civil, com patrimônio e personalidade jurídica distintos de seus sócios e tem sua sede e foro na cidade de Marmeleiro, Estado do Paraná, sito à Localidade de Linha Negreiros, s/nº. Zona rural, CEP 85615-000.

Art. 54º - Os associados respondem solidária ou subsidiariamente pelas obrigações que a Diretoria assumir em nome da Sociedade.

Art. 55º - Os associados excluídos, por pedido de desligamento, ou por exclusão por não cumprimento dos artigos do presente Estatuto, não terão direito a qualquer indenização ou mesmo devolução de valores ou bens;

Parágrafo Único – No caso de pedido de desligamento, o associado deverá protocolar junto a diretoria o seu pedido de desligamento, com antecedência mínima de trinta dias.

Art. 56º - A Associação poderá filiar-se à entidades cujos fins coincidam com os previstos nos artigos primeiro e segundo, mediante assembléia.

Art. 57º - O presente Estatuto somente poderá ser modificado ou alterado, por resolução de Assembléia Geral;

Art. 58º - A dissolução da sociedade somente poderá ser efetivada, quando aprovada em Assembléia Geral, por um número mínimo de 1/3 dos sócios;

Parágrafo Único – Na hipótese deste artigo, os bens e direitos da entidade, em disponibilidade monetária, ou em móveis ou imóveis, depois de saldados todos os seus débitos, serão doados a outra entidade de idêntica finalidade já estabelecida ou em organização, conforme for decidido ou solucionado em assembléia.

Dr. Oswaldo Tondo
ADVOGADO
OAB-PR 5829/B - CPF 006.352.780-49

ESTATUTO
ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS AGRICULTORES RENASCER DO SOL

Marmeleiro - PR, 10 de Maio de 2010.

SÉRGIO GHIZZI
Presidente

PAULO SÉRGIO DALLA ROSA
Secretário

ALTAIR GHIZZI
Tesoureiro

Dr. Oswaldo Tondo
ADVOGADO
OAB-PR 5829/B - CPF 006.352.780-49

Reconhecido por semelhança (s) firma(s) de:
Sergio Ghizzi, Paulo Sergio Dalla Rosa, Altair Ghizzi, Oswaldo Tondo
Em testemunho e verdade. É dou fé.
Marmeleiro, PR 10/05/2010
Paula Buratto Carneiro - Escrevente
Fernando Carneiro - Escrevente

Lei 13.228 de 18/07/2001 SELO FUNARPEN DH06832323

Lei 13.228 de 18/07/2001 SELO FUNARPEN TIT E DOC E PESSOAS JURIDICAS CWY79514

CARTÓRIO ARION CAVALHEIRO
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS
Protocolo Nº 6315 Registro Nº 2584
Livro Nº A-49
30 JUN 2010
Arion Toledo Cavalheiro Jr. - Oficial
Substituto(s) autorizado(s)
Francisco Beltrão / PR

COLONHESI & COLONHESI LTDA

COLONHESI & COLONHESI LTDA
RUA MANOEL RAMIRES, 3885, PQ INDUSTRIAL
87.507-011 - Umuarama - PR
Fone (44) 3624-3039 -
rodo.maq@hotmail.com

DANFE

Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica

0-Entrada
1-Saída [1]

Nº 000056
SERIE: 1
Página: 1 de 1

Controle do Fisco

Chave de acesso
4124 1153 2921 4200 0136 5500 1000 0000 5610 5818 4873

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e
www.nfe.fazenda.gov.br/portal
ou no site da Sefaz autorizadora

Natureza da operação		Protocolo de autorização de uso
Venda de mercadoria a não contribuinte		141240341529476 07/11/2024 10:27:48
Inscrição Estadual	**Inscr.est. do subst.trib.**	**CNPJ**
9104490953		53.292.142/0001-36

Destinatário/Remetente

Nome / Razão Social	CNPJ/CPF	Inscrição Estadual	Data emissão
MUNICIPIO DE MARMELEIRO	76.205.665/0001-01	ISENTO	07/11/2024
Endereço	**Bairro**	**CEP**	**Data saída**
AVENIDA MACALI, 255	CENTRO	85.614-068	07/11/2024
Município	**UF**	**Fone/Fax**	**Hora saída**
Marmeleiro	PR	(46) 3525-8100	10:27:48

Faturas

Número	Vencimento	Valor	Número	Vencimento	Valor	Número	Vencimento	Valor

Cálculo do imposto

Base de cálculo do ICMS	Valor do ICMS	Base de cálculo do ICMS Subst.	Valor do ICMS Subst.	Valor do FCP ST	Valor total dos produtos
58.799,00	7.055,88	0,00	0,00	0,00	58.799,00

Valor do frete	Valor do seguro	Desconto	Outras despesas acessórias	Valor do IPI	Valor total da nota
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58.799,00

Transportador/Volumes transportados

Nome	Frete por conta	Código ANTT	Placa do veículo	UF	CNPJ/CPF
	0 - Contratação do Frete por conta do Remetente (CIF)				

Endereço	Município	UF	Inscrição Estadual

Quantidade	Espécie	Marca	Numeração	Peso bruto	Peso líquido
0				0,000	0,000

Itens da nota fiscal

Código	Descrição do produto/serviço	NCM/SH	CST	CFOP	UN	Qtde	Preço un	Preço total	BC ICMS	Vlr.ICMS	Vlr.IPI	%ICMS	%IPI
CFOP5102	COLHEDORA DE FORRAGEM FTN1000 POWER BS HI CX BR FIX	84335990	020	5.102	PC	1,0000	58.799,00	58.799,00	58.799,00	7.055,88	0,00	12,0000	0,00

Cálculo do ISSQN

Inscrição Municipal	Valor total dos serviços	Base de cálculo do ISSQN	Valor do ISSQN
53944	0,00	0,00	0,00

Dados adicionais

Observações	Reservado ao fisco
Total aproximado de tributos: R$ 14.964,35 (25,45%) Federais R$ 7.908,47 (13,45%) Estaduais R$ 7.055,88 (12,00%) . Fonte IBPT. EQUIPAMENTO:COLHEDORA DE FORRAGEM FTN 1000 POWER MODELO:FTN 1000 POWER MARCA:NOGUEIRA COR:VERMELHA ANO:2024 NUMERO DE SERIE:ACCE001713 ORDEM DE COMPRA:7140/2024 E 7138/2024 TIPO:ORDINARIO CONTRATO:73/2024 CONVENIO:941898/2023/MAP E 941989/2023/MAP IR RETIDO CFE IN 1234/2012 ALTERADA PELA IN 2145 DE 26 DE JUNHO DE 2023 ANEXO I RETENÇÃO 1,2% DADOS PARA PAGAMENTO BANCO SISPRIME 084 AG:0007-8 C/C:036962-4	

07/11/2024 10:27:51

Recebi e conferi as mercadorias constantes nesta nota fiscal
12 / 11 / 24

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

NM INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS AGRICOLAS LTDA

RODOVIA SC 370, S/N - CENTRO
88890-000 GRAO PARA - SC
48 8838-9523

DANFE

DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA

0-ENTRADA
1-SAÍDA [1]

423
SÉRIE 1
FOLHA 1/1

CHAVE DE ACESSO
4224 1224 7355 9800 0125 5500 1000 0004 2310 0000 7048

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e
www.nfe.fazenda.gov.br/portal
ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO	PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
VENDA DE MERCADORIA ADQUIRIDA OU RECEBIDA DE TERCEIR(	**242240287246618 10/12/2024 11:01:15**

INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.	CNPJ
257.955.348		24.735.598/0001-25

DESTINATÁRIO

NOME / RAZÃO SOCIAL			CNPJ	DATA DA EMISSÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARMELEIRO			**76.205.665/0001-01**	10/12/2024
ENDEREÇO	**BAIRRO / DISTRITO**	**CEP**		**DATA DA SAÍDA**
AVENIDA MACALI, 255	CENTRO	85614-068		
MUNICÍPIO	**UF**	**FONE / FAX**	**INSCRIÇÃO ESTADUAL**	**HORA DA SAÍDA**
MARMELEIRO	PR	46 3525-8100		

FATURA / DUPLICATA

423/001 09/01/2025 116.090,00

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE CÁLC ICMS	VALOR ICMS	BASE CÁLC ICMS ST	VALOR ICMS ST	TOTAL DOS PRODUTOS
86.174,50	10.340,94	0,00	0,00	117.500,00

VALOR FRETE	VALOR SEGURO	VALOR DESCONTO	OUTRAS DESP	VALOR IPI	VALOR APROX TRIB	TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.288,50	**117.500,00**

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME / RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍC	UF	CNPJ
ANDERSON FRANCISCO BECKER	0-Remetente				087.362.039-98
ENDEREÇO	**MUNICÍPIO**			**UF**	**INSCRIÇÃO ESTADUAL**
- -					

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	CST	CFOP	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	B.CÁLC ICMS	VALOR ICMS	ALÍQ. ICMS	V.APROX. TRIBUTOS
159	PLANTADEIRA PANTOGRAFICA 17 LINHAS COM CABECALHO ROBUSTO RODAS LIMITADORAS DE PROFUNDIDADE PLATAFOR MA P/ ABASTECIMENTO ADUBO E SEMENTE DOSADOR DE ADUBO DISTRIBUIDOR DE SEMENTE PESO APROXIMADO 2.600KGCAPACIDADE APROXIMADA ADUBO 500L E DA SEMENTE 440L RESERVATORIO DE ADUBO E SEMENTE EM POLIETILENOPOTENCIA MIN TRATOR 75CV DISCOS DUPLOS DEFASADOS MIN 15X15 RODAS LIMITADORAS DE PROFUNDIDADE COMPACTADORAS LINHAS PANTOGRAFICAS. DEMAIS DESCRITIVOS CONFORME PREGAO ELETRONICO 009/2024 PROCESSOADM ELETRONICO 659/2024. MARCA IMPLEFORTE MODELO MULTISEED 2217 ANO 2024 NOVA NUMERO DE SERIE 82	84369900	020	6102	UN	1	117.500,00	117.500,00	86.174,50	10.340,94	12,00	23.288,50

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	RESERVADO AO FISCO
*VALORES TOTAIS DO ICMS INTERESTADUAL: DIFAL da UF Destino R$ 12.571,56 Retencao de IRRF conforme a IN 1234/2012 no valor de R$ 1.410,00 . PREGAO ELETRONICO 009/2024 PROCESSO ADM ELETRONICO 659/2024 CONTRATO 74/2024 ORDEM DE COMPRA 7141/2024, 7142/2024 E 7144/2024 AQUISICAO DE PLANTADEIRA CONFORME CONVENIO MAPA 941898/2023/MAPA. DADOS PARA PAGAMENTO BANCO CX ECONOMICA FEDERAL AGENCIA 1070 CC 2790-0	Recebi e conferi as mercadorias constantes nesta nota fiscal 10 / 12 / 24

RECEBEMOS DE NM INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS AGRICOLAS LTDA OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA Nº 423. EMISSÃO: 10/12/2024 VALOR TOTAL: 117.500,00 DESTINATÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARMELEIRO - AVENIDA MACALI, 255, CENTRO, 85614-068-MARMELEIRO-PR

DATA DO RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	NF-e 423 SÉRIE 1

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

DAIANA VOGEL ZIMMERMANN - EIRELI - GAUCHA REPRESENTACOES

Rodovia RS 122 KM 15,6, 16805 - RIO BRANCO
95760-000 Sao Sebastiao do Cai - RS
51 3635-1694

DANFE
DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA

0-ENTRADA
1-SAÍDA [1]

1.380
SÉRIE 1
FOLHA 1/1

CHAVE DE ACESSO
4324 1215 8236 0100 0171 5500 1000 0013 8013 6060 0877

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e
www.nfe.fazenda.gov.br/portal
ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
Venda de Mercadoria		**243240224445669 10/12/2024 09:50:00**
INSCRIÇÃO ESTADUAL	**INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.**	**CNPJ**
128/0059793		15.823.601/0001-71

DESTINATÁRIO

NOME / RAZÃO SOCIAL			CNPJ	DATA DA EMISSÃO
MUNICIPIO DE MARMELEIRO			**76.205.665/0001-01**	10/12/2024
ENDEREÇO	**BAIRRO / DISTRITO**	**CEP**		**DATA DA SAÍDA**
Avenida MACALI, 255	CENTRO	85615-000		**10/12/2024**
MUNICÍPIO	**UF** / **FONE / FAX**		**INSCRIÇÃO ESTADUAL**	**HORA DA SAÍDA**
Marmeleiro	PR / 46 3525-8100		ISENTO	**09:30:00**

FATURA / DUPLICATA

1380/001 15/12/2024 114.240,00

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE CÁLC ICMS	VALOR ICMS	BASE CÁLC ICMS ST	VALOR ICMS ST	TOTAL DOS PRODUTOS
66.639,96	7.996,80	0,00	0,00	114.240,00

VALOR FRETE	VALOR SEGURO	VALOR DESCONTO	OUTRAS DESP	VALOR IPI	VALOR APROX TRIB	TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.074,08	**114.240,00**

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME / RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍC	UF	CNPJ
	0-Remetente				

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	CST	CFOP	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	B.CÁLC ICMS	VALOR ICMS	ALÍQ. ICMS	V.APROX. TRIBUTOS
42	DISTRIBUIDOR ADUBO ORGANICO LIQUIDO 5000LTS-IPACOL Distribuidor de Adubo Liquido novo,5.000 litros,mangote succao 5 metros, eixo e rodado tandem,4 rodas,pneus novos de fabrica,pneus de alta flutuacao 400/60-15.5.DEMAIS INFORM. CFE PROPOSTA FINAL..MARCA IPACOL,MODELO:DLV 5.0 TANQUE DE CHAPA EM ACO(BOMBA A VACUO - 7 PALHETAS 240 MM) RT 15.5 C/ PNEUS NOVOS, MANGOTE 4"x6 METROS, BICO ASPERSOR LEQUE 4",CANHAO LATERAL 4",ABERTURA HIDRAULICA DA VALVULA TRASEIRA 4", TAMPA TRASEIRA COM ABERTURA TOTAL DE SERIE E SIFAO,SERIE 01010240324,01010240325.	84324100	020	6102	UN	2	57.120,00	114.240,00	66.639,96	7.996,80	12,00	29.074,08
	CONTINUAÇÃO - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES - DADOS BANCARIOS: AG: 3706-0(BB),CC: 12685-3, FAVORECIDO: DAIANA VOGEL ZIMMERMANN LTDA.											

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	RESERVADO AO FISCO
Trib Aprox. R$ 15.365,28 Fed - R$ 13.708,80 Est - R$ 0,00 Mun / Fonte:IBPT/empresome 691A69| BASE REDUZIDA CFE LIVRO I,ART. 23, XIV DO RICMS . - NOTA FISCAL REFERENTE EDITAL DE PREGAO N 009/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRONICO N 659/2024, ORDEM DE COMPRA 7147/2024 E 7146/2024,EMPENHO 11197/2024, 11198/2024 E 11199/2024, CONTRATO DE COMPRA E VENDA 075/2024, CONVENIO 941898/2023/MAPA.	Recebi(emos) as mercadorias constantes nesta nota fiscal 10 / 12 / 24

RECEBEMOS DE DAIANA VOGEL ZIMMERMANN - EIRELI OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA Nº 1.380. EMISSÃO: 10/12/2024 VALOR TOTAL: 114.240,00 DESTINATÁRIO: MUNICIPIO DE MARMELEIRO - Avenida MACALI, 255, CENTRO, 85615-000-Marmeleiro-PR		**NF-e** **1.380** **SÉRIE 1**
DATA DO RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	

PLANO DE SUSTENTABILIDADE

(Portaria nº 424/2016 – Art. 21, § 13)

1.PROPONENTE: Município de Marmeleiro

2.PROPOSTA: 033306/2023

3.VIGÊNCIA DO CONVÊNIO: 24 meses a contar da assinatura do instrumento.

4.OBJETO: Aquisição de Máquinas Agrícolas.

5.DESCRIÇÃO DOS BENS E SUA UTILIZAÇÃO:

5.1. Uma Colhedora de Forragens (Ensiladeira) nova, área total, para colheita de plantios a lanço e em linhas, com acionamento tratorizado. No geral possuindo todo o conjunto para a plena produção de forragens para consumo animal (bovinocultura de leite e corte).

5.2. Uma Plantadeira pantográfica de inverno nova (semeadeira de inverno), com no mínimo 17 linhas, com cabeçalho robusto, rodas limitadoras de profundidade, plataforma para abastecimento de adubo e semente, dosador de adubo, distribuidor de sementes e demais conjunto de itens para o plantio eficiente das culturas de inverno da nossa região (Trigo, aveia e coberturas e adubos verdes).

5.3. Dois Distribuidores de Adubo Líquido novos, tanque de capacidade mínima de 5.000 litros, mangote de sucção mínimo de 5 metros, eixo e rodado tandem 16 polegadas com 4 rodas com pneus novos de fábrica, agitador interno, rotação mínima do cardam de 540 rpm, para o uso eficiente na sucção e distribuição de adubo orgânico proveniente de dejetos da produção animal (bovinos e suínos), transporte de líquidos, limpeza de fossa séptica, lavagem de máquinas e instalações rurais e para pequenas irrigações..

6. PLANO RACIONAL DE USO DO BEM

6.1. Setor responsável pelo gerenciamento dos bens:

(x) Departamento Municipal da Agricultura e Abastecimento;

6.2. Estrutura do Setor responsável pelo gerenciamento dos bens:

Departamento Municipal da Agricultura e Abastecimento

Nº de engenheiros, agrônomos: 03

N° veterinários: 01

Nº de operadores: 02

Nº de mecânicos: 00

N° de Administrativo: 02

6.3. Forma de cadastro dos beneficiários da proposta:

(x) Registro em site oficial da proponente;

( ) Por agenda Física;

( ) Outros.

6.4. Critérios de disponibilização dos bens aos beneficiários:

() Em função de um cronograma de plantio pré-definido;

( ) Por ordem de solicitação;

( ) Em atendimento a plano de conservação de estradas vicinais;

(x) Outros: O meio utilizado é pelo Sistema de Associação, em que os agricultores se organizam em grupos formalizados, e protocolam seu pedido de equipamento no Departamento Municipal da Agricultura e Abastecimento, que realiza o trâmite legal para viabilizar o recurso e aquisição do bem através de Convênios.

6.5. Logística de transporte e deslocamento dos bens:

( ) por caminhão/prancha;

( ) força motriz própria;

(x) Outros: Será repassado o equipamento por contrato de comodato para Associação de Agricultores, em que os mesmos serão responsáveis pelos trabalhos, manutenção e transporte. Desta forma os produtores rurais que representam à associação, serão os beneficiários e zelaram pelo bem recebido.

Observações:_____.

7. OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO BEM

7.1. Previsão de recursos para as manutenções preventivas e corretivas do bem:

Rubrica orçamentária nº 10.001.20.606.0027.2.049.3.3.90.30 e 10.001.20.606.0027.2.049.3.3.90.39

7.2. Capacidade de realizar manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos:

( ) presença de oficina na garagem municipal com mecânicos capacitados;

( ) convênio com oficina existente no município/estado (informar a respeito);

(x) Outras observações: Será repassado o equipamento por contrato de comodato para Associação de Agricultores, onde os mesmos serão responsáveis pela organização dos trabalhos, operação, manutenção, guarda e transporte.

7.3. Declara que obedecerá ao manual de garantia oferecido pelo fabricante:

(x) sim

( ) não

8. IDENTIFICAÇÃO DO PÚBLICO BENEFICIÁRIO e RESULTADOS ESPERADOS:

8.1 Uma Colhedora de Forragens área total (Ensiladeira).

- Comunidade da linha Gruta: 35 benefciários – Área Total: 847 ha.

Produção Agropecuária:
a. Soja = 4 milhões kg/ano
b. Milho Silagem = 10 mil ton./ano
c. Leite = 13.000 L/dia
d. Aveia = 2 mil ton./ano de matéria verde
e. Trigo = 300 mil kg/ano

8.2 Uma Plantadeira Pantográfica de Inverno (Semeadeira de Inverno).
- Comunidade da linha Km 15: 50 beneficiários – Área Total: 1.815 ha.
Produção Agropecuária:
a. Soja = 4 milhões kg/ano
b. Milho Silagem = 16 mil ton./ano
c. Leite = 36.000 L/dia
d. Aveia = 3 mil ton./ano de matéria verde
e. Trigo = 600 mil kg/ano

8.3 Dois Distribuidores de Adubo Líquido.
- Comunidade da linha Hipica / Negreiro: 20 beneficiários – Área Total: 242 ha.
Produção Agropecuária:
a. Soja = 450 mil kg/ano.
b. Milho Silagem = 8 mil ton./ano.
c. Leite = 4.000 L/dia.
d. Aveia = 1.800 ton./ano de matéria verde.

- Comunidade do Assentamento São Jorge: 25 beneficiários – Área Total: 605 ha.
Produção Agropecuária:
a. Soja = 990 mil kg/ano
b. Milho Silagem = 10 mil ton./ano
c. Leite = 10.000 L/dia
d. Aveia = 1.800 ton./ano de matéria verde.
e. Trigo = 150 mil kg /ano.

9. RESULTADOS ESPERADOS:

10. CAPACIDADE INSTALADA DA PROPONENTE:
10.1. Local para guarda do bem:
( ) Galpão municipal;
( ) Garagem municipal;
(x) Outros: Cada associação de agricultores beneficiada, será responsável pela guarda do equipamento

que recebeu. Afirmando que o modelo a ser utilizado para o uso dos equipamentos, será o repasse do municipio para associação através de contrato de comodato, onde associação ficará responsável pela organização dos trabalhos, operação, manutenção, guarda e transporte.

10.2. Presença, na Prefeitura de equipamentos, implementos e máquinas que poderão complementar/otimizar a utilização do bem a ser adquirido e que poderão serão utilizados para a consecução do objetivo do plano de trabalho:

As associações de agricultores beneficiadas possuem outros equipamentos, como:

1. Trator agrícola de pneus;
2. Carreta agrícola;
3. Pulverizador.
4. Subsolador.

11. PUBLICIDADE:

11.1. Forma de Publicidade de disponibilização do bem para o público beneficiário:

(x) Através de site da proponente;

( ) Divulgação nos assentamentos, sindicatos e associações;

(x) Outros: Através das redes sociais da Prefeitura Municipal (facebook e instagram), jornal e radio.

11.2. Forma de Controle Social de Uso:

(x) Encaminhamento de relatórios anuais de uso dos bens ao CMDRS;

( ) Encaminhamento de relatórios anuais de uso dos bens à Associações e Sindicatos;

( ) Encaminhamento de relatórios anuais de uso dos bens à Câmara de Vereadores;

(x) Outros: Diretor do Departamento Municipal de Agricultura será o responsável de realizar vistorias *in loco* trimestralmete, para orientação, fiscalização e autuação da Associação se constatar o mal uso, persistindo a situação, deverá ser retirado o equipamento e repassado a outra associação de agricultores do município.

12. DA IDENTIFICAÇÃO DO BEM

Declaro, o comprometimento dessa Prefeitura em confeccionar e manter durante a vida útil do(s) equipamento(s) adquirido(s) através da proposta cadastrada na Plataforma Transferegov.br, sob nº 033306/2023, a placa indicativa da origem e destinação dos recursos, em que conste o número do convênio e o órgão gestor dos recursos.

13. CONTROLE DE USO DO BEM

Declaro que conhecemos a necessidade de manter o controle de uso adequado dos equipamentos. Desta forma definimos que o Diretor do Departamento da Agricultura (LUIZ CARNIEL - Portaria Nº 7.046/2023), ficará responsável pelo cumprimento do uso eficiente dos equipamentos, realizando vistorias *in loco* trimestralmete, para orientação, fiscalização e autuação da Associação se constatar o mal uso. Persistindo a situação não de acordo, deverá ser efetuado o distrato e retirado o equipamento e formalizado o repasse a outra associação de agricultores do município, com objetivo de assegurar o alcance social da utilização dos bens.

O Diretor do Departamento Municipal da Agricultura, autoridade máxima do setor agropecuário do

município ficará responsável de apresentar um relatório anual de vistoria de uso dos bens ao CMDR, para validar a viabilidade e o uso social dos equipamentos dentro das associações beneficiadas durante o período de vigência do Convênio;

Ficará o Gestor do Convênio responsável em fiscalizar e informar as autoridades competentes, o mal uso, ou o não cumprimento das exigencias estabelecidas.

Declaro, ainda, o comprometimento na implantação do Plano de Sustentabilidade ora apresentado para fins de utilização dos bens adquiridos por meio do Programa Fomento a agricultura com recursos do MAPA.

Marmeleiro – PR, 04 de agosto de 2023.

PAULO JAIR PILATI
Prefeito Municipal de Marmeleiro

Nº / ANO DA PROPOSTA:
033306/2023

OBJETO:
Aquisição de Máquinas Agrícolas

CARACTERIZAÇÃO DOS INTERESSES RECÍPROCOS:
Marmeleiro fica na região Sudoeste do Paraná, a 479,7 km da capital, população estimada de 15.901 habitantes e IDH de 0,722 (IBGE, 2022), possui cerca de 1800 CAD-PROs ativos de produtores rurais. A proposta é compatível com os objetivos estabelecidos no Programa de Fomento ao Setor Agropecuário do MAPA, Ação 20ZV, cuja finalidade principal é o incentivo e fomento à produção agropecuária de pequeno e médio porte, por meio da aquisição e fornecimento de máquinas e equipamentos agrícolas.

RELAÇÃO ENTRE A PROPOSTA E OS OBJETIVOS E DIRETRIZES DO PROGRAMA:
A aquisição dos equipamentos busca fortalecer a agricultura familiar no município, buscando incentivar e fomentar a produção agropecuária de pequeno e médio porte, demonstrando que há compatibilidade entre os objetivos da Proposta e o estabelecido no Programa de Fomento ao Setor Agropecuário do Ministério da Agricultura e Pecuária, dentro da Ação 20ZV.

PÚBLICO ALVO:
A execução do objeto visa beneficiar diretamente produtores rurais de 5 comunidades/associações, cerca de 130 famílias, sendo elas: Km 15, Gruta, São Jorge, Hípica/Negreiro e de forma indireta cerca de 1.800 produtores, por meio do fomento ao setor agropecuário. As principais culturas são soja 16.700 (ha), milho 5.200 (ha) e trigo 2.000 (ha). Principais produtos de origem animal leite, mel e ovos de galinha, as principais criações galináceos, bovinos e suínos, a área de pastagem 11.976 (ha).

PROBLEMA A SER RESOLVIDO:
As máquinas agrícolas a serem adquiridas têm como finalidade o fomento ao setor agropecuário das comunidades beneficiadas, atuando na melhoria das condições de conservação do solo, aumento da produção agrícola, facilidade de manejo na propriedade rural, fatores que atualmente impedem que as propriedades consigam expandir a sua produção e tenham maiores dificuldades e empecilhos na execução de suas atividades diárias.

RESULTADOS ESPERADOS:
A curto prazo fomentar as atividades agropecuárias das propriedades, dando suporte aos produtores rurais. A médio e longo prazo incrementar a renda dos beneficiários e gerar empregos na área rural. Estima-se um aumento na produtividade através do manejo, fertilidade e conservação do solo de no mínimo 50% no leite a base de pastagem e forragens e no mínimo 30% nos grãos e cereais. Melhorando assim a qualidade de vida, principalmente daqueles das pequenas e médias propriedades.

1 - DADOS DO CONCEDENTE

CONCEDENTE:	**NOME DO ÓRGÃO/ÓRGÃO SUBORDINADO OU UG:**
22000	Ministério da Agricultura e Pecuária

CPF DO RESPONSÁVEL:	**NOME DO RESPONSÁVEL:**
983.896.617-72	FERNANDO MAGALHAES SOARES PINTO

ENDEREÇO DO RESPONSÁVEL:	**CEP DO RESPONSÁVEL:**
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO D SALA741 (61)3218 7174	70043-900

2 - DADOS DO PROPONENTE

PROPONENTE: 76.205.665/0001-01					
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE: MUNICIPIO DE MARMELEIRO					
ENDEREÇO JURÍDICO DO PROPONENTE: AVENIDA MACALI, 255, PREDIO CENTRAL					
CIDADE: MARMELEIRO	**UF:** PR	**CÓDIGO MUNICÍPIO:** 7695	**CEP:** 85615000	**E.A.:** Administração Pública Municipal	**DDD/TELEFONE:** 4635258116
BANCO: 104 - CAIXA ECONOMICA	**AGÊNCIA:** 1970-4		**CONTA CORRENTE:** 0060710365		
CPF DO RESPONSÁVEL: 524.704.239-53	**NOME DO RESPONSÁVEL:** PAULO JAIR PILATI				
ENDEREÇO DO RESPONSÁVEL: RUA TRES, 1190 - IPIRANGA					**CEP DO RESPONSÁVEL:** 85615000

4 - DADOS DO EXECUTOR/VALORES

VALOR GLOBAL:	R$ 385.075,00	
VALOR DA CONTRAPARTIDA:	R$ 98.575,00	
VALOR DOS REPASSES:	Ano	Valor
	2023	R$ 286.500,00
VALOR DA CONTRAPARTIDA FINANCEIRA:	R$ 98.575,00	
VALOR DA CONTRAPARTIDA EM BENS E SERVIÇOS:	R$ 0,00	
VALOR DE RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO:	R$ 0,00	
INÍCIO DE VIGÊNCIA:	20/11/2023	
FIM DE VIGÊNCIA:	20/11/2025	
VIGÊNCIA DO INSTRUMENTO:	2025	

6 - PLANO DE TRABALHO

Meta nº: 1

Especificação: Máquinas Agrícolas novas			
Unidade de Medida: UN	**Quantidade:** 1.0	**Valor:**	R$ 385.075,00
Início Previsto: 20/11/2023	**Término Previsto:** 20/11/2025	**Valor Global:**	R$ 385.075,00
UF: PR	**Município:** 7695 - MARMELEIRO	**CEP:**	
Endereço: Marmeleiro			
Etapa/Fase nº: 1			
Especificação: Colhedora de Forragens (Ensiladeira) nova.			
Quantidade: 1.0 UN	**Valor:** R$ 80.667,00	**Início Previsto:** 20/11/2023	**Término Previsto:** 20/11/2025
Etapa/Fase nº: 2			
Especificação: Distribuidor de Adubo Líquido novo.			
Quantidade: 2.0 UN	**Valor:** R$ 116.408,00	**Início Previsto:** 20/11/2023	**Término Previsto:** 20/11/2025
Etapa/Fase nº: 3			
Especificação: Plantadeira pantográfica de inverno nova (semeadeira de inverno).			
Quantidade: 1.0 UN	**Valor:** R$ 188.000,00	**Início Previsto:** 20/11/2023	**Término Previsto:** 20/11/2025

7 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO
Ministério da Agricultura e Pecuária

MÊS DESEMBOLSO: Fevereiro		**ANO:** 2024
META Nº: 1	VALOR DA META:	R$ 286.500,00
DESCRIÇÃO: Máquinas Agrícolas novas		
VALOR DO REPASSE:	R$ 286.500,00	**PARCELA Nº:** 1

8 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO
MUNICIPIO DE MARMELEIRO

MÊS DESEMBOLSO: Fevereiro		**ANO:** 2024
META Nº: 1	VALOR DA META:	R$ 98.575,00
DESCRIÇÃO: Máquinas Agrícolas novas		
VALOR DO REPASSE:	R$ 98.575,00	**PARCELA Nº:** 1

9 - PLANO DE APLICAÇÃO DETALHADO

DESCRIÇÃO DO BEM/SERVIÇO:	Plantadeira pantográfica de inverno nova (semeadeira de inverno), com no mínimo 17 linhas, com cabeçalho robusto, rodas limitadoras de profundidade, plataforma para abastecimento de adubo e semente, dosador de adubo, distribuidor de sementes e demais conjunto de itens para o plantio eficiente das culturas de inverno da nossa região (Trigo, aveia e coberturas e adubos verdes).		
NATUREZA DA AQUISIÇÃO: Recursos do Instrumento		**NATUREZA DA DESPESA:** 449052	
ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO: Marmeleiro-PR			
CEP: 85615-000	**UF:** PR	**MUNICÍPIO:** 7695 - MARMELEIRO	
UNIDADE: UN	**QUANTIDADE:** 1,00	**V. UNITÁRIO:** R$ 188.000,00	**V.TOTAL:** R$ 188.000,00
OBSERVAÇÃO:			

DESCRIÇÃO DO BEM/SERVIÇO:	Distribuidor de Adubo Líquido novo, tanque de capacidade mínima de 5.000 litros, mangote de sucção mínimo de 5 metros, eixo e rodado tandem 16 polegadas com 4 rodas com pneus novos de fábrica, agitador interno, rotação mínima do cardam de 540 rpm, para o uso eficiente na sucção e distribuição de adubo orgânico proveniente de dejetos da produção animal (bovinos e suínos), transporte de líquidos, limpeza de fossa séptica, lavagem de máquinas e instalações rurais e para pequenas irrigações.		
NATUREZA DA AQUISIÇÃO: Recursos do Instrumento		**NATUREZA DA DESPESA:** 449052	
ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO: Marmeleiro-PR			
CEP: 85615-000	**UF:** PR	**MUNICÍPIO:** 7695 - MARMELEIRO	
UNIDADE: UN	**QUANTIDADE:** 2,00	**V. UNITÁRIO:** R$ 58.204,00	**V.TOTAL:** R$ 116.408,00
OBSERVAÇÃO:			

DESCRIÇÃO DO BEM/SERVIÇO:	Colhedora de Forragens (Ensiladeira) nova, área total, para colheita de plantios a lanço e em linhas, com acionamento tratorizado. No geral possuindo todo o conjunto para a plena produção de forragens para consumo animal (bovinocultura de leite e corte).		
NATUREZA DA AQUISIÇÃO: Recursos do Instrumento		**NATUREZA DA DESPESA:** 449052	
ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO: Marmeleiro-PR			
CEP: 85615-000	**UF:** PR	**MUNICÍPIO:** 7695 - MARMELEIRO	
UNIDADE: UN	**QUANTIDADE:** 1,00	**V. UNITÁRIO:** R$ 80.667,00	**V.TOTAL:** R$ 80.667,00
OBSERVAÇÃO:			

10 - PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO

NATUREZA DA DESPESA				
Código	**Total**	**Recursos**	**Contrapartida Bens e Serviços**	**Rendimento de Aplicação**
449052	R$ 385.075,00	R$ 385.075,00	R$ 0,00	R$ 0,00
TOTAL GERAL:	**R$ 385.075,00**			

11 - DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de prova junto ao _____ para efeitos e sob as penas da Lei, que inexiste qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Nacional ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, que impeça a transferência de recursos oriundos da dotações consignadas nos orçamentos da União, na forma deste plano de trabalho.

Pede Deferimento,

Local e Data

Proponente

12 - APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE DO PLANO DE TRABALHO

Aprovado

Local e Data

Concedente
(Representante legal do Órgão ou Entidade

13 - ANEXOS

Comprovantes de Capacidade Técnica e Gerencial

Nome do Arquivo:
Declaração de Capacidade Técnica e Gerencial.pdf

Comprovação da Contrapartida

Nome do Arquivo:
Declaração de Contrapartida.pdf

Documentos Digitalizados do Instrumento

Nome do Arquivo:
Publicação DOU 941898.pdf
Termo de Convênio 941898.pdf

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

CONVÊNIO /MAPA Nº **941898/2023** – TRANSFEREGOV.BR N. **033306/2023**

CONVÊNIO PLATAFORMA TRANSFEREGOV.BR Nº **941898/2023**, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA/MAPA, E O(A) **MUNICIPIO DE MARMELEIRO/PR**.

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA**, inscrito no CNPJ/MF sob o no 00.396.895/0001-25, com sede, na Esplanada dos Ministérios, Bloco D, 70043-900, doravante denominado CONCEDENTE, neste ato representado pelo Subsecretário de Orçamento, Planejamento e Administração da Secretaria - Executiva, o Sr. **FERNANDO MAGALHÃES SOARES PINTO**, nomeado pela Portaria n° 1.756, da Casa Civil da Presidência da República de 23/02/2023, publicada no D.O.U em 24 de fevereiro de 2023, Edição: 38, Seção: 2 - Página 1, residente e domiciliado em Brasília - DF, consoante delegação de competência conferida pela Portaria nº 609, de 23 de agosto de 2023, publicada no D.O.U em 24 de agosto de 2023, Edição 162, Seção 1, Pág. 11, e o **MUNICIPIO DE MARMELEIRO**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 76.205.665/0001-01, com sede **AVENIDA MACALI, 255, PREDIO CENTRAL - CENTRO. Marmeleiro - PR. CEP: 85615-000**, doravante denominado(a) **CONVENENTE**, representada pelo(a) **PREFEITO, PAULO JAIR PILATI**, brasileiro(a), portador(a) do CPF/MF no **524.704.239-53**, residente e domiciliado(a) neste município, RESOLVEM celebrar o presente **CONVÊNIO,** com a finalidade de **"Aquisição de Máquinas Agrícolas"** registrado no Transferegov.br, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no que couber, na Lei de Diretrizes Orçamentárias do corrente exercício, no Decreto Federal nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, no Decreto Federal nº 11.351, de 16 de maio de 2023, regulamentado pela Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023, consoante o processo administrativo nº **21000.048332/2023-40**, e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto ***"Aquisição de Máquinas Agrícolas"***, conforme detalhado no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO DAS PEÇAS DOCUMENTAIS

Integram este Termo de Convênio, independentemente de transcrição, o Plano de Trabalho e o Termo de Referência propostos pelo CONVENENTE e aceitos pelo CONCEDENTE no Transferegov.br, bem como toda documentação técnica que deles resultem, cujos termos os partícipes acatam integralmente.

Subcláusula Única. Eventuais ajustes realizados durante a execução do objeto integrarão o Plano de Trabalho, desde que sejam submetidos e aprovados previamente pela autoridade competente do

CONCEDENTE e que não haja alteração do objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

Sem prejuízo do constante nas demais Cláusulas deste Convênio, são obrigações dos partícipes:

I - DO CONCEDENTE:

a) realizar no TransfereGov.br os atos e os procedimentos relativos à formalização, alteração, execução, acompanhamento, análise da prestação de contas e, se for o caso, informações acerca de Tomada de Contas Especial, sendo nele registrados os atos que, por sua natureza, não possam ser realizados no sistema;

b) verificar a realização do processo licitatório ou da cotação prévia;

c) transferir ao CONVENENTE os recursos financeiros previstos para a execução deste Convênio, de acordo com a programação orçamentária e financeira do Governo Federal e o estabelecido no cronograma de desembolso do Plano de Trabalho, na forma estabelecida no art. 68 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023;

d) acompanhar, avaliar e aferir, sistematicamente, a execução física e financeira do objeto deste Convênio, bem como verificar a regular aplicação das parcelas de recursos;

e) analisar e, se for o caso, aceitar as propostas de alteração do Convênio e do seu Plano de Trabalho, observados os regramentos legais e a tempestividade, de forma que não haja prejuízo à execução do objeto;

f) reorientar ações e decidir quanto à aceitação de justificativas sobre impropriedades identificadas na execução do instrumento;

g) dispor de estrutura física e equipe técnica adequadas para analisar as peças técnicas e documentais, acompanhar a execução física do objeto pactuado, e realizar a conformidade financeira e a análise da prestação de contas final;

h) divulgar atos normativos e orientar o CONVENENTE quanto à correta execução dos projetos e atividades;

i) adotar as medidas administrativas para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção da regularização e do ressarcimento;

j) instaurar a Tomada de Contas Especial – TCE, observando os procedimentos e a formalização, de acordo com a legislação específica ao caso;

k) analisar a prestação de contas final dos instrumentos com base nos resultados da execução física e financeira, bem como de outros elementos que comprovem o cumprimento do objeto pactuado;

l) aprovar ou rejeitar a prestação de contas final;

m) notificar o CONVENENTE quando não apresentada a prestação de contas ou se constatada a má aplicação dos recursos públicos transferidos; e

n) exigir que o CONVENENTE disponibilize, em seu sítio oficial na internet ou, na sua falta, em sua sede, em local de fácil visibilidade, o extrato do instrumento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberação, o detalhamento da aplicação dos recursos e as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado, na forma do art. 43 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023.

Subcláusula primeira. É prerrogativa do CONCEDENTE assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto do Convênio, no caso de paralisação ou ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade.

II - DO CONVENENTE:

a) executar e fiscalizar o objeto pactuado, de acordo com o Plano de Trabalho e o Termo de Referência aceitos pelo CONCEDENTE, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Convênio;

b) aplicar os recursos recebidos por intermédio do Convênio exclusivamente para pagamento de despesas constantes do plano de trabalho ou para aplicação financeira;

c) definir, por metas e etapas, a forma de execução do objeto;

d) assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços estabelecidos nos instrumentos, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades;

e) garantir a existência de infraestrutura, utilidades, pessoal e licenças necessários à instalação e disponibilização dos equipamentos adquiridos;

f) apresentar documentos de titularidade dominial da área de intervenção, licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente, órgão ou entidade da esfera municipal, estadual, distrital ou federal, bem como concessionárias de serviços públicos, quando couber, nos termos da legislação aplicável;

g) submeter previamente ao CONCEDENTE qualquer proposta de alteração do Plano de Trabalho aceito, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

h) manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este Convênio em conta bancária específica, aberta em instituição financeira oficial, federal ou estadual, inclusive os resultantes de eventual aplicação no mercado financeiro, bem assim aqueles oferecidos como contrapartida, aplicando-os, na conformidade do Plano de Trabalho e, exclusivamente, no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações constantes neste instrumento relativas à execução das despesas;

i) proceder ao depósito da contrapartida pactuada neste instrumento, na conta bancária específica vinculada ao presente Convênio, em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso do Plano de Trabalho;

j) realizar no TransfereGov.br os atos e os procedimentos relativos à celebração, execução, acompanhamento, prestação de contas e informações acerca de Tomada de Contas Especial do Convênio, quando couber, incluindo regularmente as informações e os documentos exigidos pela Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023, mantendo-o atualizado, sendo nele registrados os atos que, por sua natureza, não possam ser realizados no sistema;

k) selecionar as áreas de intervenção e os beneficiários finais em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo CONCEDENTE, podendo estabelecer outras que busquem refletir situações de vulnerabilidade econômica e social, informando ao CONCEDENTE sempre que houver alterações;

l) estimular a participação dos beneficiários finais na elaboração e implementação do objeto do Convênio, bem como na manutenção do patrimônio gerado por estes investimentos;

m) realizar o procedimento de compras e contratações, sob sua inteira responsabilidade, observada a legislação vigente e assegurando:

i) a correção dos procedimentos legais;

ii) a suficiência do projeto básico ou do termo de referência;

iii) a suficiência da planilha orçamentária discriminativa do percentual de Encargos Sociais e de Bonificação e Despesas Indiretas – BDI utilizados, cada qual com o respectivo detalhamento de sua composição, por item de orçamento ou conjunto deles; e

iv) a utilização do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, conforme previsto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, c/c o art. 51 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023;

n) prever, no edital de licitação e no CTEF, que a responsabilidade pela qualidade dos materiais e serviços executados ou fornecidos é da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de

readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto ajustado;

o) inserir cláusula no CTEF destinado à execução do instrumento, para que a empresa contratada permita o livre acesso dos servidores do CONCEDENTE e dos órgãos de controle interno e externo da União, bem como dos funcionários da mandatária e do apoiador técnico, aos documentos e registros contábeis das empresas contratadas;

p) exercer, na qualidade de contratante, a fiscalização sobre o contrato administrativo de execução ou fornecimento – CTEF;

q) apresentar declaração expressa firmada por representante legal do CONVENENTE, ou da UNIDADE EXECUTORA, ou registro no Transferegov.br que a substitua, atestando o atendimento às disposições legais aplicáveis ao procedimento licitatório, observado o disposto no inciso IV, do art. 62 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023;

r) registrar no Transferegov.br o extrato do edital de licitação, o preço estimado pela administração pública para a execução do serviço e a proposta de preço total ofertada por cada licitante com a sua respectiva inscrição ativa no CNPJ, o termo de homologação e adjudicação, o extrato do CTEF e seus respectivos aditivos, as ordens de serviços ou autorizações de fornecimento;

s) registrar adicionalmente no Transferegov.br, nos casos de inexigibilidade e dispensa de licitação, os pareceres técnico e jurídico que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos na legislação pertinente;

t) executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto, observando prazos e custos;

u) utilizar os aplicativos disponibilizados pelo órgão central do Transferegov.br, para registro da execução física do objeto e quando da realização das atividades de fiscalização;

v) realizar visitas regulares nos empreendimentos, e apresentar os relatórios referentes às visitas realizadas quando solicitado;

w) determinar a correção de vícios detectados que possam comprometer a fruição do objeto;

x) incluir, em seus orçamentos anuais, dotação orçamentária referente aos recursos relativos ao presente instrumento;

y) manter os documentos relacionados ao instrumento pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da data de aprovação da prestação de contas final;

z) manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos relativos à execução deste Convênio, para fins de fiscalização, acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos;

aa) facilitar o monitoramento e o acompanhamento do CONCEDENTE, permitindo-lhe efetuar visitas in loco e fornecendo, sempre que solicitado, as informações e os documentos relacionados com a execução do objeto deste Convênio, especialmente no que se refere ao exame da documentação relativa à licitação realizada e aos contratos celebrados;

bb) permitir o livre acesso de servidores do CONCEDENTE e dos órgãos de controle interno e externo da União, a qualquer tempo e lugar, aos processos, documentos e informações referentes a este Convênio, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

cc) apresentar a prestação de contas dos recursos recebidos por meio deste Convênio, no prazo e forma estabelecidos neste instrumento;

dd) apresentar todo e qualquer documento comprobatório de despesa efetuada à conta dos recursos deste Convênio, a qualquer tempo e a critério do CONCEDENTE, sujeitando-se, no caso da não apresentação no prazo estipulado na respectiva notificação, ao mesmo tratamento dispensado às despesas comprovadas com documentos inidôneos ou impugnados, nos termos estipulados neste Termo de Convênio;

ee) assegurar e destacar, obrigatoriamente, a participação do CONCEDENTE em toda e qualquer ação, promocional ou não, relacionada com a execução do objeto descrito neste Termo de Convênio e, obedecido o modelo-padrão estabelecido pelo CONCEDENTE, apor a marca do Governo Federal nas

placas, painéis e outdoors de identificação dos projetos custeados, no todo ou em parte, com os recursos deste Convênio, consoante o disposto em norma do órgão público responsável.

ff) operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do Convênio, de modo a assegurar a sustentabilidade do projeto e atender as finalidades sociais às quais se destina;

gg) fornecer ao CONCEDENTE, a qualquer tempo, informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o acompanhamento e avaliação do processo;

hh) permitir ao CONCEDENTE, bem como aos órgãos de controle interno e externo, o acesso à movimentação financeira da conta bancária específica vinculada ao presente Convênio, não estando sujeita ao sigilo bancário perante a União e respectivos órgãos de controle;

ii) dar ciência aos órgãos de controle ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificar a Advocacia-Geral da União, o Ministério Público Federal e o respectivo Ministério Público Estadual;

jj) instaurar processo administrativo apuratório, inclusive processo administrativo disciplinar, quando constatado o desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução do contrato ou gestão financeira do convênio, comunicando tal fato ao CONCEDENTE;

kk) indicar o sistema Fala.BR como canal de comunicação efetivo, ao qual se dará ampla publicidade, para o recebimento de manifestações dos cidadãos relacionadas ao instrumento, possibilitando o registro de sugestões, elogios, solicitações, reclamações e denúncias;

ll) disponibilizar, em seu sítio oficial na internet ou, na sua falta, em sua sede, em local de fácil visibilidade, consulta ao extrato do instrumento ou outro instrumento utilizado, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberação e o detalhamento da aplicação dos recursos, bem como as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado; e

mm) obedecer às regras e diretrizes de acessibilidade na execução do objeto do instrumento, em conformidade com as leis, normativos e orientações técnicas que tratam da matéria.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

Este Termo de Convênio terá vigência de **24 (vinte e quatro) meses**, contados a partir da data de assinatura do instrumento, podendo ser prorrogada, por solicitação do CONVENENTE devidamente fundamentada, formulada, no mínimo, 60 (sessenta) dias antes do seu término.

Subcláusula primeira. A prorrogação, além dos prazos estipulados no art. 35, inciso VII, da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023, somente será admitida nas hipóteses de que trata art. 35, §4º, da mesma Portaria, e desde que o novo prazo estabelecido seja compatível com o período em que houve o atraso e viável para a conclusão do objeto pactuado.

Subcláusula segunda. O CONCEDENTE prorrogará "de ofício" a vigência deste Termo de Convênio, antes de seu término, quando der causa ao atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado, nos termos do art. 34, XXIV, da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros para a execução do objeto deste Convênio, neste ato fixados em **R$385.075,00 (trezentos e oitenta e cinco mil e setenta e cinco reais)**, serão alocados de acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho, conforme a seguinte classificação orçamentária:

I - **R$286.500,00 (duzentos e oitenta e seis mil e quinhentos reais)**, relativos ao valor de repasse do CONCENDENTE, correrão à conta da dotação alocada no orçamento, autorizado pela Lei nº 14.436, de 9

de agosto de 2022; UG **130141**, assegurado pela Nota de Empenho nº **2023NE800172**, **R$ 286.500,00 (duzentos e oitenta e seis mil e quinhentos reais)**, PTRES **217349**, à conta de recursos oriundos do Tesouro Nacional, Fonte de Recursos **100**; Natureza da Despesa **444042/29**;

II - **R$98.575,00 (noventa e oito mil quinhentos e setenta e cinco reais)**, relativos à contrapartida do CONVENENTE, consignados na Lei Orçamentária vigente.

Subcláusula primeira. Em caso de ocorrência de cancelamento de Restos a Pagar, o quantitativo das metas constante no Plano de Trabalho poderá ser reduzido até a etapa que não prejudique a funcionalidade do objeto pactuado, mediante aceitação do CONCEDENTE.

Subcláusula segunda. O CONCEDENTE deverá cancelar os empenhos das propostas que não tiveram os instrumentos celebrados até o final do exercício financeiro, independentemente do indicador de resultado primário a que se refere a nota de empenho.

Subcláusula terceira. Após o cancelamento dos documentos orçamentários, as propostas serão rejeitadas no Transferegov.br, devendo constar justificativa expressa acerca dos motivos da rejeição.

Subcláusula quarta. O CONVENENTE obriga-se a incluir em seu orçamento anual, dotação orçamentária referente aos recursos relativos ao instrumento pactuado.

CLÁUSULA SEXTA - DA CONTRAPARTIDA

Compete ao CONVENENTE integralizar a(s) parcela(s) da contrapartida financeira, em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso do Plano de Trabalho, mediante depósito(s) na conta bancária específica do Convênio, podendo haver antecipação de parcelas, inteiras ou parte, a critério do CONVENENTE.

Subcláusula primeira. O aporte da contrapartida observará as disposições da lei federal anual de diretrizes orçamentárias em vigor à época da celebração do Convênio ou eventual legislação específica aplicável.

Subcláusula segunda. As receitas oriundas dos rendimentos de aplicação dos recursos no mercado financeiro não poderão ser computadas como contrapartida.

Subcláusula terceira. A comprovação pelo proponente de que a contrapartida proposta está devidamente assegurada, deverá ocorrer previamente à celebração do instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos financeiros relativos ao repasse do CONCEDENTE e à contrapartida do CONVENENTE serão depositados e geridos na conta específica vinculada ao presente Convênio, aberta em nome do CONVENENTE exclusivamente em instituição financeira oficial.

Subcláusula primeira. A conta corrente específica será nomeada fazendo-se menção ao instrumento pactuado e deverá ser registrada com o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ do órgão ou da entidade CONVENENTE.

Subcláusula segunda. A liberação de recursos obedecerá ao cronograma de desembolso previsto no instrumento, e quando envolver aquisição de equipamentos, a execução de custeio ou serviços comuns, estará condicionada à conclusão da análise técnica e à verificação e aceite da realização do processo licitatório pelo CONCEDENTE.

Subcláusula terceira. A liberação da primeira parcela ou parcela única ficará condicionada a:

a) conclusão da análise técnica e aceite do processo licitatório pelo CONCEDENTE.

Subcláusula quarta. Os recursos financeiros, enquanto não utilizados, serão aplicados conforme disposto no art. 75 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023.

Sucláusula quinta. Exceto no caso de liberação em parcela única, a liberação das demais parcelas ficará condicionada, em regra, à execução de no mínimo 70% (setenta por cento) das parcelas liberadas

anteriormente.

Sucláusula sexta. Após a comprovação da homologação do processo licitatório pelo CONVENENTE, o cronograma de desembolso deverá ser ajustado em observação ao grau de execução estabelecido no referido processo licitatório.

Subcláusula sétima. Na hipótese de inexistência de execução financeira após 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias contados da liberação da parcela pelo CONCEDENTE ou do último pagamento realizado pelo CONVENENTE, o CONCEDENTE deverá proceder de acordo com os §§ 7º ao 9º do art. 68 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023.

Subcláusula oitava. A movimentação financeira na conta corrente específica do instrumento deverá ocorrer no Transferegov.br, por meio da funcionalidade ordem de pagamento de parcerias – OPP, nos termos do art. 76 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023.

Subcláusula nona. Os recursos serão liberados de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do Governo Federal, em conformidade com o número de parcelas e prazos estabelecidos no cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho aprovado no Transferegov.br, que guardará consonância com as metas, fases e etapas de execução do objeto do Convênio.

Subcláusula décima. Para recebimento de cada parcela dos recursos, deverá o CONVENENTE:

I - comprovar o aporte da contrapartida pactuada, que deverá ser depositada na conta bancária específica em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso do Plano de Trabalho, podendo haver antecipação de parcelas, inteiras ou parte, a critério do CONVENENTE; e

II - estar em situação regular com a realização do Plano de Trabalho, com execução de no mínimo 70% (setenta por cento) das parcelas liberadas anteriormente, quando não se tratar de liberação em parcela única.

Subcláusula décima primeira. A liberação dos recursos dependerá da disponibilidade financeira do CONCEDENTE e obedecerá a previsão estabelecida no cronograma de desembolso, observadas as condições do art. 68 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023.

Subcláusula décima segunda. Os recursos deste Convênio serão automaticamente aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, enquanto não empregados na sua finalidade.

Subcláusula décima terceira. Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do instrumento, os rendimentos das aplicações financeiras deverão ser devolvidos ao CONCEDENTE e ao CONVENENTE, observada a proporcionalidade prevista na celebração, sendo vedado o aproveitamento de rendimentos para ampliação ou acréscimo de metas ao plano de trabalho pactuado, salvo as hipóteses do § 4º do art. 75 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023.

Subcláusula décima quarta. A conta bancária específica do Convênio será preferencialmente isenta da cobrança de tarifas bancárias.

Subcláusula décima quinta. O CONVENENTE autoriza desde já o CONCEDENTE para que solicite junto à instituição financeira albergante da conta corrente específica:

I - a transferência dos recursos financeiros por ele repassados, bem como os seus rendimentos, para a conta única da União, caso os recursos não sejam utilizados no objeto da transferência pelo prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias e não haja motivada suspensão ou prorrogação deste prazo, nos termos da Subcláusula Sétima;

II - o resgate dos saldos remanescentes, nos casos em que não houver a devolução dos recursos, no prazo previsto no §1º do art. 95 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023.

Subcláusula décima sexta. O CONCEDENTE deverá solicitar, no caso da Subcláusula décima quinta, junto à instituição financeira albergante da conta corrente específica, a transferência dos recursos financeiros por ele repassados, bem como os seus rendimentos, para a conta única da União.

Subcláusula décima sétima. No caso de paralisação da execução pelo prazo disposto na Subcláusula sétima, a conta corrente específica do instrumento deverá ser bloqueada pelo prazo de até 180 (cento e

oitenta) dias e suspensa a liberação de novos recursos para o CONVENENTE no âmbito do mesmo órgão ou entidade CONCEDENTE.

Subcláusula décima oitava. É vedada a liberação de recursos pelo CONCEDENTE nos três meses que antecedem o pleito eleitoral, nos termos da alínea "a" do inciso VI do art. 73 da Lei nº 9.504, de 1997, ressalvadas as exceções previstas em lei.

Subcláusula décima nona. O sigilo bancário dos recursos públicos envolvidos neste Convênio não será oponível ao CONCEDENTE e nem aos órgãos públicos fiscalizadores.

Subcláusula vigésima. Os recursos deverão ser mantidos na conta corrente específica do instrumento e somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas constantes do Plano de Trabalho ou para aplicação financeira, nas hipóteses previstas em lei, no Decreto nº 11.531, de 2023, ou na Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023.

CLÁUSULA OITAVA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

O presente Convênio deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação aplicável.

Subcláusula primeira. É vedado ao CONVENENTE, sob pena de rescisão do ajuste:

I - utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos em finalidade diversa da estabelecida neste instrumento;

II - realizar despesas em data anterior à vigência do Convênio;

III - alterar o objeto do convênio, exceto para ampliação do objeto pactuado ou para redução ou exclusão de meta ou etapa, sem prejuízo da fruição ou funcionalidade do objeto, desde que as alterações tenham sido previamente aprovadas pelo CONCEDENTE;

IV - efetuar pagamento em data posterior à vigência do Convênio, salvo se o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência deste instrumento;

V - efetuar pagamento, a qualquer título, a servidor ou empregado público integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, inclusive por serviços de consultoria ou assistência técnica, salvo nas hipóteses previstas em leis federais específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

VI - realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo, exceto no que se refere às multas e aos juros, se decorrentes de atraso na transferência de recursos pelo CONCEDENTE e desde que os prazos para pagamento e os percentuais sejam os mesmos aplicados no mercado;

VII - realizar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

VIII - realizar despesas com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, da qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal e desde que previstas no Plano de Trabalho.

IX - transferir recursos para clubes e associações de servidores ou quaisquer outras entidades congêneres, exceto para creches e escolas para o atendimento pré-escolar;

X - transferir recursos liberados pelo CONCEDENTE, no todo ou em parte, a conta que não a vinculada ao presente Convênio;

XI - celebrar contrato, convênio ou outro tipo de parceria com entidades impedidas de receber recursos federais;

XII - pagar, a qualquer título, a empresas privadas que tenham em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, do órgão celebrante, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados, salvo nas eventuais hipóteses previstas em leis específicas federais e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

XIII - subdelegar as obrigações assumidas por meio do presente convênio, salvo quando houver previsão expressa no plano de trabalho aprovado e não configurar descentralização total da execução; e

XIV - realizar o aproveitamento de rendimentos para ampliação ou acréscimo de metas ao plano de trabalho pactuado, sem justificativa do convenente e autorização do CONCEDENTE.

Subcláusula segunda. Os atos referentes à movimentação dos recursos depositados na conta específica deste Convênio serão realizados ou registrados no Transferegov.br e os respectivos pagamentos serão efetuados pelo CONVENENTE mediante crédito na conta corrente de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviço, facultada a dispensa deste procedimento nos seguintes casos, em que o crédito poderá ser realizado em conta corrente de titularidade do próprio CONVENENTE, mediante sua justificativa e autorizado pelo CONCEDENTE, devendo ser registrado no Transferegov.br o beneficiário final da despesa:

I - questões operacionais que impeçam o pagamento por meio da emissão de OPP, excetuando-se falhas de planejamento;

II – na execução do objeto pelo CONVENENTE por regime direto; e

III – no ressarcimento ao CONVENENTE por pagamentos realizados às próprias custas decorrentes de atrasos na liberação de recursos pelo CONCEDENTE e em valores além da contrapartida pactuada.

Subcláusula terceira. Antes da realização de cada pagamento, o CONVENENTE incluirá no Transferegov.br, no mínimo, as seguintes informações:

I - o nome e CNPJ ou CPF do fornecedor, quando for o caso;

II - o contrato a que se refere o pagamento realizado; e

III - informações das notas fiscais ou documentos contábeis.

Subcláusula quarta. Excepcionalmente, mediante mecanismo que permita a identificação pela instituição financeira depositária, poderá ser realizado pagamento à pessoa física que não possua conta bancária, restrito ao limite individual de R$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais) por beneficiário, levando-se em conta toda a duração do instrumento.

Subcláusula quinta. No caso de fornecimento de equipamentos e materiais especiais de fabricação específica, o desbloqueio de parcela para pagamento da respectiva despesa far-se-á na forma do art. 38 do Decreto nº 93.872, de 1986, e do art. 79, da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023, observadas as seguintes condições:

I - esteja caracterizada a necessidade de adiantar recursos ao fornecedor para viabilizar a produção de material ou equipamento especial, fora da linha de produção usual, e com especificação singular destinada a empreendimento específico;

II - o pagamento antecipado das parcelas tenha sido previsto no edital de licitação e no CTEF dos materiais ou equipamentos; e

III - o fornecedor ou o CONVENENTE apresentem uma carta fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, ou as demais modalidades de garantia previstas no art. 96, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA NONA – DA CONTRATAÇÃO COM TERCEIROS

O CONVENENTE deverá observar, quando da contratação de terceiros com recursos da União vinculados à execução do objeto deste Convênio, as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei nº 14.133, de 2021, na Lei de Diretrizes Orçamentárias Federal, no Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, no Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, no Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023, na Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023 e das demais leis e normativos vigentes que tratarem da matéria.

Subcláusula primeira. Nos casos em que empresa pública, sociedade de economia mista ou suas subsidiárias participem como convenente ou unidade executora, deverão ser observadas as disposições

da Lei nº 13.303, de 2016, quando da contratação de terceiros.

Subcláusula segunda. Os editais de licitação para consecução do objeto conveniado serão publicados pelo CONVENENTE após a assinatura do presente Convênio, devendo a publicação do extrato dos editais observar as disposições da legislação específica aplicável ao respectivo processo licitatório, obedecido, o disposto no art. 12, inciso XIII e art. 53 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023.

Subcláusula terceira. O prazo para início do procedimento licitatório será de até 60 (sessenta dias), contados da data de assinatura do instrumento ou, havendo cláusula suspensiva, do aceite do termo de referência ou da emissão do laudo de análise técnica, e poderá ser prorrogado, desde que motivado pelo CONVENENTE e aceito pelo CONCEDENTE, permitida o início da contagem do prazo a que se refere esta subcláusula a partir da apresentação de declaração do CONVENENTE informando a abertura do processo licitatório desde que observados os requisitos do art. 52, §2º, da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023.

Subcláusula quarta. Excepcionalmente, quando o objeto envolver a aquisição de equipamentos ou a execução de custeio, serviços comuns, inclusive os de engenharia, ou a retomada de obras paralisadas em casos devidamente justificados pelo CONVENENTE e admitidos pelo CONCEDENTE, poderão ser aceitos, desde que observadas as condicionantes previstas no art. 54 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU n.º 33, de 2023:

a) adesão à ata de registro de preços, mesmo que o registro tenha sido homologado em data anterior ao início da vigência do instrumento;

b) licitação realizada antes da assinatura do instrumento; e

c) contrato celebrado em data anterior ao início da vigência do instrumento.

Subcláusula quinta. Nos casos de que trata a Subcláusula Quarta, somente serão aceitas as despesas que ocorrerem durante o período de vigência do instrumento de transferência voluntária e a liberação dos recursos está condicionada à conclusão da análise técnica e ao aceite do processo licitatório pelo CONCEDENTE.

Subcláusula sexta. Havendo registro de preços vigente gerenciado pelo Poder Executivo Federal, o CONCEDENTE poderá exigir do CONVENENTE a adesão à respectiva ata, nos termos do art. 86, § 6º, da Lei nº 14.133, de 2021, observados os requisitos do art. 57 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, 2023.

Subcláusula sétima. As competências do CONCEDENTE e do CONVENENTE dispostas nos artigos 11 e 12 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023, também deverão ser observadas quando da contratação com terceiros.

Subcláusula oitava. É vedada, na hipótese de aplicação de recursos federais transferidos mediante o presente Convênio, a participação em licitação ou a contratação de empresas que constem:

I - no cadastro de empresas inidôneas do Tribunal de Contas da União, do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União;

II - no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF como impedidas ou suspensas; ou

III - no Cadastro Nacional de Condenações Civis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça.

Subcláusula nona. O CONVENENTE deve consultar a situação do fornecedor selecionado no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, por meio de acesso ao Portal da Transparência na internet, antes de solicitar a prestação do serviço ou a entrega do bem.

Subcláusula décima. Nos casos em que a execução do objeto do Convênio, conforme previsto no plano de trabalho, envolver parceria do CONVENENTE com entidade(s) privada(s) sem finalidade lucrativa, deverá ser observado o disposto nos artigos art. 45 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023, e na legislação específica que rege a parceria.

Subcláusula décima primeira. No caso de termo de colaboração, termo de fomento ou acordo de cooperação com Organizações da Sociedade Civil (OSC), deverão ser observadas a Lei nº 13.019, de 31 de

julho de 2014, o Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016, e as normas estaduais, distritais ou municipais aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO DO CONVÊNIO

Este Convênio poderá ser alterado por termo aditivo mediante proposta de qualquer das partes.

Subcláusula primeira. A proposta, devidamente formalizada e justificada, deve ser apresentada ao CONCEDENTE em, no mínimo, 60 (sessenta) dias antes do término de sua vigência.

Subcláusula segunda. Excepcionalmente, poderão ser solicitadas alterações em prazo inferior, desde que sejam motivadas e em benefício da execução do objeto.

Subcláusula terceira. A análise da solicitação de alteração deverá ser realizada pelo CONCEDENTE, observados os regramentos legais e a tempestividade, de forma que não haja prejuízo à execução do objeto.

Subcláusula quarta. Nos eventuais ajustes realizados durante a execução do objeto, deverá o CONVENENTE demonstrar a respectiva necessidade e os benefícios que se pretende agregar ao projeto, cuja justificativa, uma vez aprovada pela autoridade competente do CONCEDENTE, integrará o Plano de Trabalho.

Subcláusula quinta. No caso de aumento de metas, a proposta deverá ser acompanhada dos respectivos ajustes no Plano de Trabalho, de orçamentos detalhados e de relatórios que demonstrem a regular execução das metas, etapas e fases já pactuadas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ACOMPANHAMENTO

Incumbe ao CONCEDENTE exercer as atribuições de monitoramento e acompanhamento da conformidade física e financeira durante a execução do Convênio, além da avaliação da execução física e dos resultados, na forma da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023, de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a plena execução do objeto.

Subcláusula primeira. É prerrogativa do CONCEDENTE assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade, respondendo o CONVENENTE, em todo caso, pelos danos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do instrumento.

Subcláusula segunda. No prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da assinatura do presente instrumento, o CONCEDENTE deverá designar formalmente o servidor ou empregado responsável pelo seu acompanhamento.

Subcláusula terceira. No prazo máximo 10 (dez) dias, contados após a designação de que trata a Subcláusula segunda, o CONCEDENTE deverá registrar no Transferegov.br, os servidores ou empregados responsáveis pelo acompanhamento.

Subcláusula quarta. O CONCEDENTE deverá realizar o acompanhamento e a conformidade financeira por meio dos documentos e informações inseridos no Transferegov.br, verificando:

I - a comprovação da boa e regular aplicação dos recursos, na forma da legislação aplicável;

II - os pagamentos realizados pelo CONVENENTE;

III - a regularidade das informações registradas pelo CONVENENTE no Transferegov.br;

IV - o cumprimento das metas do Plano de Trabalho nas condições estabelecidas, por meio da verificação da compatibilidade entre o pactuado e o efetivamente executado; e

V - as liberações de recursos da União e os aportes de contrapartida, conforme cronograma pactuado.

Subcláusula quinta. No exercício da atividade de acompanhamento da execução do objeto, o CONCEDENTE poderá:

I - valer-se do apoio técnico de terceiros;

II - delegar competência ou firmar parcerias com outros órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos, com tal finalidade;

III - reorientar ações e decidir quanto à aceitação de justificativas sobre impropriedades identificadas na execução do instrumento;

IV - programar visitas ao local da execução, quando identificada a necessidade, observado o disposto no art. 86 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023.

V - valer-se de outras formas de acompanhamento autorizadas pela legislação aplicável.

Subcláusula sexta. Os processos, documentos ou informações referentes à execução deste instrumento não poderão ser sonegados aos servidores do CONCEDENTE e dos órgãos de controle interno e externo da União, bem como ao eventual apoiador técnico.

Subcláusula sétima. Aquele que, por ação ou omissão, causar embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação do CONCEDENTE e dos órgãos de controle interno e externo do Poder Executivo Federal, no desempenho de suas funções institucionais relativas ao acompanhamento e fiscalização dos recursos federais transferidos, ficará sujeito à responsabilização administrativa, civil e penal.

Subcláusula oitava. Quaisquer pendências de ordem técnica, jurídica, ambiental ou institucional verificados pelo CONCEDENTE deverão ser informados ao CONVENENTE, por meio do Transferegov.br, para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, na forma do art. 87 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023.

Subcláusula nona. A utilização dos recursos em desconformidade com o pactuado no instrumento ensejará obrigação do CONVENENTE devolvê-los devidamente atualizados, conforme exigido para a quitação de débitos para com a Fazenda Nacional, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao da devolução dos recursos, acrescido esse montante de 1% (um por cento) no mês de efetivação da devolução dos recursos à conta única do Tesouro Nacional.

Subcláusula décima. Nos casos de identificação de irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, CONCEDENTE e CONVENENTE observarão o disposto no art. 89 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023.

Subcláusula décima primeira. Os agentes que fizerem parte do ciclo de transferência de recursos são responsáveis, para todos os efeitos, pelos atos que praticarem no acompanhamento e fiscalização da execução deste instrumento, não cabendo a responsabilização do CONCEDENTE por inconformidades ou irregularidades praticadas pelo CONVENENTE, salvo nos casos em que as falhas decorrerem de omissão de responsabilidade atribuída ao CONCEDENTE. O CONVENENTE responde pelos danos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do Convênio.

Subcláusula décima segunda. O CONCEDENTE comunicará aos órgãos de controle qualquer irregularidade da qual tenha tomado conhecimento e, havendo fundada suspeita da prática de crime ou de ato de improbidade administrativa, cientificará a Advocacia-Geral da União, os Ministérios Públicos Federal e Estadual e a Controladoria-Geral da União, nos termos do art. 90 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO

Incumbe ao CONVENENTE exercer a atribuição de fiscalização, a qual consiste na atividade administrativa, prevista nas legislações específicas de licitação e contratos, que deve ser realizada de modo sistemático pelo CONVENENTE e seus prepostos, com a finalidade de verificar o cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas em todos os seus aspectos.

Subcláusula única. O CONVENENTE designará e registrará no Transferegov.br representante para o acompanhamento da execução deste Convênio, o qual anotará em registro próprio todas as ocorrências

relacionadas à consecução do objeto, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O CONVENENTE deverá prestar contas da boa e regular aplicação dos recursos, por meio do seu representante legal em exercício, nos prazos estabelecidos por este Convênio.

Subcláusula primeira. Compete ao prefeito e ao governador sucessor prestar contas dos recursos provenientes deste Convênio celebrado por seus antecessores.

Subcláusula segunda. Na impossibilidade de atender ao disposto na Subcláusula primeira, deverá ser apresentada, ao CONCEDENTE, justificativa que demonstre o impedimento de prestar contas e as medidas adotadas para o resguardo do patrimônio público.

Subcláusula terceira. Quando a impossibilidade de prestar contas decorrer de ação ou omissão do antecessor, o novo prefeito ou governador comunicará o CONCEDENTE e solicitará instauração de TCE, prestando todas as informações e documentos necessários.

Subcláusula quarta. Os documentos que contenham as justificativas e medidas adotadas serão inseridos no Transferegov.br.

Subcláusula quinta. Nos casos de que tratam as Subcláusulas segunda, terceira e quarta, o CONCEDENTE, ao ser comunicado das medidas adotadas e após avaliação, suspenderá de imediato o registro da inadimplência efetuado em decorrência da omissão de prestar contas.

Subcláusula sexta. A prestação de contas deverá ser registrada pelo CONCEDENTE no Transferegov.br, iniciando-se concomitantemente com a liberação da primeira parcela dos recursos financeiros do Convênio.

Subcláusula sétima. A prestação de contas final deverá ser apresentada pelo CONVENENTE no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados:

I - do encerramento da vigência ou da conclusão da execução do objeto, o que ocorrer primeiro;

II - da denúncia; ou

III - da rescisão.

Subcláusula oitava. Quando o CONVENENTE não enviar a prestação de contas no prazo de que trata a Subcláusula sétima, o CONCEDENTE o notificará, estabelecendo prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias para sua apresentação.

Subcláusula nona. Nos casos de descumprimento do prazo de que trata a Subcláusula oitava, o CONCEDENTE deverá:

I - registrar a inadimplência do CONVENENTE no Transferegov.br, por omissão no dever de prestar contas dos recursos recebidos; e

II - comunicar o CONVENENTE para que, no prazo improrrogável de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da notificação, proceda a devolução dos recursos repassados pela União, incluídos os provenientes de aplicações financeiras, corrigidos na forma da Subcláusula nona da Cláusula décima segunda.

Subcláusula décima. Quando não houver a devolução dos recursos no prazo de que trata o inciso II da Subcláusula nona, o CONCEDENTE adotará as providências para resgate dos saldos remanescentes, observado o disposto na Subcláusula segunda da Cláusula Décima Quinta, e para a imediata instauração da TCE.

Subcláusula décima primeira. A prestação de contas final tem por objetivo a demonstração e a verificação de resultados e deve conter elementos que permitam avaliar a execução do objeto, sendo compostos por:

I - documentos inseridos e informações registradas no Transferegov.br;

II - Relatório de Cumprimento do Objeto;

III - declaração de realização dos objetivos a que se propunha o instrumento;

IV - recolhimento dos saldos remanescentes, quando houver;

V- apresentação da licença ambiental de operação, ou sua solicitação ao órgão ambiental competente, quando necessário; e

V - termo de compromisso por meio do qual o CONVENENTE será obrigado a manter os documentos relacionados ao instrumento, nos termos da alínea “x” do inciso II da Cláusula Quarta.

Subcláusula décima segunda. O Relatório de Cumprimento do Objeto deverá conter os subsídios necessários para a avaliação e manifestação do CONCEDENTE quanto à execução do objeto pactuado.

Subcláusula décima terceira. Em até 15 (quinze) dias, contados do envio da prestação de contas pelo CONVENENTE, o CONCEDENTE deverá registrar o recebimento da prestação de contas no Transferegov.br, para fins de sensibilização nas contas contábeis do instrumento.

Subcláusula décima quarta. O prazo para análise da prestação de contas final e manifestação conclusiva pelo CONCEDENTE será de:

I - 60 (sessenta) dias, nos casos de procedimento informatizado, prorrogável no máximo por igual período, desde que devidamente justificado; ou

II - 180 (cento e oitenta) dias, nos casos de análise convencional, prorrogável no máximo por igual período, desde que devidamente justificado.

Subcláusula décima quinta. A contagem do prazo de que trata o inciso I da Subcláusula décima quarta terá início a partir da data de atribuição da nota de risco ao instrumento no Transferegov.br.

Subcláusula décima sexta. A contagem do prazo de que trata o inciso II da Subcláusula décima quarta dar-se-á a partir do envio da prestação de contas no Transferegov.br, e será suspensa quando houver a solicitação de complementação, sendo retomada quando do envio dos documentos ou informações complementares.

Subcláusula décima sétima. Constatadas impropriedades ou indícios de irregularidade, o CONCEDENTE estabelecerá o prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias para que o CONVENENTE saneie as impropriedades ou apresente justificativas.

Subcláusula décima oitava. O CONCEDENTE notificará o CONVENENTE caso as impropriedades ou indícios de irregularidade não sejam sanadas ou não sejam aceitas as justificativas apresentadas.

Subcláusula décima nona. A notificação prévia, prevista na Subcláusula décima oitava, será realizada por meio de correspondência com aviso de recebimento - AR, com cópia à respectiva Secretaria da Fazenda ou secretaria similar, devendo ser incluída no Transferegov.br.

Subcláusula vigésima. Findo o prazo de que trata a Subcláusula Décima Quarta, considerada eventual prorrogação, a ausência de decisão sobre a prestação de contas pelo CONCEDENTE poderá resultar no registro de restrição contábil do órgão ou entidade pública referente ao exercício em que ocorreu o fato.

Subcláusula vigésima primeira. O registro da inadimplência no Transferegov.br só será efetivado após a concessão do prazo da notificação prévia, caso o CONVENENTE não comprove o saneamento das irregularidades apontadas.

Subcláusula vigésima segunda. A análise da prestação de contas final poderá ser realizada por:

I - procedimento informatizado, baseado na utilização de trilhas de auditoria e no cotejo entre a nota de risco dos instrumentos, apurada a partir de um modelo preditivo supervisionado, e o limite de tolerância ao risco da faixa de valor; ou

II - análise convencional, realizada de forma detalhada, sem a utilização do procedimento informatizado.

Subcláusula vigésima terceira. A análise convencional da prestação de contas final dar-se-á por meio da avaliação:

I - das informações e documentos de que trata a Subcláusula Décima Primeira;

II - da nota de risco do instrumento; e

III - quando houver, de relatórios, trilhas de auditorias, boletins de verificação ou outros documentos produzidos pelo CONCEDENTE, Ministério Público ou pelos órgãos de controle interno e externo, durante as atividades regulares de suas funções.

Subcláusula vigésima quarta. A conformidade financeira deverá ser realizada durante o período de vigência do Convênio, devendo constar, do parecer final de análise da prestação de contas, a manifestação quanto as impropriedades ou irregularidades, com destaque para as que não foram sanadas até a finalização do documento conclusivo.

Subcláusula vigésima quinta. A análise convencional da prestação de contas final contemplará a avaliação da execução física do objeto e da execução financeira do instrumento.

Subcláusula vigésima sexta. O resultado da análise convencional da prestação de contas final será consubstanciado em parecer técnico conclusivo.

Subcláusula vigésima sétima. O parecer técnico conclusivo de que trata a Subcláusula vigésima sexta deverá sugerir a aprovação, aprovação com ressalvas ou rejeição da prestação de contas e embasará a decisão da autoridade competente.

Subcláusula vigésima oitava. A análise convencional da prestação de contas final pelo CONCEDENTE poderá resultar em:

I - aprovação;

II - aprovação com ressalvas, quando evidenciada impropriedade ou outra falta de natureza formal da qual não resulte dano ao erário; ou

III - rejeição.

Subcláusula vigésima nona. A decisão sobre a aprovação, aprovação com ressalvas ou rejeição da prestação de contas final compete:

I - ao CONCEDENTE; e

II - à autoridade competente para assinatura do instrumento, permitida delegação nos termos do § 2º do art. 38 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023.

Subcláusula trigésima. Nos casos de extinção do órgão ou entidade CONCEDENTE, o órgão ou entidade sucessor será o responsável pela decisão sobre a regularidade da aplicação dos recursos transferidos.

Subcláusula trigésima primeira. A rejeição da prestação de contas final dar-se-á em decorrência da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União, especialmente nos casos de:

a) inexecução total ou parcial do objeto pactuado;

b) desvio de finalidade na aplicação dos recursos transferidos;

c) impugnação de despesas, se realizadas em desacordo com as disposições constantes deste Convênio ou da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023;

d) ausência de depósito ou depósito em montante inferior da contrapartida pactuada, observadas as disposições dos arts. 63 e 64 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023;

e) não utilização, total ou parcial, da contrapartida pactuada, na hipótese de não haver recolhimento proporcional aos aportes realizados, na forma prevista na Cláusula Décima Quinta;

f) movimentação e gestão dos recursos em desacordo com o disposto nas arts. 75 e 76 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023;

g) não devolução de eventuais saldos remanescentes, observada a proporcionalidade; e

h) ausência de documentos exigidos na prestação de contas que comprometa o julgamento do cumprimento do objeto pactuado e da boa e regular aplicação dos recursos.

Subcláusula trigésima segunda. A decisão sobre a aprovação, aprovação com ressalvas ou rejeição da prestação de contas do instrumento deverá ser registrada no Transferegov.br, cabendo ao CONCEDENTE

prestar declaração expressa acerca do cumprimento do objeto e de que os recursos transferidos tiveram boa e regular aplicação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS

Os saldos remanescentes, incluídos os provenientes dos rendimentos de aplicações financeiras, serão restituídos à União e ao CONVENENTE, observada a proporcionalidade dos recursos aportados pelas partes, independentemente da época em que foram depositados.

Subcláusula primeira. Caberá ao CONVENENTE, no prazo improrrogável de até 30 (trinta) dias, contados da denúncia, da rescisão, da conclusão da execução do objeto ou do término da vigência, o que ocorrer primeiro:

I - devolver os saldos remanescentes proporcionais aos repasses da União, para a CONTA ÚNICA DO TESOURO NACIONAL, no Banco do Brasil S.A, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, disponível no site www.tesouro.fazenda.gov.br, portal SIAFI, informando a Unidade Gestora (UG) 130141 e Gestão 00001 (Tesouro); e

II - transferir os saldos remanescentes proporcionais à contrapartida aportada, para uma conta de livre movimentação de sua titularidade.

Subcláusula segunda. Nos casos de descumprimento do disposto na Subcláusula primeira, o CONCEDENTE solicitará, à instituição financeira albergante da conta específica do instrumento, a imediata devolução dos saldos para a Conta Única do Tesouro Nacional, na forma indicada no inciso I da Subcláusula primeira.

Subcláusula terceira. Caso não tenha havido qualquer execução física ou financeira, deverão ser recolhidos à Conta Única do Tesouro Nacional, na forma indicada no inciso I da Subcláusula primeira, os recursos recebidos e os respectivos rendimentos de aplicação financeira, sem a incidência de atualização e juros de mora de que trata a Subcláusula nona da Cláusula Décima Segunda.

Subcláusula quarta. Quando houver a rejeição total ou parcial da prestação de contas final pelos motivos relacionados na Subcláusula trigésima primeira da Cláusula Décima Quarta, o CONCEDENTE deverá notificar o CONVENENTE para que, no prazo improrrogável de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da notificação, proceda à devolução dos recursos correspondentes ao valor rejeitado, corrigidos na forma da Subcláusula nona da Cláusula Décima Segunda.

Subcláusula quinta. A não devolução dos recursos de que trata a Subcláusula quarta ensejará o registro de impugnação das contas do Convênio no Transferegov.br e instauração da TCE.

Subcláusula sexta. O CONCEDENTE efetuará o registro do CONVENENTE, em cadastros de inadimplência, nas seguintes hipóteses:

I - após o julgamento da tomada de contas especial ou de procedimento análogo pelo Tribunal de Contas da União, nas hipóteses de rejeição total ou parcial da prestação de contas; ou

II - após a notificação do CONVENENTE e o decurso do prazo previsto na Subcláusula oitava da Cláusula Décima Quarta, nas hipóteses de omissão na apresentação da prestação de contas, independentemente de instauração ou de julgamento da tomada de contas especial.

Subcláusula sétima. Após a rejeição total ou parcial das contas, o saldo referente à rejeição constará como impugnado e o CONVENENTE será cadastrado como inadimplente somente após o julgamento de que trata o inciso I da Subcláusula sexta.

Subcláusula oitava. Na hipótese de aplicação de ato normativo do Tribunal de Contas da União que autoriza a dispensa da Tomada de Contas Especial, a autoridade administrativa adotará medidas administrativas ao seu alcance, como o registro da inadimplência do CONVENENTE no Transferegov.br e a inclusão nos cadastros de inadimplência, sem prejuízo de requerer ao órgão jurídico pertinente as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, com vistas à obtenção do ressarcimento do débito apurado, inclusive o protesto, se for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS BENS REMANESCENTES

Os bens remanescentes adquiridos ou produzidos no âmbito deste Convênio serão de propriedade do CONVENENTE, observadas as disposições do Decreto nº 11.531, de 2023, e da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33 de 2023.

Subcláusula primeira. Consideram-se bens remanescentes os equipamentos e materiais permanentes adquiridos com recursos dos instrumentos necessários à consecução do objeto, mas que não se incorporam a este.

Subcláusula segunda. O CONVENENTE deverá contabilizar e proceder à guarda dos bens remanescentes, bem como encaminhar manifestação ao CONCEDENTE com o compromisso de utilizá-los para assegurar a continuidade do programa governamental, devendo estarem claras as regras e diretrizes de utilização desses bens.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA DENÚNCIA, RESCISÃO E EXTINÇÃO

O presente Convênio poderá ser:

I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença;

II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

a) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

b) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e

c) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial, observado o disposto nos artigos 106 e 107 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023;

III - extinto, quando não tiver ocorrido repasse de recursos e houver descumprimento das condições suspensivas, nos prazos estabelecidos no instrumento.

Subcláusula primeira. O CONDEDENTE registrará no Transferegov.br e publicará no Diário Oficial da União a denúncia, rescisão ou extinção.

Subcláusula segunda. Quando da denúncia ou rescisão do instrumento, o CONVENENTE deverá:

I - devolver os saldos remanescentes, inclusive aqueles oriundos de rendimentos de aplicações financeiras, em até 30 (trinta) dias; e

II - apresentar a prestação de contas final em até 60 (sessenta) dias.

Subcláusula terceira. No prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do registro da denúncia ou rescisão do instrumento no Transferegov.br, o CONCEDENTE providenciará o cancelamento dos saldos de empenho, independente do indicador de resultado primário.

Subcláusula quarta. A rescisão do Convênio decorrente de dano ao erário provocado por ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico, enseja a instauração de Tomada de Contas Especial, de acordo com a legislação específica, exceto se houver a devolução dos recursos devidamente corrigidos, sem prejuízo, no último caso, da continuidade da apuração, por medidas administrativas próprias, quando identificadas outras irregularidades decorrentes do ato praticado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICIDADE

A eficácia do presente Convênio fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial da União, a qual deverá ser providenciada pelo CONCEDENTE no prazo de até 10 (dez) dias a contar da respectiva assinatura.

Subcláusula primeira. Será dada publicidade em sítio eletrônico específico denominado Transferegov.br aos atos de celebração, alteração, liberação de recursos, acompanhamento e fiscalização da execução e a prestação de contas do presente instrumento.

Subcláusula segunda. O CONCEDENTE notificará a celebração deste Convênio, facultada a comunicação por meio eletrônico, à Câmara Municipal, Assembleia Legislativa ou Câmara Legislativa, conforme o caso, no prazo de 10 (dez) dias contados da assinatura bem como da liberação dos recursos financeiros correspondentes, no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da data da liberação, facultando-se a comunicação também por meio eletrônico.

Subcláusula terceira. O CONVENENTE obriga-se a:

I - caso seja município ou o Distrito Federal, a notificar os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede no município, quando da liberação de recursos relativos ao presente Convênio, no prazo de até dois dias úteis, nos termos do art. 2º da Lei nº 9.452, de 1997, facultada a notificação por meio eletrônico;

II - cientificar da celebração deste Convênio o conselho local ou instância de controle social da área vinculada ao programa de governo que originou a transferência de recursos, quando houver; e

III - disponibilizar, em seu sítio eletrônico na internet ou, na sua falta, em sua sede, em local de fácil visibilidade, consulta ao extrato deste Convênio, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberação e detalhamento na aplicação dos recursos, bem como as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado, ou inserir link em sua página eletrônica oficial que possibilite acesso direto ao Transferegov.br.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I - todas as comunicações relativas a este Convênio serão consideradas como regularmente efetuadas quando realizadas por intermédio do Transferegov.br, exceto quando a legislação regente tiver estabelecido forma especial;

II - as mensagens e documentos resultantes de eventual transmissão via fac-símile, não poderão constituir-se em peças de processo e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de 05 (cinco) dias;

III - as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Convênio, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados; e

IV - as exigências que não puderem ser cumpridas por meio do Transferegov.br deverão ser supridas através da regular instrução processual, sem prejuízo do posterior registro do ato no mesmo sistema Transferegov.br.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

Os partícipes comprometem-se a submeter eventuais controvérsias, decorrentes do presente ajuste, à tentativa de conciliação e mediação administrativa perante a Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Pública Federal, da Advocacia-Geral da União, nos termos do art. 37 da Lei nº 13.140, de 2015, do art. 11 da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, e do art. 41, inciso III, alínea “b” do Anexo I ao Decreto nº 11.328, de 1º de janeiro de 2023.

Subcláusula única. Não logrando êxito a conciliação, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Convênio, o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, por força do inciso I do art. 109 da Constituição Federal.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado e assinado eletronicamente pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Pelo CONCEDENTE:

_____

FERNANDO MAGALHÃES SOARES PINTO
Subsecretário de Orçamento, Planejamento e Administração da Secretaria - Executiva

Pelo CONVENENTE:

_____

PAULO JAIR PILATI
PREFEITO

Documento assinado eletronicamente por **PAULO JAIR PILATI**, **Usuário Externo**, em 14/11/2023, às 16:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º,§ 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO MAGALHAES SOARES PINTO**, **Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração**, em 20/11/2023, às 16:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º,§ 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador **32051356** e o código CRC **831BE146**.

TERMO DE REFERÊNCIA
(Portaria n° 424/2016 – Art. 1°, inciso XXXIV)

1. PROPOSTA/CONVÊNIO: 033306/2023
2. OBJETO: Aquisição de Máquinas Agrícolas

3. DADOS DO PROPONENTE:
Prefeitura Municipal de Marmeleiro/PR
Inscrita no CNPJ: 76.205.665/0001-01
Endereço: Avenida Macali, 255, Centro, Marmeleiro/PR CEP: n° 85615-000

4. DADOS DO RESPONSÁVEL:
Nome do Prefeito: Paulo Jair Pilati
Portador do CPF: 524.704.239-53 RG: 4.352.883-1 SSP/PR
Endereço: Avenida Macali, 409, Centro, Marmeleiro/PR, CEP: 85615-000
Telefone: (46) (98802-6352). Endereço eletrônico: (gabinete@marmeleiro.pr.gov.br)

5. CONTEXTUALIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA:

Marmeleiro fica na região Sudoeste do Paraná, a 479,7 km da capital, população estimada de 15.901 habitantes e IDH de 0,722 (IBGE, 2022), possui cerca de 1800 CAD-PROs ativos de produtores rurais. A proposta é compatível com os objetivos estabelecidos no Programa de Fomento ao Setor Agropecuário do MAPA, Ação 20ZV, cuja finalidade principal é o incentivo e fomento à produção agropecuária de pequeno e médio porte, por meio da aquisição e fornecimento de máquinas e equipamentos agrícolas.

A execução do objeto visa beneficiar diretamente produtores rurais de 5 comunidades/associações, cerca de 130 famílias, sendo elas: Km 15, Gruta, São Jorge, Hípica/Negreiro e de forma indireta cerca de 1.800 produtores, por meio do fomento ao setor agropecuário. As principais culturas são soja 16.700 (ha), milho 5.200 (ha) e trigo 2.000 (ha). Principais produtos de origem animal leite, mel e ovos de galinha, as principais criações galináceos, bovinos e suínos, a área de pastagem 11.976 (ha).

As máquinas agrícolas a serem adquiridas têm como finalidade o fomento ao setor agropecuário das comunidades beneficiadas, atuando na melhoria das condições de conservação do solo, aumento da produção agrícola, facilidade de manejo na propriedade rural, fatores que atualmente impedem que as propriedades consigam expandir a sua produção e tenham maiores dificuldades e empecilhos na execução de suas atividades diárias.

A curto prazo fomentar as atividades agropecuárias das propriedades, dando suporte aos produtores rurais. A médio e longo prazo incrementar a renda dos beneficiários e gerar empregos na área rural. Estima-se um aumento na produtividade através do manejo, fertilidade e conservação do solo de no mínimo 50% no leite a base de pastagem e forragens e no mínimo 30% nos grãos e cereais. Melhorando assim a qualidade de vida, principalmente daqueles das pequenas e médias propriedades.

A aquisição dos equipamentos busca fortalecer a agricultura familiar no município, fomentando o setor agropecuário, visando a melhoria da qualidade de vida, geração de trabalho,

emprego e renda, inclusão social e redução das desigualdades regionais, em conformidade com as diretrizes do programa.

6. OBJETIVOS:

Objetivo planejado é o repasse dos equipamentos por meio de contrato de comodato para Associação de Agricultores, em que os mesmos serão responsáveis pela organização dos trabalhos, manutenção e transporte**. Desta forma os produtores rurais que representam à associação, serão os beneficiários e zelarão pelo bem recebido.**

O objetivo central, é a forma de trabalho em grupos, estes definidos como Associações de produtores rurais, viabilizando aquisição dos equipamentos agrícolas, através de recurso público, sendo empregado para atender o coletivo, gerando a curto prazo, o fomento das atividades agropecuárias de várias propriedades, dando suporte aos agricultores. A médio e longo prazo incrementar a renda dos beneficiários, proporcionando que as famílias permaneçam no campo se sustentando e produzindo alimentos.

Os resultados esperados é que as cinco (05) comunidades beneficiadas: Linha Gruta, Km 15, Hípica, Negreiro e Assentamento São Jorge, organizadas em forma de Associações, possuindo aproximadamento 130 famílias de produtores rurais, possam continuar produzindo para subsistência e para as próximas safras aumentem sua produtividade, gerando renda e capital para as famílias beneficiadas.

7. AQUISIÇÃO DE BENS/CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

OBJETO: Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	BENEFICIÁRIA
01	**Colhedora de Forragens (Ensiladeira)** nova, área total, para colheita de plantios a lanço e em linhas, com acionamento tratorizado. No geral possuindo todo o conjunto para a plena produção de forragens para consumo animal (bovinocultura de leite e corte).	01	- GRUTA
02	**Plantadeira pantográfica de inverno nova (semeadeira de inverno), com no mínimo 17 linhas,** com cabeçalho robusto, rodas limitadoras de profundidade, plataforma para abastecimento de adubo e semente, dosador de adubo, distribuidor de sementes e demais conjunto de itens para o plantio eficiente das culturas de inverno da nossa região (Trigo, aveia e coberturas e adubos verdes).	01	- KM 15
03	**Distribuidor de Adubo Líquido novo, tanque de capacidade mínima de 5.000 litros**, mangote de sucção mínimo de 5 metros, eixo e rodado tandem 16 polegadas com 4 rodas com pneus novos de fábrica, agitador interno, rotação mínima do cardam de 540 rpm, para o uso eficiente na sucção e distribuição de adubo orgânico proveniente de dejetos da produção animal (bovinos e suínos), transporte de líquidos, limpeza de fossa séptica,	02	- HIPICA / NEGREIRO - ASSENTAMENTO SÃO JORGE

	lavagem de máquinas e instalações rurais e para pequenas irrigações.		

É indispensável atentar para a lição contida no Acórdão 2.383/2014-TCU-Plenário, no sentido de que, **em licitações para aquisição de equipamentos, havendo no mercado diversos modelos que atendam completamente as necessidades da Administração, deve o órgão licitante identificar um conjunto representativo desses modelos antes de elaborar as especificações técnicas e a cotação de preços, de modo a evitar o direcionamento do certame para modelo específico e a caracterizar a realização de ampla pesquisa de mercado"**

8. COTAÇÕES DE PREÇOS - DADOS DAS EMPRESAS PARTICIPANTES

EMPRESA 1: MÁRCIO MARCELO ZIMMERMANN LTDA (AGROVALE MÁQUINAS E PRODUTOS AGRÍCOLAS)
Endereço: RS 122 KM-21, 2570, Bairro Bela Vista - Município: Bom Princípio UF: RS.
CNPJ: 10.839.707/0001-40
Inscrição Estadual n °233/0026972 , Telefone (051) 9137 8306 ou 9701 6200

EMPRESA 2: MANJATO TRATORES LTDA
Endereço: Av. Comércio, 1496 - Santo Augusto – RS.
CNPJ: 00.492.308/0001-00
Inscrição Estadual n ° 115/0028936, Telefone/Fax: (55) 3781-1131

EMPRESA 3: PANCERA MAQUINAS AGRICOLAS LTDA
Endereço: Rodovia Marginal Javert Ribeiro Lêal, 2223, Industrial - Marmeleiro - PR
CNPJ: 38.266.710/0001
Inscrição Estadual n ° 9085950093, Telefone/Fax: (46) 99911-7774

ITEM	DETALHAMENTO DO ITEM (S)	EMPRESA 1 (unidade)	EMPRESA 2 (unidade)	EMPRESA 3 (unidade)	Valor Médio (unidade)
01	Colhedora Forragens Àrea Total nova (Ensiladeira)	R$ 92.000,00	R$ 75.000,00	R$ 75.000,00	R$ 80.667,00
02	Plantadeira Pantográfica de inverno nova (Semeadeira de inverno), com no mínimo 17 linhas	R$ 164.000,00	R$ 210.000,00	R$ 190.000,00	R$ 188.000,00
03	Distribuidor de Adubo Líquido novo, tanque de capacidade mínima de 5.000 litros	R$ 65.000,00	R$ 58.000,00	R$ 51.612,00	R$ 58.204,00
04	Distribuidor de Adubo Líquido novo, tanque de capacidade mínima de 5.000 litros	R$ 65.000,00	R$ 58.000,00	R$ 51.612,00	R$ 58.204,00

***INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021.**

9. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

Os seguintes itens, redigidos em língua portuguesa, deverão ser fornecidos:

a) 1(um) manual de operação do equipamento;
b) 1(um) manual de serviço do equipamento;
c) 1(um) catálogo de peças e acessórios com os respectivos números de referência de fábrica de todos os seus itens de reposição;
d) 1(um) manual de manutenção do equipamento;
e) Relação de rede de assistência técnica no território do Estado do Paraná;
f) Termo de garantia concedido por intermédio de certificado, com prazo de garantia técnica mínima de 12 meses, a contar da data do recebimento definitivo (termo de recebimento e exame de material) emitido pela contratante, contra defeitos de fabricação, montagem e mau funcionamento, decorrentes de desgastes prematuros durante a operação e o emprego do equipamento/veículo em condições normais.
g) Os implementos agrícolas deverão ser entregues em conformidade com o pedido de Compras e Nota de Empenho. À inadequação técnica dos equipamentos e/ou serviços entregues implicará em não pagamento.

10. PRÉ-REQUISITOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

Os equipamentos, objeto desta licitação deverão ser entregue (sem ônus de entrega), conforme a necessidade do Departamento, junto ao Paço Municipal, Avenida Macali, nº 255, Centro, ou em local a ser indicado pelo departamento solicitante, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, após emissão de autorização de compra, rigorosamente de acordo com o ofertado na proposta, onde serão verificadas a marca e se o equipamento está de acordo com o solicitado, reservando-se ao Município o direito de recusar aqueles em desacordo com o pedido.

Os prazos de que tratam poderão ser prorrogados uma vez, por igual período, quando solicitado pelo convocado durante o transcurso do prazo e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

O prazo de garantia do equipamento deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses, a contar da efetiva entrega do mesmo, sendo que estes poderão ser rejeitados caso estejam em desacordo com o prazo acima descrito.

Os implementos agrícolas deverão ser entregues em conformidade com o pedido de Compras e Nota de Empenho. À inadequação técnica dos equipamentos e/ou serviços entregues implicará em não pagamento.

Caso fiquem constatadas irregularidades em relação aos implementos agrícolas, ou mesmo não se enquadrar nas exigências mínimas, resultará na não aceitação do objeto e imediata rescisão do contrato.

O não cumprimento da obrigação ocorrerá em penalidade, nos termos da Lei 8.666/93.

As condições estabelecidas no edital e seus anexos vinculam as partes, e nos casos em que se encontram presentes os requisitos do Artigo 55 da Lei 8.666/93, há substituição do instrumento do contrato, na forma do artigo 62 da mesma Lei já mencionada.

11. DEVERES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE E SANÇÕES

Responsabilizar-se pelo transporte do objeto, de seu estabelecimento até o local determinado para entrega, sem ônus para o Município.

Substituir imediatamente, às suas expensas, no todo ou em parte, o equipamento em que se verificarem defeitos, quebras, vícios, adulterações ou incorreções.
Responsabilizar-se pelos encargos decorrentes do cumprimento das obrigações supramencionadas, bem como pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, que incidam ou venham incidir sobre o objeto deste contrato, bem como apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pelo Município de Marmeleiro – PR.
Responsabilizar-se pelos prejuízos causados ao Município de Marmeleiro – PR ou a terceiros, por atos de seus empregados ou prepostos.
Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
Responsabilizar-se pela qualidade dos materiais e serviços executados ou fornecidos, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto conveniado.

12. ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS

Será repassado o equipamento por contrato de comodato para as Associações de produtores rurais, onde os mesmos serão responsáveis pela organização dos trabalhos, operação, manutenção, guarda e transporte.
A Prefeitura Municipal de Marmeleiro através do Departamento da Agricultura e Abastecimento, será responsável em fiscalizar o uso dos equipamentos pelas Associações de produtores rurais beneficiárias.
O Diretor do Departamento da Agricultura: LUIZ CARNIEL - Portaria N° 7.046/2023 Município de Marmeleiro-PR, ficará responsável pelo cumprimento do uso eficiente dos equipamentos, **realizando vistorias *in loco* trimestralmete, para orientação, fiscalização e autuação da Associação se constatar o mal uso**.

13. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO

A avaliação e monitoramento no controle de uso adequado dos equipamentos será realizado pelo Diretor do Departamento da Agricultura: LUIZ CARNIEL - Portaria N° 7.046/2023 Município de Marmeleiro-PR, ficará responsável pelo cumprimento do uso eficiente dos equipamentos, **realizando vistorias *in loco* trimestralmete, para orientação, fiscalização e autuação da Associação se constatar o mal uso**.
Persistindo a situação não de acordo, deverá ser efetuado o distrato e retirado o equipamento e formalizado o repasse a outra associação de agricultores do município, com objetivo de assegurar o alcance social da utilização dos bens.
O Diretor do Departamento Municipal da Agricultura, autoridade máxima do setor agropecuário do município ficará responsável de **apresentar um relatório anual de vistoria de uso dos bens ao CMDR** para validar a viabilidade e o uso social dos equipamentos dentro das associações beneficiadas;
Ficará o Gestor do Convênio responsável em fiscalizar e informar as autoridades competentes, o mal uso, ou o não cumprimento das exigencias estabelecidas.
Declaro, ainda, o comprometimento do Município na implantação do Plano de Sustentabilidade ora apresentado para fins de utilização dos bens adquiridos por meio do Programa Fomento a agricultura com recursos do MAPA.

14. DO PAGAMENTO

Deverá observar os requisitos constantes na Seção IV - Do Procedimento e Julgamento, da Lei n°8.666, de 21 de junho de 1993.

15. DO REAJUSTE

Deverá observar os requisitos constantes na Seção IV - Do Procedimento e Julgamento e da Seção I - Disposições Preliminares, da Lei n°8.666, de 21 de junho de 1993.

16. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

Fica a critério da Administração exigir ou não, a garantia. Não a exigindo, deve suprimir o item. Conforme disposto no artigo 56, da Lei nº 8.666, de 1993, o percentual da garantia não poderá exceder a 5% do valor do contrato.

17. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

1	CONCEDENTE	Outubro	2023	R$ 286.500,00
2	CONVENENTE	Outubro	2023	R$ 98.575,00

385.075,00

18. METODOLOGIA PARA AQUISIÇÃO:

A aquisição do objeto do convênio se dará mediante processo licitatório em consonância com a Lei nº 8.666/93 e legislação complementar. A licitação será realizada por pregão eletrônico.

Marmeleiro – PR, 07 de agosto de 2023.

PAULO JAIR PILATI
Prefeito Municipal de Marmeleiro